

**João Aires Portela Pessa cabral de Soveral**

**EMPREENDEDORISMO E A EXCLUSÃO SOCIAL**

**O Estudo de Caso no Centro Social Paroquial de Santo**

**António de Campelos**

Tese defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, Globalização e Desenvolvimento, variante Dinâmicas Locais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias pelo despacho de nomeação de júri nº 320/2015 com a seguinte composição:

.Júri:

Presidente: Professor Doutor José Fialho Feliciano

Arguente: Professor Doutor Carlos Alberto Silva

Ortientadora: Professora Doutora Mariana Cascais

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia**  
**Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**  
**Departamento de Sociologia**

**Lisboa**

**2015**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho:

- À minha mulher e aos meus filhos por terem acreditado nas minhas capacidades e persistência, por me terem dado o encorajamento para continuar quando, em alguns pensamentos, a vontade era de desistir;
- À minha Mãe, a qual sempre lutou e insistiu para que os filhos estudassem;
- Ao meu Pai, o meu grande amigo de sempre e que tanta falta me faz;
- A todos os que me honram com a sua amizade e afeto.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

- À Professora Doutora Mariana Torres Cascais, pela orientação e colaboração dada para a realização deste trabalho e por todo o apoio que me deu nestes dois últimos anos nas várias disciplinas em que foi minha docente;
- Ao Professor Doutor José Fialho, enquanto docente do mestrado e pelo incentivo dado aos seus alunos para chegarem a bom porto;
- Ao Professor Doutor Manuel Antunes pela disponibilidade e colaboração dada neste trabalho em termos de apoio bibliográfico e normas de orientação;
- Ao Dr. Daniel Crespo pela disponibilidade demonstrada no apoio ao tratamento estatístico dos questionários;
- Ao Centro Social Paroquial Santo António de Campelos, na pessoa da Sra. D. Isália Domingos, que pela abertura e disponibilidade demonstradas permitiram a realização deste Estudo de Caso.

Muito Obrigado!

João Aires Portela Pessa Cabral de Soveral

## RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi analisar o grau de envolvimento, a participação e o papel duma instituição social, através duma empresa de inserção, na promoção de empreendedorismo social num contexto socioeconómico de crise económica e social. Teve ainda como objetivos específicos refletir sobre os desafios e dificuldades que se colocam ao empreendedorismo social na perspetiva de promoção da inclusão social, conhecer as práticas de empreendedorismo social subjacentes à criação duma comunidade organizada, assim como analisar os desafios e dificuldades que se colocam aos dirigentes duma instituição, face à finalidade de criar respostas inovadoras, com o intuito de integrar socialmente população excluída. A população deste estudo foram todos os 22 colaboradores da empresa de inserção, à exceção de 1 elemento da Direção. A amostra corresponde ao universo dos colaboradores que responderam ao questionário desenvolvido. O questionário é composto por 108 itens, que avaliam, para além da caracterização dos inquiridos, o empreendedorismo social; a exclusão social; a cidadania; a coesão social. A análise dos resultados demonstrou que, através duma comunidade organizada, o empreendedorismo social contribuiu para combater a exclusão social, da população em estudo, com suporte numa instituição social, fez com que fosse criada uma rede protetora pelas dimensões emprego, inserção, autoestima e inclusão. Os dados apontaram que apesar de haver uma interligação entre a cidadania e coesão social, a complexidade de outros factores, como a escolaridade, afetam a determinação destes.

Palavras- chave: Estudo de Caso, Empreendedorismo, Empreendedorismo Social, Exclusão Social, Inclusão Social e Instituição Social

## **ABSTRACT**

The main objective of this study was to analyze the degree of involvement , the participation and the role of a social institution through an insertion enterprise in the promotion of social enterprising in a social economical context of social and economic crisis. The specific objectives of this study is to reflect about the challenges and difficulties of the social enterprising with the perspective of the social inclusion promotion, to know the practices of the social enterprising that leads to the creation of an organized community, as well as to analyze the challenges and difficulties of the directors of an institution, towards the creation of original responses with the social purpose of integrate excluded population. This study involved all the 22 employees of the insertion enterprise, except 1 element of the direction. The sample corresponds to the universe of the employees that answered the 108 questions of the questionnaire that pretends to evaluate the social enterprising, the social exclusion, the citizenship, the social cohesion, beyond the inquirers characterization. The analysis of the results proved that through an organized community, social enterprising helps to fight the social exclusion of this specific population, with the support of a social institution and helps to create a protector network through the employment, insertion, self-esteem and inclusion dimensions. In spite of the existence of an interconnection between the citizenship and social cohesion, data shows that the complexity of other factors, such as the education (school), affects the existence of these ones.

**Key Words:** Case Study, Enterprising, Social Enterprising, Social Exclusion, Social Inclusion and Social Institution

## **Résumé:**

L'objectif générale de cet étude a été celui d'analyser l'étage d'enveloppement, la participation et le rôle d'une institution sociale, à travers d'une entreprise d'insertion, regardant l'entrepreneur social dans un contexte socioéconomique de crise économique et sociale. Cet étude a comme objectifs spécifiques la réflexion sur les défis et les difficultés concernant l'entrepreneur sociale dans une perspective de promotion de l'inclusion sociale, ainsi que connaître les pratiques de l'entrepreneur social sous-jacent à la création d'une communauté organisée, et analyser les défis et les difficultés qui se placent aux dirigeants d'une institution, avec l'intention de créer des réponses innovatrices pour intégrer socialement la population exclue. Ont fait partie de cet étude tous les 22 collaborateurs de l'entreprise d'insertion, à l'exception d'un élément de la Direction. L'échantillon correspond à l'univers des collaborateurs qui ont répondu au questionnaire développé. Ceci est composé par 108 questions qu'au-delà de la caractérisation des enquêtés, évaluent l'entrepreneur social ; l'exclusion social ; la citoyenneté; la cohésion sociale. L'analyse des résultats a démontré qu'à travers une communauté organisée, l'entrepreneur social a contribué pour combattre l'exclusion sociale de cette population en particulier avec l'appui d'une institution sociale, a permis la création d'un réseau protecteur concernant les dimensions emploi, insertion, auto estime et inclusion. Les résultats montrent qu'au-delà de l'existence d'une interliaison entre citoyenneté et cohésion sociale, la complexité d'autres facteurs comme celle de la scolarité, affectent leur détermination.

Les Mots Clé: Étude de Cas, Entrepreneur, Entrepreneur Social, Exclusion Sociale, Inclusion Sociale e Institution Sociale

*“A Revolução que é preciso para  
a geração atual é de empreender, inovar e criar”,  
Thomas Jefferson (1801-1809), 2º Presidente dos EUA*

# INDICE

DEDICATÓRIA.....	2
AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
RÉSUMÉ.....	6
INDICE.....	8
INDICE DE FIGURAS.....	10
INDICE DE QUADROS.....	11
INDICE DE GRÁFICOS.....	12
INDICE DE ABREVIATURAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - EMPREENDEDORISMO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	20
1. Análise histórica do surgimento do empreendedorismo.....	20
1.1. O conceito de empreendedorismo.....	24
1.2. Perspetiva Sociológica.....	31
1.3. A Inovação e o empreendedorismo.....	32
1.4. O Empreendedorismo Social e o desenvolvimento local.....	40
CAPÍTULO II - EXCLUSÃO SOCIAL E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS.....	47
2.1. A Exclusão Social e a Pobreza.....	47
2.2. O Conceito de Exclusão Social.....	50
2.3. Exclusões Sociais.....	53
2.4. Combate contra a Pobreza e Exclusão Social.....	58
2.5. As Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Terceiro Sector.....	61
2.5.1. Origem, características e fins.....	61
2.5.2. Economia Social na Ordem Jurídica Portuguesa e o seu Papel nas Organizações.....	66
CAPÍTULO III - ESTUDO EMPIRÍCO.....	69
3.1. Definição dos objetivos.....	69
3.2. Hipótese e Identificação das variáveis.....	70
3.3. População.....	71
3.4. Operacionalização das variáveis em indicadores.....	71
3.5. Percurso Metodológico Estratégico, Descrição do Método e Técnica Utilizada.....	75

3.6. Campo, seleção da amostra e caracterização.....	77
3.7. Breve caracterização do Concelho de Torres Vedras.....	78
3.7.1. Enquadramento Geográfico e Histórico.....	78
3.7.1.1. O Espaço.....	78
3.7.1. 2. Enquadramento histórico.....	79
3.7.2. Caraterização económica.....	80
3.8. Breve caraterização da Vila de Campelos.....	81
3.9. Caracterização do Centro Social Paroquial Santo António de Campelos.....	83
3.10. Caracterização da empresa de inserção.....	88
3.11. O Programa de Rede Social no Combate à Exclusão Social.....	90
3.12. O Papel das empresas de inserção.....	95
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	100
4. Caracterização da amostra.....	100
4.1. Instrumento de recolha de dados.....	100
4.2. Tratamento estatístico.....	101
4.3. Estudo da consistência interna.....	102
4.4. Análise dos itens.....	112
4.5. Análise de Variáveis e Relações Estatísticas Significativas.....	114
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES.....	118
1. Conclusões.....	118
BIBLOGRAFIA.....	120
ANEXO.....	123
Anexo 1 – Questionário .....	123
APÊNDICES.....	124
Apêndice I – Manual de Acolhimento e Integração 2015.....	124
Apêndice II – Organigrama.....	125
Apêndice III – Estatutos do CSPSAC.....	126
Apêndice IV – Processo Candidatura Construção Equipamento Social.....	127
Apêndice V – Mapa Recursos Humanos.....	128
Apêndice VI – Folheto Institucional.....	129
Apêndice VII – Reportagem.....	130
Apêndice VIII – Mapa Concelho de Torres Vedras.....	131

## INDICE DE FIGURAS

Foto 1 – Placa do CSPSAC.....	87
Foto 2 – Entrada Principal do CSPSAC.....	87
Foto 3 – Entrada creche.....	87
Foto 4 – Horta comunitária.....	87
Foto 5 – Preparação/fermentação .....	89
Foto 6 – Tender a massa.....	89
Foto 7 – Cozedura do pão.....	89
Foto 8 – Transporte do pão.....	89

## INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de análise ou conceptual de investigação.....	17
Quadro 2 – Empreendedorismo/Autores chave.....	23
Quadro 3 – Inovação.....	36
Quadro 4 – Operacionalização dos conceitos em indicadores.....	72
Quadro 5 – Consistência interna.....	102
Quadro 6 – Escalões etários.....	102
Quadro 7 – Género.....	103
Quadro 8 – Estado civil.....	104
Quadro 9 – Nº Filhos e dimensão do agregado familiar.....	105
Quadro 10 – Escolaridade.....	105
Quadro 11 – Profissão atual e de origem.....	106
Quadro 12 – Vínculo laboral.....	107
Quadro 13 – Emprego de inserção.....	108
Quadro 14 – Formação complementar.....	108
Quadro 15 – Antiguidade na instituição.....	108
Quadro 16 – Rendimento e despesas fixas (€).....	109
Quadro 17 – Participação em atividades organizadas.....	109
Quadro 18 – Atividades organizadas.....	110
Quadro 19 – Outra atividade profissional.....	110
Quadro 20 – Principais atividades lúdicas.....	110
Quadro 21 – Confissão religiosa.....	111
Quadro 22 – Prática religiosa regular.....	111
Quadro 23 – Índice empreendedorismo social.....	112
Quadro 24 – Índice de exclusão vs inclusão.....	112
Quadro 25 - Índice de cidadania.....	113
Quadro 26 - Índice de coesão social.....	113
Quadro 27 - Índice de coesão social total/cidadania total.....	115

## INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escalões etários.....	103
Gráfico 2 – Género.....	103
Gráfico 3 – Estado civil.....	104
Gráfico 4 – Escolaridade.....	106
Gráfico 5 – Confissão religiosa .....	111

## **INDICE DE ABREVIATURAS**

HACCP – Hazard Analysis and Critical Point

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

VD – Variável Dependente

VI – Variável Independente

SCML – Santa casa da Misericórdia de Lisboa

## INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2015, comemora-se o 41º aniversário da Revolução do 25 de Abril (1974 - 2015), em que foi restituída a liberdade aos Portugueses após 40 anos de ditadura do "Estado Novo". Com a revolução e posterior aprovação duma nova Constituição da República Portuguesa, consagrou-se um conjunto de Direitos, Liberdades e Garantias, donde floresceu o Poder Local Democrático. Este, afirmou-se, operando transformações sociais que tiveram intervenção direta na melhoria das condições de vida das populações, na superação de enormes carências que existiam por todo o país (sobretudo sentidas ao nível do local), em consequência do atraso endémico que existia, agravado com 14 anos de uma guerra colonial injusta, uma forte emigração (anos 50 e 60 do séc. XX) e de uma tardia industrialização, comparativamente com outros Estados Europeus.

Quatro décadas passadas, fruto das exigências das populações aos poderes públicos (central e local), por mais progresso e crescimento, conduzem-nos à reflexão sobre qual o papel do local e dos seus agentes, à avaliação da eficácia na aplicação de novos paradigmas na gestão do território, representados em novos modelos de e-governança, na promoção de parcerias consubstanciadas nas redes sociais e nas políticas que serão necessárias para incrementar mais crescimento e desenvolvimento para o território.

Mas com o despoletar em 2008, da crise económica e financeira, cujo resultado foi o aumento do desemprego, da pobreza, das profundas desigualdades sociais, teve como consequência a revalorização do papel do local. Face a esta crise ao nível do papel do Estado, da sua (in) capacidade interventiva, o local surge como “(...) resistência à mera integração dependente em circuitos produtivos e financeiros cujo controlo lhe escapava largamente. Este facto é tanto mais evidente quando se tratam de territórios que desenvolvem e sedimentam fatores de identidade coletiva e onde se verifica um forte espírito empreendedor em termos empresariais e/ou de solidariedade social entre as comunidades residentes” (Fermisson, 1999: 59).

Cabe contudo, não apenas ao Estado, mas também a outros atores e agentes provenientes da sociedade civil, que se mobilizem por forma a potenciar e a transformar os seus recursos locais (endógenos e exógenos) num verdadeiro processo de desenvolvimento local e transformador do território.

Neste contexto, é reconhecido às Associações de Desenvolvimento Local (associações, fundações, cooperativas, misericórdias, entre outras), o seu dinamismo através da participação dos atores e agentes locais, com atuação relevante em prol das populações, sobretudo às que são mais afetadas pela crise económica e social.

Como tal, esta dissertação desenvolveu-se no âmbito do Mestrado em Sociologia (2º ciclo de Estudos) com vista à obtenção do grau de Mestre. Incidiu no tema "**O Empreendedorismo e a Exclusão Social: o estudo de caso do Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos**".

Pretendemos neste trabalho, investigar qual o papel do empreendedorismo, sobretudo na sua vertente social, através de um conjunto de ações empreendedoras e inovadoras socialmente, com o contributo de uma instituição social, no seio duma comunidade local, com um conjunto de valências e/ou prestação de serviços, promover a inclusão social duma determinada população marginalizada, isto é, que não encontra ocupação através do mercado normal de trabalho, seja pela escassez de postos de trabalho, pelas baixas qualificações, pelo estigma social dos empregadores locais ou por outras situações.

Enquanto técnico na área social, trabalhei durante 10 anos no Setor da Ação Social da Câmara Municipal de Mafra (1998 - 2008), tendo verificado o trabalho exemplar e dedicado das Instituições Particulares de Solidariedade Social, no combate à exclusão social, trabalhando em rede e em parceria, por vezes de forma inovadora, de modo a promover não só a inclusão, como o próprio desenvolvimento local. Esta dissertação representa também uma reflexão sobre o desafio e dificuldades que o mundo do trabalho atravessa na atualidade, e as Instituições Sociais em particular. Estas, direcionadas para integrar uma população em situação de exclusão social, em virtude das suas baixas qualificações e com dificuldade de inserção laboral e social.

Com a realização desta investigação, pretende-se responder à seguinte pergunta:

- De que forma o Empreendedorismo Social combate a Exclusão Social na Vila de Campelos no atual contexto socioeconómico?

Como tal, a resposta foi estruturada em torno das seguintes Hipóteses:

- através de uma comunidade organizada, o empreendedorismo social contribui para combater a exclusão social;
- o exercício pleno da cidadania e participação, através duma instituição social, promove uma plena integração e coesão social duma população excluída.

Sendo o empreendedorismo, um fenómeno holístico, e dinâmico, não sendo só um conceito de negócio, mas igualmente um conceito de vida, na medida em que se traduz num conjunto de transformações que ajudam a construir um desenvolvimento sustentado (económico e social), tomando outras formas, nomeadamente o empreendedorismo social. Peter Drucker (1988) citado em Sarkar (2014) refere que os empreendedores sociais têm soluções de inovação para problemas sociais, cujo efeito vai para atividades que geram mudanças sociais. Este movimento, alerta o individuo ou o agente para uma maior consciência nos mecanismos de discriminação, exclusão e desigualdades que se geram na sociedade.

Outro dos objetivos do empreendedorismo social é fortalecer em direitos, cultura de cidadania e de participação, grupos, pessoas, ou populações sujeitos a discriminação e exclusão social.

Esta estratégia tem como explicação o facto de num contexto de crise económica e social, as instituições sociais, por iniciativa própria, apoiarem-se em movimentos organizados de carácter empreendedores, dinâmicos, participativos, inovadores e agregadores das sinergias dos atores e agentes locais, que implicam inclusão social.

Com a realização desta investigação, tendo como referência a questão de partida anunciada, e como fio condutor as hipóteses de trabalho, que demarca a perspetiva teórica que orientou a pesquisa empírica, tem os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar o grau de envolvimento, a participação e o papel duma instituição social na promoção de empreendedorismo social num contexto socioeconómico de crise.

### Objetivos Específicos:

- Refletir sobre os desafios e dificuldades que se colocam ao empreendedorismo social na perspetiva da promoção de inclusão social no Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos;
- Conhecer as práticas de empreendedorismo social subjacentes à criação duma comunidade organizada no Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos;
- Analisar os desafios e dificuldades que se colocam aos dirigentes duma instituição social, face à finalidade de criar novas respostas inovadoras, com o intuito de integrar socialmente população excluída.

**Quadro N° 1 - Modelo de Análise ou Conceptual da investigação**

INPUT	MEIOS	OUTPUT	PROMOVE
<b>Variável Independente</b> Empreendedorismo Social	Forma e População Comunidade Organizada	Postos Trabalho + Rendimento	<i>Combate a</i> <i>Exclusão Social,</i> <i>logo promove a</i> <b>INCLUSÃO</b> <b>SOCIAL</b> <i>(Variável</i> <i>Dependente)</i>
	Conjunto de atividades e recursos (IPSS)	Criação de serviços de apoio Intergeracional/1ª Infância e à comunidade envolvente	

De seguida, após a definição dos objetivos, iniciou-se a revisão da literatura que segundo Fortin (2009: 86), é “(...) indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para ter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do saber”, com a finalidade de construir a fundamentação teórica e a perspetiva da pesquisa, através da seleção, organização e registo de informações pertinentes para a definição do percurso da investigação.

A pesquisa operacionaliza-se através de uma abordagem qualitativa, para a concretização da observação, foi utilizada a técnica do inquérito por questionário estruturado, direcionado a 23 colaboradores da Empresa de Inserção, no qual inclui a Coordenadora da Empresa e a Vice-Presidente e fundadora do Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos.

Deste modo, o campo desta pesquisa é o Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS's) situada na Vila de Campelos, freguesia de Campelos - Outeiro da Cabeça, Concelho de Torres Vedras, que presta apoio a crianças desde o berçário, pré-escolar, jardim-de-infância e ATL (Atividades de Tempo Livres), para além do apoio social à comunidade desta freguesia e limítrofes.

A Instituição abrange uma população dos três meses aos 12 anos de idade e integra um conjunto de colaboradores, alguns com uma diversidade de problemáticas, pelo qual não integram o mercado normal de trabalho.

A estratégia utilizada para a elaboração da dissertação é o estudo de caso, que segundo Pardo *et al* (2011: 32), "(...) permite compreender naquele o particular na sua complexidade, ao mesmo tempo que pode abrir caminho, sob condições muito limitadas, algumas generalizações empíricas, de validade transitória", com um carácter exploratório-descritivo, centrando-se no objeto de estudo, com o intuito de o analisar detalhadamente.

Ainda o mesmo autor, citando Yin (2001), refere que "(...) um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contacto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos. (...) Os estudos de caso correspondem, em síntese, a um modelo de análise intensiva de uma situação particular (caso)".

A modalidade utilizada, de acordo com os objetivos da pesquisa foi essencialmente descritiva, centrada no objeto de estudo, com o objetivo de o analisar detalhadamente, sem assumir obviamente uma generalização.

No decorrer da investigação, quer no contato com os dirigentes, quer com os colaboradores da empresa de inserção, em que foram aplicados os questionários, no próprio local de trabalho, em diversos horários, existiu uma total colaboração, abertura e apoio, seja da direção, seja de todos os inquiridos e pessoal da instituição, para que se conseguisse chegar ao término da investigação.

O presente trabalho de investigação engloba a introdução e cinco capítulos estruturados da seguinte forma: do primeiro e segundo capítulos consta a fundamentação teórica; do terceiro capítulo a metodologia utilizada e estudo empírico; do quarto capítulo a apresentação, análise dos resultados e verificação das hipóteses na operacionalização; por último o quinto capítulo trata das considerações finais, nomeadamente as conclusões e recomendações futuras do estudo.

No final da investigação, procedeu-se à elaboração de uma conclusão analítica e refletida de toda a pesquisa tendo-se verificado que através de uma comunidade organizada, o empreendedorismo social contribui para combater a exclusão social, com suporte institucional, que fez com que fosse criada uma rede protetora pelas dimensões emprego, inserção, autoestima e inclusão.

Esta verificação, apontou também para uma interligação entre cidadania e coesão social, apesar da existência da complexidade de outros fatores, como a escolaridade que afetam a determinação destes.

## CAPÍTULO I - EMPREENDEDORISMO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

### 1. Análise histórica do surgimento do empreendedorismo

O Empreendedorismo, apesar de hoje em dia estar na “moda”, em consequência da crise económica e social que o país atravessa, todos os políticos, economistas e comentadores televisivos referem que os portugueses necessitam de ser mais empreendedores, arriscar mais nos seus negócios ou na abertura de novas ocupações, serem inovadores.

Mas já em tempos remotos, que o empreendedorismo encontra-se no “ADN” do ser humano, como refere (Sarkar, 2014: 15), desde que o Homem das Cavernas descobriu como fazer fogo, deu-se início ao empreendedorismo e como consequência à inovação.

O famoso “guru” da gestão Peter Druker defende a posição de que existe uma forte ligação do conceito de empreendedorismo com outro conceito que é a inovação. Peter Druker citado em (Sarkar, 2014: 18) afirma que a “(...) inovação é a ferramenta específica dos empreendedores, o meio através do qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para o negócio ou serviço diferente. Pode ser apresentada como uma disciplina, pode ser aprendida, pode ser praticada. Os empreendedores precisam de procurar devidamente as fontes de inovação, as mudanças e os seus sintomas, que indicam oportunidades para inovações com sucesso. E eles precisam de conhecer e aplicar os princípios da inovação de sucesso”.

O conceito de empreendedorismo já existe há bastante tempo e tem uma diversidade de significados.

Historicamente foi atribuído, no séc. XVIII, ao economista Francis Richard Cantillon a noção de empreendedorismo. No seu ensaio *Essai sur le nature du commerce en général*, de 1755, faz uma descrição da pessoa empreendedora que na aquisição de um determinado produto, paga um preço, para depois o vender por um outro preço, que pode ser incerto, assumindo desta forma o risco do negócio.

Adam Smith, em 1776, na sua obra *Riqueza das Nações*, refere que este tipo de pessoas reagem às alterações das economias, porque transforma a procura em oferta.

No Séc. XIX, em 1848, John Stuart Mill, considera que a génese da empresa privada, advém duma ação empreendedora do detentor do capital, que corre riscos no lançamento de novos negócios, na gestão dos seus recursos, que são limitados.

Na mesma linha, também Carl Menger (*Principles of Economics, 1871*), considera que o empreendedor transforma recursos em produtos e serviços úteis para a comunidade, fomentando o crescimento industrial.

Refere igualmente Jean Baptiste Say (1803) que o agente pela sua iniciativa empreendedora transfere recursos económicos de um setor para outro, elevando a produtividade e o rendimento, criando valor.

Mais recentemente, em 1921, Knight diferencia os empreendedores e os não empreendedores, reconhecendo aos primeiros a sua capacidade e competência de analisar a realidade, o que contribui para preparar o assumir o risco que advém da incerteza macroeconómica.

Mas é com a contribuição do académico Joseph Schumpeter<sup>1</sup>, sendo o primeiro a desenvolver teoricamente o conceito de empreendedorismo, cuja definição encontra-se mais próxima do que é utilizada atualmente. Porque liga o homem empreendedor à inovação no contexto do seu negócio. Se não inovar, dificilmente será empreendedor.

Apesar de existir uma multiplicidade de perspetivas sobre o conceito, academicamente é compreendido como a "(...) prossecução de uma oportunidade sem olhar para quem controla os recursos" (Stevenson et al, 1994, citado por Sarkar,2014: 30).

Há outros autores como Carton, Hofer e Meeks (1998), que para além de incluir definições de outros académicos como Schumpeter, pretendem adequar o conceito à organização, fazendo já claramente uma distinção entre o empreendedorismo e o agente empreendedor, como:

"(...) A busca de uma oportunidade descontinuada envolvendo a criação de uma organização (ou sub-organização), com a expectativa de criação de valor para os participantes. O empreendedor é o individuo (ou a equipa), que identifica a oportuni-

---

1. Nascido na Austria-Hungria (numa cidade que fica atualmente na República Checa); foi professor de Economia na Universidade de Czernowitz (uma Universidade de língua alemã na então Áustria-Hungria, agora localizada na Ucrânia). Foi por essa altura que escreveu *Theory of Economia Development* (1911), onde inseriu pela primeira vez a sua famosa teoria de empreendedorismo. Depois de lecionar na Universidade de Bona, mudou-se para os EUA, onde lecionou na Universidade de Harvard entre 1932 - 1950.

de, reúne os recursos necessários, cria e é responsável pela performance da organização. Portanto, o empreendedorismo é o meio pelo qual as novas organizações são formadas com os empregos resultantes e a criação do bem-estar” (Sarkar,2014: 31).

Estes autores concebem o empreendedor como um "criador" de mais-valia para a sua organização através da descoberta de novas oportunidades de negócio, com repercussão no aumento do emprego e como consequência do bem-estar da comunidade.

No mesmo sentido, (Kirzner,1973,1997, citado por Sarkar,2014: 31), caracteriza os empreendedores como alguém que está atento a novas áreas e oportunidades de negócio que sejam obviamente lucrativo, através duma utilização eficiente dos recursos aos seu dispor. Como tal, os empreendedores, pela sua forma de agir, equilibram o mercado.

A Universidade de Miami, em Ohio, através do seu Centro de Pesquisa, denominado *Entrepreneurship Center*, publica estudos e publicações nesta área, vai mais além das conceções anteriores, pois considera que o empreendedorismo não é criação do mero negócio per si, dá ênfase ao indivíduo, às suas características psicológicas, à criatividade, à ideia inovadora, cujo resultado poderá ser incerto, correndo riscos para o negócio.

Numa forma mais alargada do conceito, o Babson College e a London Business Scholl, produzem anualmente um relatório dedicado a este tema, designado por *Global Entrepreneur ship Monitor* – designado por GEM, em que consideram o empreendedorismo como:

“Uma forma de pensar e agir, obcecada pelas oportunidades, com uma abordagem holística e equilibrada em termos de liderança, com o objetivo de criar riqueza” (Sarkar,2014: 32).

Mas em contraposição ao GEM, Gartner (1989) refere que a essência do empreendedorismo, está na base do “fazer”, do empreender, e não nas características pessoais ou psicológicas. No fundo o que conta para este autor é o surgimento de novas organizações, e assim termina o empreendedorismo. Não nega ao empreendedor os vários papéis que terá de assumir até à criação da organização, como ser inovador, gestor, proprietário, entre outros.

O académico Sarkar (2014) considera o empreendedorismo de uma forma mais restrita, referindo-o como um processo de criação e/ou expansão de negócios, que nascem não só pela inovação como a partir da identificação de oportunidades

identificadas. Esta noção incorpora, conforme atrás já referido, o que considerava Schumpeter sobre o empreendedorismo, isto é, o motor fundamental da economia, porque incorpora o início e o fim das organizações. Logo o empreendedor será também um inovador, porque consegue identificar as oportunidades de negócio, através da informação.

Conforme expressa Bucha (2009: 15) o “empreendedorismo não é só um conceito de negócio, mas um conceito de vida, na medida em que faz parte de um conjunto de transformações que ajudam a construir um desenvolvimento que não pode ser obtido a qualquer preço, mas deverá ser sustentável, ou seja, deve oferecer mais e melhor qualidade de vida ao ser humano, que hoje é uma das chaves do desenvolvimento”. Daí, o conceito de empreendedorismo tomar outras e diversas formas, dado que é um fenómeno holístico e dinâmico, não só virado para o mundo empresarial, mas para o empreendedorismo social, entre outros.

O quadro abaixo discriminado\* reflete a evolução do termo empreendedorismo:

**Quadro N° 2 – Empreendedorismo/Autores Chave**

<b>Eixos</b>	<b>Autores Chave</b>
<b>Empreendedorismo e Inovação</b>	Schumpeter (1934); Drucker (1985)
<b>Identificação de oportunidades e sua exploração</b>	McClelland (1961)
<b>Empreendedorismo como processo – criação de empresa</b>	Gartner (1988)
<b>Expressão organizacional do projeto empreendedor (novas empresas/empresas existentes)</b>	Stevensen e Jarillo (1990)
<b>Exploração e Oportunidade; e a sua Sustentabilidade através da inovação</b>	Sarkar (2007)

\*Fonte: Carvalho L. e Sarkar S.; 2014:34

Nos momentos de crise económica e social que atravessamos, o empreendedorismo, a inovação e a criatividade, são instrumentos fundamentais para transformar, através de uma nova atitude, as dificuldades em oportunidades, em criação de mais riqueza, por forma a dar um combate sustentado ao desemprego, à exclusão social, transformando em inclusão social.

## 1.1. O Conceito de Empreendedorismo

O Conceito de empreendedorismo deve ser analisado numa perspetiva multidimensional, conforme já referido, não só unicamente direcionado para o negócio, para atividade económica, mas com ligação à própria vida, de cada um e de todos, porque per si proporciona um conjunto de transformações, sustentáveis, oferecendo uma melhor qualidade de vida, que é a chave do desenvolvimento. Mas para isso deve existir, através do processo de socialização do ser humano, seja na família, na escola e até no mundo do trabalho uma educação para o empreendedorismo, como um direito fundamental para o exercício da cidadania. E essa educação, terá consequências no aumento do nível de vida, assim como na transformação e evolução da sociedade.

Quer os temas referentes a empresa (organização) e empreendedor têm a sua origem na época medieval e na organização corporativa do trabalho.

Segundo Eda Sousa (2005: 6), citado em Bucha (2009: 51), o "empreendedor representava, então, mobilizar meios para fins, de uma maneira distinta daquela tradicional utilizada pela sociedade, ou seja, empreender implica renovar".

O conceito de organização, como hoje o concebemos está ligado à 1ª Revolução Industrial (séc. XVIII e XIX), que se baseou em novas descobertas científicas, como a introdução da máquina a vapor, na indústria do aço e caminho-de-ferro, e com a 2ª Revolução Industrial (finais do séc. XIX, princípios do séc. XX), com a descoberta da eletricidade e do uso do automóvel.

Como tal, a organização teve que se atualizar no seu modo de funcionamento, na sua estrutura, acompanhada pelo perfil do empreendedor, preocupando-se em desenvolver o potencial e profissional dos seus recursos humanos. Porque ao desenvolver-se as competências empreendedoras, está-se em simultâneo a desenvolver a organização, a promover o seu crescimento, no fundo a sua racionalidade traduzido num desenvolvimento sustentável, que corresponde a uma melhoria de vida para as gerações seguintes.

Há duas correntes que estudaram o ser empreendedor, segundo conceitos próprios. De acordo com (Bucha, 2009:52,53) temos os:

“Economistas, que associam empreendedor à inovação. Foi Cantillon que no Séc. XVIII, lhe deu o significado atual, como aquele que comparava matérias-primas e,

após transformação, vendia a terceiros, identificando uma oportunidade de negócio, identificando uma oportunidade de negócio e assumindo riscos. Em 1803, Say considerou o desenvolvimento económico (alguém que inova e é agente de mudanças) como resultado de criação de novos empreendimentos. Mas foi Shumpeter (1934) quem difundiu o termo ao reforçar a associação entre empreendedor e inovação como elemento proporcionados do desenvolvimento económico.

Os comportamentalistas, que realçam aspetos atitudinais como a criatividade e a intuição. Max Weber (1930) recorreu aos sistemas de valores para explicar o comportamento empreendedor. McClelland (1961), com base no estudo das grandes personagens da História verificou que estes influenciariam os comportamentos dos seus contemporâneos no sentido de ultrapassarem os obstáculos e aumentarem os limites do possível. Para ele, o empreendedor é aquele que consegue a autorrealização. Esta concepção é diferente da atual, pois McClelland (1971) considera que o empreendedor é o gestor de uma grande organização. A generalização deste pensamento é de que quanto mais os sistemas de valores de uma sociedade de uma sociedade premiar o empreendedorismo, maior será o número de pessoas que tentarão ser empreendedoras”.

Esta tendência comportamentalista foi bastante questionada posteriormente, visto que para a caracterização do perfil do empreendedor, estão dependentes outras variáveis, como a permanência do mercado, a experiência profissional, o nível de educação. Para além disso, Fillion e outros investigadores, trabalharam em modelos estáticos, mas é necessário ter em conta que o mundo não pára, não é estático, está em constante e permanente mudança e transformação. Significa que o sujeito empreendedor tem que assumir/aprender novos papéis concertados com novos modelos de gestão, organização e negócios.

A partir dos anos 80, Fillion dedica-se a analisar outras áreas, interrelacionadas com o empreendedorismo, como o social, o económico, o político e o comportamental, relevando mais as características criativas e intuitivas dos sujeitos e menos a componente económica que até então prevalecia.

Contudo o próprio conceito muda com as novas realidades conjunturais, enquanto no Séc. XVIII, significava uma consistente atuação, de fazer algo, no Séc. XIX e início do Séc. XX, o conceito altera-se, correspondendo o empreender, ao ato de criar grandes impérios económicos (fase colonial). Atualmente representa a atividade de toda a pessoa que está na génese de uma empresa/organização, valorizando-se mais a

componente comportamental (do sujeito), representada não só pelos seus valores, que é a base, mas sobretudo na atitude que o “homem empreendedor” tem perante o negócio.

Refere Knight (1921) que o papel do empreendedor é um “tomador de riscos”, e menciona pela primeira vez as competências empreendedoras que permite o controlo dos riscos, referindo que a figura do empreendedor é diferente dos outros membros da sociedade, porque estes possuem capacidades, habilidades e competências para analisarem o risco do investimento, que por sua vez será compensada pelo lucro.

No entanto Say (1803), cria a figura do empresário industrial, fazendo uma clara distinção do sujeito empreendedor, porque o primeiro dedica-se à “gestão” do seu negócio e na coordenação dos diferentes fatores produtivos, imperando a incerteza e o risco, mas o segundo não passa por essa vivência e responsabilidade.

Mas já Walras (1874) diferencia claramente as funções do empresário – empreendedor do empresário-gestor; o primeiro deteta as oportunidades de realizar um negócio e concretiza-o, o segundo toma as decisões de acordo com a estratégia empresarial.

No entanto Carland et al. (1984), vai ainda mais longe porque efetua uma clara distinção entre o empresário e o empreendedor: enquanto um, cria o negócio, o outro, preocupa-se com a inovação, ligando-a à mudança.

No seguimento dessa diferenciação Laufer (1975), propõe quatro tipos de empreendedor, nomeadamente:

“• Empreendedor – Inovador: ao criar a empresa tem presente que é preciso desenvolvê-la e incorporar as mudanças necessárias. O motivo fundamental que o leva a criar uma empresa é a realização pessoal e considera muito importante a formação adquirida e a experiência;

• Empreendedor -Proprietário: proporciona todos os meios financeiros para o desenvolvimento da empresa, não abdicando do seu controlo. As motivações essenciais são a independência pessoal, a obtenção de um status social, ter poder e realização pessoal;

• Empreendedor-técnico: a criação de uma empresa está muito ligada a um alto nível de eficácia técnica. Com a experiência técnica adquirida em outras empresas, acha que chegou o momento de demonstrar que sabe fazer melhor;

• Empreendedor-artesão: cria uma empresa familiar, não tendo por objetivo fundamental o crescimento da empresa. Este empreendedor cria a sua empresa por

necessidade, podendo dizer-se que é um empreendedor accidental devido às circunstâncias” (Bucha, 2009: 55).

Destas quatro categorias, destaca-se o propósito de que o empreendedor é capaz de conceber, desenvolver e colocar em prática a sua ideia com uma atitude de permanente desafio perante a indiferença dos outros e a adversidade do mercado.

Segundo Empinotti (1994), são os valores que orientam a vida e o comportamento em sociedade, e como tal reflete-se na personalidade do empreendedor. Como tal, para o autor, existem os seguintes valores:

- Valores existenciais: relativos a todos os aspetos, dimensões e níveis referentes à nossa vivência;
- Valores estéticos: a sua influência na empresa vai definir o ambiente de trabalho e a organização adoptada;
- Valores intelectuais: os existentes no empreendedor vão influenciar, entre outros, o nível de inovação tecnológica, a posição da empresa perante a sociedade;
- Valores morais: definem as regras de comportamento da empresa na sociedade ou sociedades em que está presente;
- Valores religiosos: traduzem o relacionamento do empreendedor com os outros” (Bucha, 2009: 55-56).

É contudo através da interiorização destes valores, que o empreendedor caminha para a mudança que pretende empreender, seja na organização, seja na tecnologia, seja na motivação com quem interage, conduzindo o seu projeto para o sucesso que pretende.

Já (Sue Birley,2001:XIII), citado em (Bucha,2009: 56), refere que esta mudança influi nos empreendedores porque considera que “(...) são indivíduos que organizam, operam e assumem os riscos associados com um empreendimento que criaram, visando à concretização de uma oportunidade que eles e outros identificaram. [Por isso] o processo empreendedor é dirigido à realização do valor associado com as oportunidades de negócios”. Significa que através da sua ação, da sua iniciativa, criam riqueza, valor acrescentado, que por sua vez irá ser aproveitado por todos os membros da sociedade.

A mesma posição assume Dornelas (2003: 37), citado por (Bucha,2009: 57), considera que no âmbito da natureza do empreendedorismo, existe sete perspetivas que intervêm no desenvolvimento de uma sociedade, numa base duradoura e sustentável. São elas, a criação de riqueza, de empresa, inovação, mudança, emprego, valor e

crescimento. Isto significa que o empreendedor assume riscos calculados, está associado a novos negócios, combina recursos, envolvido na mudança e em permanente adaptação, cria emprego por via do crescimento do seu negócio (novas oportunidades), cria valor quer para os clientes e consumidores pelo surgimento de oportunidades não exploradas, e por último, acresce à empresa lucros e resultados positivos em consequência do crescimento do negócio. É através da conjugação destes fatores que se promove a criação de riqueza que por sua vez será aproveitada por toda a comunidade.

Contudo, observa-se a existência de diferentes tipos de empreendedorismo, nomeadamente externo (entrepreneurship) e interno, sendo este mais conhecido por intra-empreendedorismo (intrapreneurship). No entanto há semelhanças entre ambos, dado que envolvem exploração de oportunidade, criam novos produtos, serviços, processos ou negócios, estão dependentes de um empreendedor, e que este deva ter a capacidade de articular a visão com a gestão.

Em relação às semelhanças, entre ambos, envolvem exploração de oportunidade, criam novos produtos, serviços, processos ou negócios, estão dependentes de um empreendedor, o qual tenha a capacidade de articular a visão com a gestão, paixão com pragmatismo, proactividade com paciência, deverá ser perseverante, capacidade de ir ao encontro de soluções novas para os problemas que enfrenta diariamente, ter soluções para identificar, captar recursos, e recuperar o capital investido no seu negócio.

Quanto ao intra-empreendedorismo, este pretende desenvolver a situação da empresa, estimula o potencial interno, a cultura organizacional deve estar coerente com a estratégia adaptada e existir flexibilidade de funcionamento. O intra-empreendedorismo definido por Dornelas (2003: 127), citado por Bucha (2009: 58-59), é "(...) o desenvolvimento, dentro de uma grande empresa, de mercados internos e relativamente pequenos, através de unidades independentes projetadas para criar, testar internamente e expandir ou melhorar certos serviços, tecnologias e métodos dentro de uma organização. É diferente do empreendedorismo ligado a novas unidades de negócios em grandes empresas, que tem o propósito de desenvolver ações lucrativas em mercados externos à empresa (Nielson, Peters e Hisrich, 1985).

[Refere ainda o mesmo autor] (...) que os Intra- Empreendedores são os sonhadores que fazem acontecer. Aqueles que assumem a responsabilidade de criar e inovar dentro de qualquer tipo de organização. Eles podem ser os criadores ou

inventores, mas são sempre os sonhadores que entendem como transformar uma ideia em algo real e lucrativo (Pinchot III, 1985)".

O "Homem" empreendedor convive com a incerteza, com o inesperado, o que proporciona criatividade, percepção de oportunidades invisíveis ao "cidadão comum", o que leva a investir em novos modelos de negócios e/ou a substituir os existentes por outros mais eficazes e lucrativos.

Sob o ponto de vista psicológico e empírico, autores como Mintzeber, Alstrand & Lampel (2000) citado por (Bucha, 2009: 59), estudaram a personalidade do empreendedor, e chegaram à conclusão, de que entre as suas características de personalidade, há uma forte necessidade de controlo, independência e realização, com dificuldade em aceitar riscos moderados, mas reconhecem uma oportunidade, após medirem o risco do mesmo.

Mas em Portugal, o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, sendo premente num contexto de crise económica e social, a sair de uma profunda recessão económica e social, com altas taxas de desemprego, anda ainda muito longe de outros países europeus, devido a diversos fatores, entre outros, a falta de estratégia governamental interligada a um desenvolvimento sustentável, mão-de-obra pouco qualificada, baixos salários, excesso de burocracia, dificuldades no acesso ao crédito bancário, custos energéticos elevados, dependência tecnológica do exterior, preferência por investimento estrangeiro. Por outro lado, no nosso ensino, desde o básico ao universitário, não se estimulam os alunos a tornarem-se empreendedores. A grande maioria da população ativa está dependente do Estado, quer seja, direta ou indiretamente, através de subsídios e outros apoios. Sendo um entrave para o sucesso e desenvolvimento do País, porque muitos dos nossos empresários/gestores não entenderam que o sucesso das suas empresas, depende dos seus recursos humanos (Capital Humano), da sua motivação, da incorporação dos valores, da missão e da estratégia empresarial.

O Filósofo Ken Wilber citado em André Freire (2005: 107) apud (Bucha, 2009: 63), dá o enfoque na ótica do Capital Humano, numa perspetiva interna e externa, isto: "(...) implica entender a empresa como um sistema que abrange um quadrante individual interno (a dimensão de valores, espiritual e cognitiva de cada pessoa), outro individual externo (os seus comportamentos, atitudes e capacidade técnica), um coletivo interno (os valores e sonhos partilhados, a cultura de equipa) e um coletivo externo ( a estratégia, os processos de negócio, as operações)". É através da conjugação destes

quatro quadrantes que a empresa terá sustentabilidade no tempo, porque as regras do mercado, são por vezes cruéis e destruidoras.

Como tal, os recursos humanos na organização, vão ter um papel preponderante no negócio/atividade, mas para isso o empresário/empreendedor deverá ter a capacidade de transformá-los em Capital Humano. Mas para que isso aconteça, pressupõe-se a existência de características básicas que conduzem à identificação do próprio espírito empreendedor, sendo a necessidade de alta realização, passando para um outro nível de status mais elevado, a disposição de assumir riscos (financeiros, familiares, psicológicos e outros) e a autoconfiança, porque a gestão do risco exige a utilização das suas competências (pessoais e profissionais).

As pessoas não se tornam empreendedoras por mero acaso, mas por diversas razões, nomeadamente: melhorar o seu estatuto social e económico, não aceitam o ambiente de trabalho das organizações em que trabalham e decidem criar o seu próprio negócio, outros ao saírem de casa dos seus pais pretendem demonstrar a sua independência, mulheres que sentem discriminações no local de trabalho e pretendem "abrir" um negócio próprio.

Na sociedade atual, ao promover-se o empreendedorismo, está-se em simultâneo a promover a competitividade, a produtividade, com a finalidade de se construir uma economia, que consiga criar valor para si e em consequência, promover um desenvolvimento sustentável e durável.

Este objetivo está diretamente ligado a outro conceito, que é a Inovação, fator essencial para que uma organização sobreviva num mercado em permanente mutação.

Em Portugal, no momento presente em que o crescimento económico baixou e o investimento estrangeiro decresceu consideravelmente, começa-se a dar importância ao *Empreendedorismo* para promover o desenvolvimento e o crescimento, sendo exemplos recentes o Plano Nacional de Emprego e o Plano Tecnológico.

## 1.2. Perspetiva Sociológica

Constata-se que a literatura produzida sobre empreendedorismo pela economia é muito maior, em comparação com a sociologia. Pela tradição académica tem-se associado o conceito mais à área económica.

Segundo Swedberg (2000), citado por (Almeida & Albuquerque, 2013: 37,39), algumas das obras de maior destaque remetem para Max Weber (1864 - 1920), e para o seu conceito de carisma. Este cientista social afirmava que só numa economia de mercado, é que pode existir empreendedorismo, porque a sua ação económica encontra-se dentro da empresa, mais do que um ato meramente isolado por um indivíduo.

Na sua obra mais importante "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", o autor expressa para a alteração que ocorreu, com a revolução industrial, da atitude face ao empreendedorismo, em que se passou da hostilidade e alienação, para não só, a sua aceitação como a compreensão e promoção de atitudes empreendedoras.

Weber destaca a forma como o protestantismo promoveu o desenvolvimento, de uma posição positiva relativamente ao trabalho e ao enriquecimento que aí advêm, em detrimento de uma mentalidade medieval em que o enriquecimento era "um pecado".

Facilitou a mudança não só de atitude, mas de visão na sociedade do papel do empreendedor "capitalista", face à própria sociedade.

Esta reforma protestante, concorreu para que a sociedade "olha-se" para o sistema capitalista de uma forma mais humana, menos exploradora, porque trouxe valorização na atividade profissional que é empreendida, tornou-se o "caminho", ou o "meio" de atingir a virtude perante Deus. Um comerciante, um industrial, é considerado não só um bom cidadão, como virtuoso e moralmente superior, porque distribui os seus dividendos pelos outros, pela comunidade, continua a investir no seu negócio, que por sua vez produz mais riqueza, que será distribuída. O lucro deixa de ser considerado um "pecado", ao contrário de outras épocas.

E esta mudança de paradigma contribui não só para o aparecimento do Capitalismo, mas para a sua solidificação como sistema económico e social dominante, florescendo per si a atividade empreendedora. Mas é de realçar, que na sua obra, Weber contrapõe o empreendedor ao burocrata, porque há medida que a organização social se vai tornando mais burocratizada, seja dentro das empresas, ou no Estado, a sociedade fica mais racionalizada.

Weber considera que a burocracia, como sistema democrático que é, conduz e promove a igualdade de oportunidades, dado que o mérito é recompensado, os processos de seleção, admissão e procedimentos internos são transparentes. Mas também alerta, que o excesso de burocracia pode levar à paralisação da economia, porque limita a criatividade humana, e só o empreendedor é que tem potencialidade para a manter controlada. Porque o empreendedor conhece a fundo o seu negócio, a empresa, toma as suas próprias decisões, assume a sua responsabilidade no negócio e não obedece apenas a ordens como o burocrata.

Mas o autor, expressa que a subsistência é a base do empreendedorismo, advêm da necessidade das empresas se modernizarem e de explorarem novas oportunidades, mas que sejam lucrativas.

Considera ainda que o empreendedorismo está imbuído e influenciado pelo quadro de valores da sociedade, disseminado pela socialização nas novas gerações com o intuito de atingir os objetivos pretendidos.

### **1.3. A Inovação e o Empreendedorismo**

Já Antoine Lavoisier, afirmava que na "Natureza nada se perde, tudo se transforma". Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora, 6ª Edição, pág.943), inovar significa "tornar novo; introduzir inovações; inventar; criar". Sendo assim, pode dizer-se que Inovar não "é mais do que transformar algo que já existe em diferente".

A criatividade é a condição básica e fundamental para que haja Inovação na sociedade, existindo uma interligação profunda entre Inovação e Empreendedorismo.

Na sociedade atual, no momento em que se vive é primordial, nas empresas e em outras organizações, como as instituições particulares de solidariedade social, terem bem presente este conceito. Fruto das novas transformações e mudanças constantes, quer seja a nível tecnológico, informacional ou modelo de gestão, para a sua sobrevivência deverão incorporar novas competências e "saberes" por forma não só a competir no mercado global, como na sua sustentabilidade.

Conforme refere Bucha (2009:71), apud Shumpeter (1934), citado em (Eda Sousa,2005: 4), está de acordo que "a perceção e o aproveitamento de oportunidades, no âmbito dos negócios, vinculados à criação de novas formas de uso dos recursos, podem

ser considerados como indicadores de empreendedorismo, estando associado à inovação". O sucesso da empresa e/ou organização social depende do uso /conhecimento da tecnologia, da criatividade, da capacidade em concretizarem com êxito os seus objetivos, mas essencialmente da inovação.

De acordo com Filion (1991), citado em (Eda Souza, 2005: 5), e apud (Bucha, 2009: 71), refere que o empreendedor é o inovador que tem criatividade, persistência, capacidade de condução de assuntos e pessoas e em utilizar recursos.

Sarkar (2014: 161) ao referir-se ao termo inovar (do latim *innovo+are*), tem como significado renovar, inventar, criar, ter novas ideias ou transformar ideias já existentes em novas, com um novo formato.

No quotidiano, muitas vezes sem o sentirmos, inova-se diariamente porque o ser humano é detentor de criatividade e ideias novas. Mas para a sua exequibilidade é necessário e desejável que tenha impacto económico positivo e gerador de riqueza. Daí o desafio permanente que o conceito de inovação acresce nas organizações, porque representa a transformação duma ideia em algo com sucesso. Por sua vez está diretamente ligada ao crescimento económico e ao bem-estar das populações.

Como refere ainda Sarkar (2014: 162), citando Robert Sutton, no seu livro *Weird Ideas That Work*, em que este faz uma ligação entre os conhecimentos utilizados, transformados em três formas de o saber fazer, nomeadamente:

- "Variação do produto (*variance*), que consiste na aplicação de ideias antigas em determinados lugares, mas que se revelam novas/inovadoras para a organização;
- *Dejá-vu*, que aqui significa ver como as coisas se fazem por dentro e fora da empresa, mas aplicá-la internamente de novas formas;
- Quebrar com o passado (*breaking from the past*), o que implica novas formas de atuar e de pensar em outros lugares ou pessoas".

Significa que o criativo tem a capacidade inata de aplicar ideias, novas ou transformar as velhas (mesmo que sejam de outros) em novas, de uma forma efetiva e constante. No mundo competitivo e global em que se vive atualmente, as empresas e as organizações têm de incorporar novas competências, novos produtos, não só do modo de adaptarem-se ao comércio global, mas também para a sua sobrevivência.

Para Bucha (2009) o desenvolvimento também resulta da aplicação de novas tecnologias na conceção do produto, e é aí que está o "segredo" das mudanças e transformações.

Mas Sarkar (2014), expressa que só a vertente tecnológica torna-se redentor, porque a abrangência da inovação é mais ampla, envolve muito mais que a tecnologia, induz e inclui mudança social. Toma-se como exemplo o "modelo do microcrédito" iniciado por Muhammed Yunus, em que tirou da miséria e até da pobreza extrema, milhões de seres humanos e isso representou mudança e transformação social. Mas não descarta que a tecnologia dá alguma proteção e um elevado potencial de crescimento, tendo um efeito positivo para a inovação, porque se torna sustentável ao longo do tempo.

Para Shumpter, a evolução da indústria advém, como principal determinante, as alterações tecnológicas, a inovação de produto, de processo e organizacional.

Como tal, Sarkar (2014: 164) citando Shumpter, define inovação em função do fator produção, dado que "(...) esta função descreve a forma como a quantidade do produto vai variar se variarem as quantidades dos fatores. Se, em vez das quantidades dos fatores, variamos a forma da função, então temos inovação. Mas, pelo menos à partida, isto não nos limita apenas ao caso em que a inovação consiste em termos produzidos anteriormente: coloca também questões mais delicadas. Então defini a inovação simplesmente como a obtenção de uma nova função de produção. Isto cobre o caso de um novo produto, assim como uma nova forma de organização que possa emergir, até à abertura de novos mercados, e por aí adiante. Relembro que a produção, em termos económicos, não é apenas a combinação de serviços produtivos. Podemos exprimir a mesma ideia dizendo que a inovação combina fatores de uma nova forma, ou que consiste em fazer novas combinações (...)"

Considera Shumpter, cinco os tipos de inovação: nova organização, novo produto, nova fonte de matérias-primas, novo mercado e novo processo.

O "pai" da gestão Peter Drucker, guia os empreendedores no sentido de estes se apetrecharem duma ferramenta primordial que é a inovação, e menciona que:

" A inovação é a ferramenta específica dos empreendedores, os meios com os quais eles exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio diferente ou um serviço diferente. É possível apresentar a inovação como uma disciplina (...). Os empreendedores têm de ser capazes de procurar, de forma determinada e persistente, por

fontes de inovação, por mudanças relevantes e pelos seus sintomas, aqueles fatores que indicam oportunidades por inovações de sucesso. E precisam de saber e aplicar os princípios de uma inovação de sucesso” (Sarkar, 2014: 165-166). Defende ainda para que a inovação tenha sucesso, deve existir três condições, designadamente transforme-se num trabalho difícil e árduo, e que para isso é necessário não só empenho como persistência, os próprios inovadores têm que potenciar os seus pontos fortes, e que a inovação ao estar associada a uma mudança no processo, terá um efeito na economia e por consequência na sociedade.

É importante também ter em conta que a inovação, está associada à invenção, e inovar é aplicar esse saber com o objetivo de comercializar determinado produto no mercado, com o objetivo de obter resultados duradouros, o que representa, vantagens competitivas. Mas para isso acontecer, a organização terá de efetuar uma combinação de recursos para transformar essa invenção criativa, numa inovação. Porque é um processo de natureza multidimensional e sistémica, podendo medir a sua qualidade, pelas suas repercussões no mercado.

A OCDE<sup>2</sup> faz uma distinção entre inovação do produto e do processo referindo que o primeiro, "(...) trata-se de um bem ou serviço que é novo ou significativamente melhorado. Isso inclui melhorias significativas em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais” (Sarkar, 2014: 169).

Para Tidd et al (1997) e Cumming (1998) apud (Sarkar, 2014: 170), consideram a inovação do produto como um meio/processo, através de uma oportunidade e transformá-la em novas ideias postas em prática, enquanto a inovação do processo, dá ênfase à originalidade aplicada num produto ou mesmo no próprio processo.

O **Quadro Nº 3 da Inovação** (abaixo discriminado) dá-nos uma visão holística das diferentes vertentes da inovação, sintetizando os vários conceitos existentes, conforme abaixo discriminado:

O que é?	Onde Inovar?	Envolve o quê?	Sustentabilidade	O Processo
<b>Nova melhoria contínua</b>	Produto	Custos	Tecnologia	Problema definido
<b>Nova aplicação</b>	Processo	Risco e Incerteza	Know - how	Oportunidade, Identidade
<b>Invenção- Inovação</b>	Modelos de Negócio	Empreendedor	Design	Serendipity
				Recursos Internos
				Inovação Aberta

Fonte: S. Sarkar, (2014: 170)

A Wikipédia<sup>3</sup> define inovação como o "(...) desenvolvimento de novos valores para os clientes através de soluções que atendam às novas necessidades, necessidades inarticuladas, ou clientes antigos e necessidades do mercado de novas maneiras".

Daqui conclui-se que a inovação conjuga vários elementos, desde possuir uma ideia, ter atenção à oportunidade surgida ou que possa vir a surgir, escolher qual a melhor hipótese, alternativa, e aplicar a ideia numa inovação, para que esta tenha sucesso no mercado.

Mas a invenção, segundo Bucha (2009) é um conceito que terá de estar adequado ao contexto social, ao público a que se destina, tendo sempre presente as dimensões da qualidade, utilidade e eficácia. Para além disso, deve existir, na organização, uma cooperação interdisciplinar, sendo um processo que envolve trocas e negociações, é a base de conhecimento do empreendedor, e concorre para os resultados que por sua vez conflui para um desenvolvimento sustentável.

2 - OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

3 - [http://: www.wikipédia.pt](http://www.wikipédia.pt) (consultado em 2/05/2015)

O mesmo autor (Bucha, 2009) define sete fontes para as oportunidades inovadoras, nomeadamente:

- "Aquilo que conseguimos controlar e que Drucker (1986) designa por inesperado;
- A diferença entre o que conseguimos atingir e o que esperaríamos atingir;
- Mudança nos diferentes setores económicos e que não são perceptíveis;
- A inovação baseada na necessidade de processo;
- Mudanças ocasionadas por alterações demográficas;
- Mudanças em perceção, disposição e significado;
- Produção de conhecimento novo por várias entidades".

Considera as quatro primeiras, fontes internas e as três últimas são fontes externas à organização, o que implica mudanças no meio social, filosófico, político e intelectual (Bucha, 2009: 73).

Segundo Freire (2000), citado em Maria Amélia Nunes de Almeida (2005: 302), por sua vez citado em Bucha (2009: 75), considera a inovação como um "(...) processo de criação e introdução de algo novo na própria organização ou no mercado. Não se trata de um ato único e pontual, constituindo antes um processo global que se estende ao longo do tempo. Não se resume à geração de novas ideias, pois requer a invenção de algo novo, a sua posterior aplicação na própria organização ou no mercado, sendo esta a principal diferença entre invenção e inovação".

Mas o próprio conceito, foi ao longo do século XX, adquirindo uma certa autonomia, por vezes ainda hoje é confundido ou "visto" como uma mera inovação tecnológica. Por isso o próprio *Livro Verde da Inovação (1995)*, define três tipos de invenção: o 1º, renovação e/ou alargamento de produtos, serviços e mercados, o 2º, novo método de produção ou distribuição, e por fim o 3º, corresponde a uma alteração de paradigmas de gestão, condições e organização do trabalho, financiamento, qualificação dos recursos humanos ou outras inovações na gestão.

Representa que a inovação deve integrar com êxito diferentes recursos, recorrendo aos sistemas de informação para que garanta melhor qualidade de vida às populações, um ambiente sustentável, por forma que se construa uma sociedade mais equilibrada e sobretudo mais igualitária.

A inovação, sendo uma atitude, vontade e forma de estar, contraria o hábito, a repetição, o automatismo, deve proporcionar a criação do Capital Humano. Sendo este, a chave do sucesso das organizações, o "processo inovador", para ser fecundo, deve ser "vivido" num espaço mental aberto, do "saber fazer", do "saber criar", com coragem para assumir riscos, com massa crítica, para assim poder adotar-se políticas inovadoras.

Se não houver ligação à realidade, ao mundo que nos rodeia, não pode haver criatividade, porque esta, por meio da inovação, é que faz a ligação, a ponte, com o empreendedorismo. Mas para isso é necessário talento, personalidade, conhecimento e competência do empreendedor. Assim se dá início à mudança, explorando até ao seu limite as inovações.

De acordo com Bucha (2009: 78,79), apud Kauter (1988), citado em Fonseca (1998: 44) em qualquer processo de inovação (tecnológico ou administrativo, de produto, de processo, de sistema) existem quatro características fundamentais comuns, nomeadamente:

". A **Incerteza** quanto à duração do processo, à oportunidade, à finalidade e ao custo final;

. O carácter **Conhecimento Intensivo** do processo, que implica a sua fragilidade, na medida em que o conhecimento é adquirido de forma disseminada e não codificada;

. O carácter **Controverso e político**, existindo sempre alternativas de percurso para a aquisição de soluções para qualquer problema;

. O carácter **Transfronteiriço**, traduzido na circulação do novo conceito através das divisões funcionais e estruturais, afetando-as, requerendo a sua colaboração ou eventualmente mudanças no seu comportamento".

Para o mesmo autor, o processo de inovação é alcançado através dos seguintes passos:

". **Geração de Ideias**: os inovadores devem saber compreender as necessidades dos utilizadores (...) de modo a detetarem as oportunidades que se traduzirão em inovação como resposta a uma necessidade não satisfeita;

. **Construção de Coligação**: é necessário internamente reunir apoios de modo a alcançar-se a concretização, mediante a alocação de recursos (...);

. **Realização da ideia**: nesta fase constitui-se a equipa que vai transformar o conceito em projeto;

. **Difusão:** o resultado tem de ser dado a conhecer de modo que um número crescente de utilizadores disfrutem de inovação".

O modelo de Kanter (1998), como se pode depreender, dá realce à cultura organizacional, na qual tem de ser do tipo empreendedora. Sendo a inovação um processo complexo e de interatividade, vai ultrapassar os limites da empresa e abrange todos os setores ou áreas da sociedade.

Mas deve-se ter em conta que a inovação é a chave do sucesso, e que todos os empreendedores que a obtêm, revelam qualidades pessoais para o risco e para a inovação, sendo uma função específica e primordial no empreendedorismo.

## 1.4. O Empreendedorismo Social e o Desenvolvimento Local

Ao longo de todo o séc. XX, houve várias fases históricas que provocaram divisões e disparidades na sociedade, como a crise de Wall Street de 1929 nos EUA e na Europa as duas grandes guerras (14-18 e 39-45). Contudo no limiar deste novo século (XXI), em consequência dum novo (velho) fenómeno denominado Globalização cujas mudanças conforme refere Giddens (2010: 15), “(...) que nos afetam não estão confinadas a nenhuma zona do globo, mas fazem sentir-se um pouco por toda a parte”, cujos cientistas apelidam de Global. Marcado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, pelos novos meios de transporte e redes viárias, desaparecimento do protecionismo e das fronteiras, uma miragem ou um sonho dum passado recente, fruto do enorme avanço da era electrónica, digital e tecnológica, difundida culturalmente, para além das “(...) decisões dos governos no sentido de liberalizarem e desregularem as economias nacionais” (Giddens, 2010: 25).

Com o emergir de novos padrões de identidade, valoriza-se a cultura do individuo em detrimento do coletivo, desaba o conceito de estrutura social tradicional, visível não só na dissolução da família, a mudança nos papéis do homem e da mulher, a desregulamentação e flexibilização do tempo de trabalho remunerado, a precarização da carreira profissional, a liquidação da contratação coletiva, entre outros.

Na estrutura social de um País, continua-se a verificar que existem “(...) instituições que, por fora parecem as mesmas de sempre, até usam os mesmos nomes, mas por dentro, modificaram-se completamente. Continuamos a falar de nação, família, de trabalho, de tradição, da natureza, como se todas as instituições se mantivessem iguais ao que eram. (...) As carapaças exteriores mantêm-se, mas no interior houve modificações” (Giddens, 2010: 27,29). Até porque atualmente a maneira de viver, de pensar, de agir, está a mudar vertiginosamente, independentemente do local onde se habita porque o fenómeno da “globalização” não surge do acaso, não é meramente circunstancial, visto que se tornou hoje um modo de vida.

Mas como consequência trouxe o aumento exponencial e brutal do desemprego, das desigualdades sociais entre países (povos), em que uma minoria de ricos, estão cada vez mais ricos, em contraste com uma classe média a desaparecer e uma enorme massa de pobres, depauperados e submetidos a um mundo do trabalho desvalorizado, apesar de este ser central e transversal à sociedade, com reflexos no quotidiano de cada um,

constata-se novas reconfigurações no trabalho e nas organizações, com a procura de novas respostas ao desemprego, nas famílias, no estatuto social e na organização interna da sociedade.

Queremos contudo realçar que as dimensões trabalho e família, são os pilares da centralidade da vida em sociedade e o seu equilíbrio (sempre instável ao longo dos tempos), transporta na atualidade um grande desafio para os atores sociais (políticos, económicos, educacionais, culturais), sobretudo na legislação laboral e social com direitos e deveres que sejam promotores de igualdades de oportunidades para todos, adequada a estes ditos novos “velhos” tempos de grande amplitude na mudança, por forma a evitar rupturas sociais.

Como tal, cabe ao Empreendedorismo um papel relevante, quiçá, uma nova resposta, ao desafio de uma “nova” economia, que torne os cidadãos mais empreendedores. De acordo com vários investigadores, há diferentes tipos de empreendedorismo. Segundo Anne de Bruin e Ann Dupuis apud Bucha (2009: 34) existem vários tipos, como o empreendedorismo por necessidade, o ético, de capital, o eletrónico, o familiar, o comunitário, o municipal, o estatal, o local, na terceira idade, em jovens, no género e nas minorias.

Conforme anteriormente referido, o empreendedorismo já existe desde há longo tempo, mas historicamente está mais ligado ao mundo empresarial, com o intuito de gerar lucro. É um fenómeno em que está a aumentar de uma forma exponencial em consequência da crise, do encerramento de empresas, das altas taxas de desemprego que se verificam, da escassez de recursos e da impossibilidade do Estado conseguir dar respostas a todas as solicitações.

O Empreendedorismo para além de estimular a criação de negócios, é também promotor de desenvolvimento económico e social, porque identifica oportunidades, melhorias, transforma-os e realiza-os em projetos dinamizadores do local. Segundo Soumodip Sarkar (2014: 31,44) o empreendedorismo pode ter impactos mais abrangentes na sociedade, na forma de **empreendedorismo social**, citando (Drucker,1988), o "(...) empreendedorismo não apenas como fenómeno respeitável nas empresas, mas também nas instituições sem fins lucrativos, o que se assinala hoje como empreendedorismo social(...)". Como se depreende pelas palavras de Peter Drucker, a essência do empreendedorismo vai muito além do mero negócio (em si mesmo), em que assinala que os "(...) empreendedores sociais são indivíduos que têm soluções de inovação para problemas sociais, são ambiciosos e persistentes, enfrentam os maiores

problemas sociais, (...) transformam a economia ao deslocarem recursos para áreas que ainda são servidas, (...) mas o seu primeiro efeito vai para as atividades que geram mudanças sociais. Os sectores não lucrativos constituem um sector da sociedade com forte crescimento, (...) e intervêm para solucionar os problemas que os governantes e os burocratas não resolvem (...)" (Sarkar 2014: 44).

Este movimento gera no individuo/ou agente, autonomia e responsabilidade, mas também o alerta para uma maior consciência nos mecanismos de discriminação, exclusão e desigualdades que se geram na sociedade. Um dos objetivos do empreendedorismo no local segundo Isabel Fazenda (2014: 2) é "(...) fortalecer em direitos e em participação, grupos, pessoas ou populações sujeitos a discriminação e exclusão, e por outro lado, fiscalizar os poderes estatais e os grandes interesses económicos, e lutar contra a opressão. Pretende favorecer a efetiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural, e uma distribuição [mais equitativa] dos recursos".

Esta participação dos cidadãos na vida da "polis" e no "locus", conduz-nos ao conceito de democracia participativa, o que "(...) implica o envolvimento direto e ativo na tomada de decisões que dizem respeito à comunidade, e mesmo na sua execução, por parte de todos os elementos da comunidade.

E só faz sentido, a participação dos agentes e atores locais, com o envolvimento das organizações do poder local, das associações de utentes dos serviços, iniciativas de solidariedade social, associações culturais, recreativas, desportivas, políticas e comunitárias, o que proporciona maior responsabilização das pessoas e grupos, e aumenta o sentimento de pertença e coesão" (Isabel Fazenda, 2014: 4).

Em reação, observa-se o desenvolvimento de um novo tipo de empreendedorismo, o social. É um conceito recente e são várias as causas que provocaram o surgimento deste género, mas a principal deve-se cada vez mais à escassez de recursos na sociedade e do Estado por não poder dar resposta a tudo, em virtude de verificar-se uma profunda mudança no Estado Social e sobretudo nos apoios sociais às populações mais carenciadas e excluídas socialmente.

De acordo com Mancini e Yonemoto (2010), os "(...) empreendedores sociais vêm oportunidades até mesmo onde não são apresentadas, características tais como persistência, liderança, autoconfiança, entre tantas outras, podem ser encontradas nestas pessoas, que são impulsionadas a ações na busca do bem estar social". Nota-se um

processo cada vez maior da expansão deste fenômeno, que pode contribuir numa melhor distribuição dos recursos e potenciar um aproveitamento em áreas, muitas vezes, desconhecidas.

Apesar de a imagem do empreendedor ter uma forte ligação ao mundo empresarial, há inúmeras formas de empreender, e o empreendedor social tem cada vez mais um papel de interventor social, no desenvolvimento humano, social e sustentável, com o intuito de reduzir não só as desigualdades sociais, sendo um dos exemplos a inclusão social daqueles que, fruto das circunstâncias, não têm lugar e ocupação no mundo do trabalho.

Por isso, como refere ainda Mancini e Yonemoto (2010), o empreendedor social torna-se um agente e motor de mudanças na sociedade, trabalhando em favor desta, uma vez que as suas características pessoais o incitam a realizar ações com vista a diminuir as diferenças entre os cidadãos, porque ocupam-se de determinados negócios, muitos são diferentes dos tradicionais, promovendo igualmente mudanças fundamentais, considerando-se a mais relevante, a mentalidade. Eles têm em comum uma crença profunda na sua capacidade de mudar o “mundo” ao seu redor, sentem intensamente que podem fazer a diferença, buscam o bem-estar global da sociedade, em todas as áreas essenciais ao desenvolvimento humano.

Segundo Dees (2002) apud Oliveira (2003: 182) apud Mancini e Yonemoto (2010), para os “(...) empreendedores sociais a riqueza é apenas um meio para um determinado fim. Já para os empreendedores de negócios, a geração de riquezas é uma maneira de mensurar a geração de valor (...) em particular, as leis do mercado não fazem um bom trabalho na valorização de melhorias sociais, bens públicos, prejuízos e benefícios para pessoas que não podem pagar”.

Em relação ao perfil do empreendedor social, ainda de acordo com Mancini e Yonemoto (2010), este pensa no coletivo, produz bens e serviços visando o conforto da comunidade, focaliza a resolução de problemas sociais, mensura a eficiência através de impostos sociais, visa o desenvolvimento social e por último a satisfação de toda a comunidade.

Mas existem pontos comuns entre os empreendedores empresariais e os sociais, dado que ambos criam procura, obtêm recursos e convertem ideias em produtos e serviços.

Para Cesar (2008:252) citado por Mancini e Yonomoto (2010), “o bem-estar da humanidade depende cada vez mais de uma ação cooperativa em nível local, regional nacional e internacional. A participação do sector empresarial, por sua capacidade criadora, seus recursos e liderança, é crucial”, porque hoje em dia está cada vez mais a surgir nas empresas, uma área denominada de Responsabilidade Social, virada para as questões sociais da comunidade onde a empresa/sector está inserido, no qual pode também resultar num aumento dos lucros da empresa.

Sendo um conceito recente, mas que se vem desenvolvendo com algum destaque, inclusivamente a ONU (Organização das Nações Unidas) apresenta-o como uma das saídas para a miséria, combatendo uma falha governamental e filantrópica.

De acordo com Oliveira (2003:200) apud Mancini e Yonomoto (2010), o “novo sentido e significado que o empreendedorismo social vem alcançando, decorre de quatro fatores conjunturais:

**1º** Desenvolvimento económico globalizado, conjuntamente com o crescimento dos problemas sociais;

**2º** Crescimento das organizações sem fins lucrativos nas décadas de 60 e 70;

**3º** Ineficiência da ação governamental, das organizações e da filantropia na resolução de problemas sociais;

**4º** Crescimento do chamado sector sem fins lucrativos, ou terceiro sector a partir da década de 90 e, conseqüentemente, a redução de fontes e recursos de financiamento, o que conduz a busca de uma nova lógica de gestão para autossustentabilidade destas organizações e suas missões”.

O Empreendedorismo Social baseia-se numa ação inovadora voltada para o campo social e como tal provoca impacto social. De acordo com esta posição, Cláudia Oliveira (2012: 72,73) considera o empreendedorismo social como:

➤ “Novo paradigma de intervenção social, pois mostra um novo olhar e leitura da relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade;

➤ Processo de gestão social, pois apresenta, (...) uma cadeia sucessiva e ordenada de ações, que podem ser resumidos em três fases: a) concepção da ideia; b) institucionalização e maturação da ideia e c) multiplicação da ideia;

➤ Arte e ciência, arte pois permite que cada empreendedor aplique as suas habilidades e aptidões, assim como os seus dons e talentos, sua intuição e sensibilidade

na elaboração do processo de empreendedorismo social; é uma ciência, pois utiliza meios técnicos e científicos, para ler, elaborar/planear e agir sobre e na realidade humana e social;

➤ Tecnologia social, pois a sua capacidade de inovação e de empreender novas estratégias de ação, fazem com que sua dinâmica gere outras ações que afetam profundamente o processo de gestão social, já não mais assistencialista e mantedora, mas empreendedora, emancipadora e transformadora;

➤ Indutor de auto-organização social, pois não é uma ação isolada, ao contrário, necessita da articulação e participação da sociedade para se institucionalizar e apresentar resultados que atendam as reais necessidades da população sendo duradouros e de auto impacto social”.

Significa que é cada vez maior a participação dos Empreendedores Sociais na economia, já que o Estado, devido às dificuldades que atravessa, pelo suprimento de recursos e insuficiente na distribuição do rendimento. Começa a ser visto, pelos vários atores sociais, como uma mais-valia na conjunção de esforços, não só para melhorar, mas sobretudo para criar novas oportunidades de negócios que proporcionam condições mais favoráveis e igualitárias para todos.

Portanto, o Empreendedor Social apresenta-se como um agente dinamizador num processo de convergência para o bem-estar da comunidade, cujo seu objetivo é:

“(…) obter resultados sociais significativos, produzir mudanças para melhorar a vida das pessoas, fortalecer o autoconceito e a descoberta das próprias capacidades, clarificar valores genuínos, preservar a riqueza da vida humana e renovar as razões de esperança no futuro do mundo” (Mancini e Yomoto, 2010) citando (Melo Neto & Fróis, 2001) apud Oliveira (2003: 211).

Apesar do exposto, há a destacar a necessidade de uma cultura empreendedora, apesar dos avanços nestes últimos anos, a sociedade ainda apresenta uma certa resistência, ou até desconhecimento do empreendedorismo como “motor” de desenvolvimento económico ou social. Porque a promoção do bem-estar, compete também a todos, e não só ao Estado, através da cooperação e da ação de cada um, em resolver as questões que lhes afligem e do meio em que vivem. Promover a intervenção social, implica tornar as pessoas capazes de cuidarem de si próprias e participarem ativamente nas tomadas de decisão.

Conforme refere Jorge Matias (2010 in Revista Cidade Solidária Nº 23, S.C.M.L.), o “(...) empreendedor social traz algo de essencial à humanidade e à elevação da condição humana, seja pela missão que desenvolve, seja pelo emprego inclusivo que cria ou pelo capital humano que promove”. Expressa ainda o mesmo autor que para combater o desemprego, através do Empreendedorismo Social, implica programas de apoio e serviço técnico especializado, para que se consiga colocar na vida ativa muitas famílias que ainda vivem em sérias dificuldades económicas e sociais.

Conclui-se que o percurso do empreendedor social envolve uma aprendizagem permanente, envolvimento e conhecimento do meio em que está inserido, focar-se em resultados e objetivos, criar e inovar com poucos recursos, cria emprego inclusivo e promove capital humano.

Como tal, o empreendedorismo torna-se ainda mais relevante na atualidade, em que se vive um período de declínio, dá visibilidade ao local, porque os indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de decisão. Por outro lado, consubstancia-se em projetos de combate à exclusão social, promove direitos de cidadania e participação, gera processos de desenvolvimento autossustentável e transforma a vida das pessoas e da comunidade. Conduz igualmente ao desenvolvimento sustentável, porque contempla a comunidade como um todo, onde unidos pela ajuda e confiança mútua, e pela posse e uso coletivo de certos meios de produção ou distribuição, preservam a qualidade de vida de toda a comunidade.

## Capítulo II - EXCLUSÃO SOCIAL E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

### 2.1. A Exclusão Social e a Pobreza

Para abordar as questões da Exclusão Social e da Pobreza é necessário ter em conta as mudanças que a sociedade foi tendo ao longo dos tempos, a sua implicação nas populações, sobretudo naquelas que são mais sensíveis e vulneráveis às transformações sociais e económicas, e a forma como a sociedade encara este fenómeno.

Atualmente a expressão exclusão social entrou profundamente no discurso político, dadas as circunstâncias de crise e do recuo do Estado Providência. Consequência duma política com base numa ideologia liberal, dominada por grupos sociais da grande burguesia do Estado e dos negócios, do papel que cabe ao Estado no jogo económico e social, e da sua intervenção mínima, mesmo “apostando” no crescimento económico, este não resolve tudo, porque continua a pobreza e a exclusão.

Sendo recente o debate público sobre a exclusão social, em virtude da discussão estar centrada até aos anos 80 do século passado, nas questões da pobreza (Rodrigues, 2003: 33), surge no âmbito do contexto Europeu, o II Programa de Luta Contra a Pobreza, o qual contém já referência à exclusão social, embora sem grandes diferenças da noção de pobreza.

Segundo Bruto da Costa (1998), uma das principais referências sobre esta temática, Robert Castel, dá uma definição de "Exclusão Social", como sendo o fim dum processo de "marginalização", um percurso numa fase descendente, em cujas várias etapas verificaram-se constantes ruturas na interação indivíduo e sociedade. O mesmo autor considera a fase extrema - a da exclusão social-, em que culmina com a ruptura com o mercado de trabalho, mas também associa as rupturas familiares, afetivas e de amizade.

O conceito de exclusão social, tem origem na tradição (Escola) francesa, cujo termo surge pela primeira vez com René Lenoir, em 1974 no seu livro *Les Exclus* que agrupa o segmento excluído como uma categoria e a sua característica essencial é que comporta pessoas inadaptadas (Arruda, Colaço, Baía, 2014: 15).

A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), através de trabalhos de pesquisa por si sinalizados e/ou promovidos, colocou o termo no plano mundial.

Nos anos 60 do século passado, a utilização do conceito não teve grande expressão, porque considerava-se que a pobreza era um fenómeno residual, diminuto, da esfera individual. Era uma conceção ligada ao liberalismo económico, em que a resposta ao "social" é dada individualmente e só em última instância é que o público (Estado) intervém. Isto significava, citando Rodrigues (2000) apud (Maxwell, 1999), o alcance e medição da pobreza tomem como princípio o rendimento económico, tendo em conta análises e critérios macroeconómicos.

O contributo de Graham Room é relevante para o debate, quando afirma "(...) o que distingue a tradição britânica da escola francesa, no estudo de situação dos indivíduos e grupos desfavorecidos é que a primeira se ocupa sobretudo de aspetos distributivos (pobreza), ao passo que a francesa se interessa mais pelos aspetos relacionais (exclusão social), (...)" (Bruto da Costa, 1998: 12).

Esta distinção, entre as duas "escolas", está subjacente um modelo político/ideológico de sociedade, relacionada com estas tradições. Enquanto que a escola inglesa, segundo as elites intelectuais, têm uma visão liberal da sociedade, como uma massa de indivíduos atomizados, envoltos em constante competição no âmbito do mercado (Adam Smith), já na escola francesa, a sociedade é vista como uma hierarquia de estatuto, de posição social na estrutura social, por um lado, e por outro como um número de coletividades ou instituições, ligadas por um conjunto de direitos e deveres que estão na raiz da ordem moral mais ampla.

Para Bruto da Costa (1998), não existe entre ambas as escolas, uma grande diferença, porque é uma questão de ênfase, do que uma atenção avassaladora a um ou outro daqueles aspetos. Considera ainda, que a substituição do termo "pobreza" pelo de "exclusão social" é prejudicial, não só para a ciência, como para os grupos desfavorecidos, sobretudo nos países em que a pobreza é gritante, como o caso de Portugal.

Dado que a própria noção de *exclusão* contém algumas definições de pobreza, citando Towgend, quando este afirma que no estado de pobreza, "os seus recursos [dos pobres] ficam tão seriamente abaixo dos controlados pelo indivíduo ou família médios, que eles são de fatos excluídos dos padrões de vida, costumes e atividades concorrentes" (Costa, 1998: 13).

Para Fernanda Rodrigues *et al.* (2003) a adoção do termo exclusão, o reconhecimento do seu estatuto nos meios científicos e académicos, incorporam novos referenciais teóricos, isto é, novos conceitos, como os Direitos fundamentais, a

Cidadania e a Participação. A escolha deste termo, em detrimento do conceito de pobreza, deve-se sobretudo a escolhas políticas, visto que muitos países não reconhecem a existência de pobres nos seus territórios, porque a sociedade, que assenta numa base capitalista, tem como princípio o crescimento económico que conduz a melhores condições de vida e bem-estar e como tal à discriminação da pobreza.

É preciso não esquecer, que explicita ou implicitamente, existe o seu oposto, comumente designado por inclusão social, integração social ou inserção social.

Com as mutações verificadas nas últimas décadas, em que se assiste a uma transição para um novo modelo societário, cujo trabalho é central e transversal a toda a sociedade, altera o entendimento sobre as questões da pobreza e da exclusão social. O conceito trabalho, tem como base um contrato social, que se torne integrador aos atores sociais, identifica-se critérios de inclusão que por sua vez são de exclusão, conforme expressa Arruda, Colaço e Baía (2014: 12,13) apud Santos (1999: 34), "(...) como qualquer outro contrato, o contrato social assenta em critérios de inclusão que, portanto, são também critérios de exclusão. São três os critérios principais, o primeiro é que o contrato social inclui apenas os indivíduos e suas associações, a natureza é excluída do contrato, e é significativo a este respeito que o que está antes ou fora dele se designe por estado da natureza. A única natureza que conta é a humana, e mesmo esta conta apenas para ser domesticada pelas leis do Estado e pelas regras de convivência da sociedade civil. Toda outra natureza ou é ameaça ou recurso. O segundo critério é o da cidadania territorialmente fundada. Só os cidadãos integram o contrato social. Todos os outros - sejam eles mulheres, estrangeiros, imigrantes, minorias (e às vezes majorias) étnicas - são excluídos. Vivem no estado de natureza mesmo quando vivem em casa dos cidadãos. Por último, o terceiro critério é o comércio público dos interesses. Só os interesses exprimíveis na sociedade civil são objeto de contrato. Estão, portanto, fora dele a vida privada, os interesses pessoais de que é feita a intimidade e o espaço doméstico".

Como tal, verifica-se que é importante a socialização através de um processo de integração social, por meio do contrato social (que contem normas jurídicas e sociais), onde a exclusão e a inclusão social estão associados aos processos de incorporação e assimilação por um lado, e por outro, ao da privação e separação da conjuntura social. E é através deste dualismo, exclusão - inclusão social que todo o individuo se encontra ou não integrado na estrutura social. Mas a inclusão social pressupõe o exercício pleno da cidadania, o que representa o acesso de todos, a um conjunto de sistemas sociais básicos

em cinco domínios, nomeadamente: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas.

Bruto da Costa (1998: 14) refere que a área social é caracterizada por um conjunto de sistemas, (grupos, comunidades e redes sociais), onde os atores sociais se encontram inseridos, desde os imediatos (família e/ou vizinhança), aos intermédios (pequena empresa, associação desportiva e cultural, o grupo de amigos, ou a comunidade cultural), até as mais amplas, como a comunidade local, o mercado de trabalho ou a comunidade política.

Dos sistemas referidos, a variante trabalho é a que tem maior peso para a inclusão e/ou exclusão social, do ator (es) social (ais). Contribui para um grande estigma social, por causa do papel de interação social, porque um emprego, mesmo que seja muito mal remunerado, é preferível ao desemprego. Na atual conjuntura, o desemprego conduz à exclusão social. E o excluído, no campo das referências tem uma "(...) perda de identidade social, de autoestima, de autoconfiança, de perspetivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade (...)" (Bruto da Costa, 1998: 17).

Segundo Clavel (2004: 24,25) a exclusão tem as suas raízes nas desigualdades socioeconómicas e culturais, acrescidas pelo aumento da precariedade (pela ideologia liberal dominante) e o seu combate pressupõe "(...) uma transformação fundamental das condições que criam a exclusão e, portanto, de toda a sociedade". A luta contra a exclusão requer novas solidariedades e novas políticas empreendedoras, centradas numa maior justiça e equilíbrio social por forma a diminuir as desigualdades sociais.

## **2.2. O Conceito de Exclusão Social**

Na fundação do Sistema Capitalista, em especial no período da revolução industrial, o sistema social é baseado em valores sociais como os da "(...) hierarquia, de privação, do sacrifício, da religiosidade, do caritativismo e do assistencialismo", citado por Fernanda Rodrigues (2003: 34) apud (Fernandes, 1998: 57). Deste modo, a pobreza é considerada um ato natural da existência humana e inerente à sua própria condição. As ações que o poder político toma, visa manter sob vigilância os pobres, porque podem ameaçar a ordem social, em virtude de não quererem aceder a um trabalho.

Com a Revolução Industrial e a alteração do processo produtivo, através das inovações tecnológicas, excluem do mercado de trabalho, um número bastante elevado de pessoas sem qualificações profissionais, o que conduziu ainda, a um maior número de pobres.

Com o aumento da concentração urbana de mais famílias, que fogem do interior para o litoral, do campo para as cidades, faz com que haja uma profunda alteração na estrutura familiar, de alargada para nuclear, o que leva a que os pobres e excluídos passem a depender cada vez menos da comunidade/família, e cada vez mais de si próprios ou do sistema público de proteção social.

Segundo Arruda, Colaço, Baía (2014: 18,19) apud (Nascimento, 2000: 59) o conceito de Exclusão interage com os conceitos de coesão social, ruptura, estigma e desvio, dado que:

"Desigualdade e Pobreza são conceitos diferentes entre si, mas igualmente distintos do de exclusão social. O conceito de exclusão social está mais próximo, como oposição, do de coesão social, ou, como sinal de ruptura, do vínculo social. Por similitude, encontra-se próximo, também, do conceito de estigma e mesmo, embora menos, do de desvio. Neste caso, entre outras, a diferença reside no facto de que o excluído não necessita de cometer nenhum ato de transgressão, inversamente ao desviante e à semelhança dos que sofrem discriminação pura e simples. A condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou indiretamente". O mesmo autor citando (Nascimento, 2000), do ponto de vista sociológico, refere que o termo exclusão social contém três aceções, nomeadamente: "como anomia (discriminação racial, sexual, religiosa, etc.) confundindo-se aqui com os grupos de estigma e ou de desvio social, como exclusão de direitos e uma última aceção que seria a «recusa ao espaço de obtenção de direitos» (...) que passam «a não ter direitos»".

Daqui se infere que o termo exclusão social está intimamente ligado á negação dos direitos (sociais, económicos, políticos, de cidadania, entre outros) que qualquer cidadão deve usufruir em toda a sua plenitude. É também revelador dos sentimentos de carência, rejeição, não reconhecimento social, seja a uma determinada classe social ou mesmo ao indivíduo.

Já no "reverso da medalha", a inclusão social, está relacionada com sentimentos positivos, relação de pertença, de aceitação, a um grupo ou a um tecido social. O papel que é atribuído ao incluído é o da "(...) filiação a uma dimensão social, cultural, psicológica e, sobretudo, política, enquanto que o conferido ao excluído é o «papel de desfiliação» - usando aqui uma categoria utilizada por Castel (1999: 18) ao referir-se à categoria de «inúteis para o mundo», (...) [sendo] o excluído, aquele que é o «paradigma de a-socialidade»" (Arruda, Colaço e Baía, 2014: 19).

Esta construção social, com toda a carga negativa que possui, conduz a uma solução que a sociedade entende para este problema, que é através da regulamentação e repressão policial, numa 1ª fase, tendo como objetivo garantir a "paz" pública, logo preservar o equilíbrio social, e numa 2ª fase, dá lugar ao Estado assistente e caritativo.

Segundo (Bourdieu, 2000) apud (Arruda, Colaço e Baía, 2014: 21) a exclusão social, que por si só é uma forma de "violência simbólica", produz e reproduz outras formas de violência, como o fenómeno de segregação social, a privatização da segurança e de novas reconfigurações especiais nas cidades, tendo como protagonista o medo e a discriminação social.

Representa a discriminação daqueles que são estigmatizados pelas culturas dominantes, confinando-os a determinados espaço-sociais (ex: guetos, bairros sociais), provocando situações de violência, marginalização, injustiça social, e o sentimento de não pertencerem a uma ordem jurídica. É um sentimento de ainda não se ter alcançado um verdadeiro Estado de Direito e de Plena Cidadania, porque para T.H. Marshall (1967) apud (Arruda, Colaço, Baía, 2014: 23), a cidadania é o somatório de direitos políticos, civis e direitos sociais e representaria a inclusão do cidadão.

Cabe ao Estado, Sociedade e Individuo, a criação de condições para o efetivo exercício de direitos. Segundo (Rodrigues, 1998: 37) citando o Relatório do Desenvolvimento Humano 2001, apesar dos avanços das últimas décadas em diferentes áreas, continua a existir:

"(...) em todo o mundo, níveis inaceitáveis de privação na vida das pessoas. Dos 4,6 mil milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, mais de 850 milhões são analfabetos, perto de mil milhões não têm acesso a fontes de água melhoradas, e 2,4 mil milhões não têm acesso a saneamento básico. Perto de 325 milhões de rapazes e raparigas estão fora da escola. E 11 milhões de crianças com menos de 5 anos morrem todos os anos de causas evitáveis - o equivalente a 30.000 por dia. Cerca de 1,2 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia, e 2,8 mil milhões com menos

de 2 dólares por dia. Estas privações não estão limitadas aos países em desenvolvimento. Nos países da OCDE, mais de 130 milhões de pessoas estão privadas de rendimento, 34 milhões estão desempregadas e as taxas de analfabetismo funcional entre os adultos são, em média, de 15% “ (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2001, pág. 9, 10).

Depreende-se que a pobreza e a exclusão social, não é um fenómeno meramente económico, de desemprego ou de trabalho, mas como um problema de cidadania, de direitos e de dignidade humana.

Ao promover-se a saída da exclusão social, através da universalidade de acesso a bens e serviços, significa na sua verdadeira grandeza uma Inclusão Social.

### **2.3. Exclusões Sociais**

Segundo Bruto da Costa (1998), a exclusão social é um fenómeno complexo e heterogéneo, que o termo passa a plural, i.e., exclusões sociais. Ele classifica, como critério, causas imediatas - por oposição às causas intermédias e às causas estruturais - da situação.

Para o autor acima referenciado, identifica os seguintes tipos de exclusão social:

➤ "De tipo Económico, (...) pobreza, como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos. (...) caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário (instável, sem contrato, mal remunerado e/ou em más condições de trabalho), atividade no domínio da economia informal, (...), no extremo (...) pode conduzir à situação de «sem - abrigo», que é, sem dúvida, a forma mais grave e complexa da pobreza e exclusão.

➤ De tipo Social, situa-se no domínio dos Laços Sociais. É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal (idosos, deficientes, doentes crónicos, acamados.

➤ De tipo Cultural, [nomeadamente] fenómenos como o racismo, a xenofobia ou certas formas de nacionalismo podem, só por si, dar origem à exclusão social de minorias étnicas (...).

➤ De origem Patológica, que pode estar subjacente a situações de exclusão social diz respeito a fatores patológicos, designadamente de natureza psicológica ou mental (...).

➤ Por comportamentos Autodestrutivos, [em que] pessoas encontram-se em situação de exclusão social ou autoexclusão, em consequência de comportamentos autodestrutivos. Trata-se de comportamentos relacionados com a toxicod dependência, o alcoolismo, a prostituição, etc. (...), têm por detrás problemas de pobreza".

Estas exclusões acima referenciadas significam, segundo o III Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (1994) que, “os indivíduos estão em situação de Exclusão Social quando: sofrem desvantagens generalizadas em termos de educação, formação profissional, emprego, habitação, recursos financeiros, etc.; as suas possibilidades de acesso às instituições que asseguram essas oportunidades de vida são substancialmente menores do que as que tem o resto da população; essas desvantagens e reduzido acesso persistem ao longo do tempo”.

Segundo Monteiro (2008) considera cinco os grupos de risco que sofrem as várias exclusões nomeadamente:

➤ “Pessoas com deficiências psíquicas e o seu agregado familiar são passíveis de exclusão social. As suas habilidades e experiências não são aproveitadas nem reconhecidas como produtivas para o sistema. São várias as razões que podem levar a esta exclusão, por exemplo: quando estas pessoas não têm um acompanhamento regular, quando não têm recursos económicos e educativos suficientes, quando são pessoas com problemas de comunicação, solidão, isolamento, etc. As famílias destas, muitas vezes, são arrastadas para a exclusão devido a carga emocional e esforço, quando não têm apoio sanitário;

➤ Os sem-abrigo - compreendem o grupo social em que podíamos incluir: os sem recursos económicos; sem habitação; sem apoios sociais; com problemas de alcoolismo e drogas; falta de acesso aos recursos sanitários e sociais; os isolados; os presos; os marginais; etc. Os sem abrigo foram considerados, por Bruto da Costa uma das formas mais extremas e visíveis de exclusão, aquele em que o carácter de privação múltipla é patente e, por vezes, contrasta fortemente com o meio ambiente em que se apresenta. É, do ponto de vista técnico, das questões mais complexas e difíceis de resolver;

➤ O Emigrante - trata-se de um grupo especialmente vulnerável. Por um lado, devido aos fenómenos de racismo e xenofobia e por outro, ao facto do processo migratório estar ligado geralmente a condições precárias como: condições económicas (exclusão por pobreza, ambientais, sanitárias, sociais e, principalmente, aspetos

culturais. Segundo Bruto da Costa (1998), em Portugal, uma boa parte dessas minorias sofre de 2 ou 3 tipos de exclusão: a pobreza (privação por falta de recursos); exclusão do tipo territorial (quando vivem em bairros onde se concentra a população imigrante); e cultural (mesmo que não tomem a forma de racismo, os aspetos culturais suscitam relevantes problemas de integração);

➤ Idosos - São pessoas muito vulneráveis e, por razões várias, carecem de apoio social por viverem isolados socialmente: problemas físicos (incapacidade) e problemas de geração (carências sociais e culturais). Segundo o mesmo autor, tanto a sociedade e o quotidiano, que vivemos atualmente, estão organizados de tal modo que os idosos não têm lugar, nem protagonismo, na vida social, podendo tornar-se em casos mais graves sob a forma de total soldão. Esta exclusão pode verificar-se a nível familiar e a nível da sociedade;

➤ Os desempregados de longa duração - São os indivíduos que perderam o vínculo com o sistema social designado por mercado de trabalho. O emprego acaba por ser nos dias de hoje a melhor forma de nos integrarmos socialmente, porque, para além de nos fornecer uma rede de ligações interpessoais, também nos dá o sentimento de participar na vida económica do país;

➤ Outros grupos sociais - também são considerados grupos de risco: mulheres, muitas vezes discriminadas a vários níveis; os jovens sem formação ou qualificação, a procura do 1º emprego; os toxicodependentes; doentes com SIDA; os que exercem a prostituição; os alcoólicos; os ex-presidiários, etc;"

Para reduzir ou eliminar estas formas de exclusão social, implica o exercício pleno da cidadania, o que representa o acesso a um conjunto de **sistemas sociais**, representados no seguinte **Quadro Nº 3** (Costa *et al*, 2012: 69 a 71):

Domínios	Sistemas	Fatores Inclusão/Exclusão
Sociabilidade	Família, vizinhança, amigos	Composição do agregado. Inexistência/disfuncionalidade (institucionalização). Existência de Redes de Sociabilidade (extensão, intensidade). Funcionamento redes de sociabilidade (contacto, convivência, interajuda).

Quadro N°3 (cont.)

<b>Económico</b>	Geradores de rendimento (mercado de trabalho, segurança social, mercado de capitais, sistema de crédito)	Salários (existência, nível, regularidade). Pensões. Subsídios (desemprego, RSI, etc.). Outros rendimentos. Autonomia financeira (sobre endividamento). Acesso ao crédito.
	Mercado de bens e serviços	Privação (alimentação, vestuário, saúde, transporte, habitação, educação, lazer, informação, etc.).
	Educação/Formação	Níveis de Escolaridade. Abandono escolar precoce. Insucesso/retenção.. Violência/discriminação. Ensino recorrente (segunda oportunidade). Acesso à formação. Envolvimento na formação.
	Saúde	Acesso aos serviços de saúde. Acesso a cuidados médicos. Perceção subjetiva do estado de saúde. Acesso aos medicamentos.
	Emprego	Inserção laboral precoce. Desemprego. Proteção no desemprego. Insegurança laboral (part-time ou trabalho temporário não voluntário, mercado informal, inexistência de contrato de trabalho). Condições de trabalho (acidentes de trabalho, número de horas, doenças profissionais, etc.)
<b>Institucional</b>	Serviços de apoio social	Acesso a serviços de apoio à infância. Acesso a serviços de apoio a idosos. Acesso a serviços de apoio a deficientes. Acesso a serviços de doentes crónicos.
	Justiça	Acesso aos serviços de justiça (acesso ao apoio judiciário, etc.). Funcionamento da justiça (celeridade de processos, etc.). Confiança no sistema de justiça. População prisional.
	Habitação	Situação de sem abrigo. Acesso à habitação social. Qualidade habitacional. Perda de habitação (despejos, etc.).

<b>Institucional</b>	Cultura e lazer	Acesso a equipamentos/atividades de desporto. Acesso a equipamentos/atividades culturais. Acesso outros espaços de lazer (parques, jardins, etc.).
	Informação e conhecimento	Taxa de literacia. Acesso ao computador. Acesso à internet.
	Cidadania política	Acesso ao voto (taxa de absentismo). Acesso á nacionalidade.
<b>Espacial</b>	Território	Barracas/habitação degradada. Infra-estruturas básicas (saneamento, água, electricidade, etc.). PIB <i>per capita</i> por NUT. Equipamentos de saúde, educação, cultura por número de habitantes comparando com médias nacionais.
<b>Simbólico</b>	Referências identitárias	Reconhecimento pessoal (autoconceito, autoimagem). Reconhecimento coletivo (pertença à família, grupo profissional, grupo social, grupo vizinhança, grupo étnico - cultural, etc.). Adesão/recusa normas e valores dominantes.
	Construção das memórias individual/coletiva	Acontecimentos marcados na infância e juventude. Apropriação de história local/regional. Reconhecimento/identificação com símbolos locais, regionais e nacionais.

Este modelo, segundo Costa *et al* (2012: 72) mostra que é ténue a fronteira entre exclusão e inclusão, até porque uma pessoa pode ter uma forte relação com um dado sistema social e fraco ou em estado de rutura com outro. Revela que existem vários grupos de exclusão, considerada esta como um processo, gradativo, de formas mais ténues até às mais fortes e abrangentes de exclusão.

Na realidade, estes tipos de exclusão sobrepõem-se, a verificação de uma forma de exclusão pode ser, em determinados casos, como consequência de uma outra exclusão.

Como tal, para diminuir ou até eliminar todas as formas de exclusão e apostar na integração social, há que aumentar a participação social, o empreendedorismo, a auto-estima e a participação social das populações.

Hoje em dia, as sociedades deparam-se com problemas sociais, cujos atores políticos e os cidadãos de uma maneira geral preocupam-se, discutindo abertamente soluções para o combate à exclusão social e aos desafios que encerra no contexto de integração social.

## **2.4. Combate contra a Pobreza e Exclusão Social**

Estes dois conceitos, pobreza e exclusão social, estão profundamente interligados ao conceito de Desenvolvimento que por sua vez, segundo Carmo (1999: 70) apresentam-se ligados a dois critérios:

- "o de uma situação que concede o acesso a recursos e serviços que permitem, a uma população, desfrutar um melhor nível de vida;
- o de uma situação que permite tirar partido e aperfeiçoar o potencial humano de um dado conjunto social".

Quer os governos de diversos países, quer os Organismos Internacionais, têm-se dedicado ao combate contra a pobreza e exclusão social, delineando um conjunto de estratégias e de planos de intervenção, tendo em consideração a especificidade de cada país ou região. Mas esse combate deve ter em conta, conforme expressa Monteiro (2013: 55,56), a evolução do mercado, dados demográficos e geográficos do território, as vivências, os vínculos sociais, o nível de escolaridade e instrução da população, a saúde, a informação, a comunicação, a cultura e as respostas institucionais.

A luta contra a pobreza e exclusão, deverá garantir não só os direitos fundamentais de todos os cidadãos, como o direito à participação, e ainda segundo Monteiro (2008: 56), "(...) reconciliar através de políticas públicas o desenvolvimento social e económico, a competitividade e a solidariedade". O Estado terá de assumir um papel fortemente interventor, na forma de políticas públicas, enquanto agente dinamizador privilegiado e permanente da sociedade. Deve assegurar a cada um, não só um conjunto de direitos sociais, como a prestação dos cuidados de saúde, assistência

social, pensões, previdência, habitação, trabalho, entre outros. Ou seja, dar as condições necessárias, a cada um, para que tenham uma vida digna e um desenvolvimento pleno da sua personalidade, através das Políticas Públicas.

De acordo com Monteiro (2008: 56), a solução geral, através dos programas de luta contra a pobreza, assenta em três vetores: "a promoção de um crescimento que reduz a pobreza, o desenvolvimento dos recursos humanos através de um aumento na quantidade e qualidade dos serviços sociais, e, por fim, o estabelecimento de redes de assistência destinadas a apoiar os grupos mais pobres".

Em relação a esta posição houve um "coro" de críticas, porque baseia-se na confiança plena do Estado, as barreiras que os pobres enfrentam no acesso aos recursos, a não promoção dos pobres como agentes na luta contra a pobreza, indo ao encontro das manifestações da pobreza, do que combater as suas causas.

As estratégias, as políticas e os respetivos instrumentos, devem ser implementados e adequados a cada País, região, território, dado que não existem receitas universais e mágicas.

Falar de luta contra a pobreza, significa redefinir o papel do Estado nos campos da proteção social, economia e emprego, tendo como base a equidade, solidariedade e a justiça social. O Banco Mundial (2001), recomenda combater a pobreza, através de um conjunto de ações, destacando essencialmente três áreas:

- "Promover oportunidades materiais propiciando o crescimento económico, e criação de trabalho, escolas, crédito, serviços de água e saneamento básico, saúde e educação;
- Facilitar o empowment dos pobres, fortalecendo a sua participação e fazendo com que as instituições estatais sejam mais acessíveis e prestem contas. Também eliminar barreiras sociais resultantes da discriminação por género, raça, religião ou estatuto social;
- Melhorar a segurança dos pobres para reduzir a sua vulnerabilidade perante doenças, ajustes económicos e desastres naturais” (Monteiro,2013: 57).

Significa que para sair da pobreza, a abordagem a realizar deve ser multifacetada, promover as questões da proteção social e na construção de laços e solidariedades sociais, valorização do respeito e da dignidade, construção para todos

duma verdadeira cidadania, do reforço da participação seja, social, económica, política e cultural.

A implementação de Programas de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social, deve ser uma prioridade, mobilizando os atores sociais e a sociedade civil para um desenvolvimento económico e social, para que todos tenham um lugar digno na sociedade onde estão inseridos. Passa também por uma estratégia, através de um projeto comum, e que ofereça a todos, em termos de igualdade, todos os meios para participar na vida comunitária por forma a garantir a coesão social.

De acordo com Monteiro (2008:54) citando Henrique Rattner, em que este autor mostrou algumas formas de lutar contra a exclusão social e por inerência contra a pobreza, nomeadamente:

- " Alargar e fortalecer os canais de participação social, apostando no esforço contínuo dos pobres e excluídos em prosseguir na construção de uma sociedade que se conheça o seu direito a ter direitos - os direitos humanos em toda a sua plenitude, civis, políticos e sociais;
- Investir fortemente na qualificação e emancipação dos movimentos sociais, ONG, e de outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações capazes de fazê-los participar eficazmente nas negociações e deliberações;
- Qualificar agentes governamentais, em todos os níveis, a fim de transmitir e fortalecer neles uma cultura democrática, participativa e solidária;
- Capacitar grupos para implementar políticas inovadoras quanto à melhoria das condições de vida de toda a população;
- Inspirar e potenciar ações políticas, institucionais em todos os setores da sociedade para difundir práticas democráticas ampliadoras da democracia;
- Aos pobres, a luta passa por dar-lhes ferramentas e condições para colmatarem esta privação, e aos excluídos, a estratégia deve passar pela inclusão política, social e cultural".

É uma luta que exige para além de audácia, imaginação e criatividade, vontade dos agentes políticos, que tenham como finalidade alcançar a igualdade de direitos e de uma plena cidadania, por forma a criar uma verdadeira inclusão que abranja todos os cidadãos, sem exceção.

## **2.5. As Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Terceiro Setor**

### **2.5.1. Origem, características e fins**

O Território é ainda uma realidade em evolução, ou seja, deve ser percebido como “(...) uma configuração mutável, provisória e inacabada, [por outro lado], é o (...) resultado simultâneo dos jogos de poder e dos compromissos estabelecidos entre os atores sociais” (Fadigas, 2011: 11).

Esta noção pressupõe assim, “(...) uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção (...)” (Fadigas, 2011: 25), como ponto de partida para a implementação de um conjunto de transformações sociais, económicas, políticas, culturais e ambientais que sejam promotoras de uma política de desenvolvimento local trilhada numa perspetiva de territorialidade.

As populações e os territórios permanecem integrados, são um todo. São porém, muitas as incertezas que pesam sobre estes espaços e estas populações, se não existir atores locais, que estejam conscientes do seu papel de agentes locais promotores e dinamizadores de desenvolvimento.

Os atores locais são exatamente aqueles que fazem com que as "coisas" aconteçam, têm um acentuado não só sentido do outro, como desejam contribuir para um mundo melhor, no fundo prosseguem um sonho.

O ator social deve, segundo Ruas *et al* (2011: 9), "intervir no real e no local onde a vida é real e no social, tudo o que tem a ver com o ser humano e o seu quotidiano", isto significa que é um interventor social local, mas deve ter em conta o fenómeno Global, em que houve autores denominaram de "Mundo Global".

Como consequência, vive-se num mundo sem fronteiras, que com a eclosão da atual crise financeira, mas também de valores, em que o "deus" mercado é soberano, levando ao exagero do consumismo, teve como consequência o aumento das desigualdades, da exclusão económica e social. É neste contexto que Guerra (2006: 16) refere que a "(...) participação dos atores económicos e sociais nas políticas de desenvolvimento advém de uma certa conceção de gestão da esfera pública que apela à participação dos atores e ao reconhecimento de cada projeto de mudança social (...)".

O ator social faz parte da relação de forças que estruturam a sociedade e sobre as quais ele pretende construir a sua ação afigurando-se "(...) como o agente ou o promotor de uma participação direta dos cidadãos na gestão de conflitos sociais ou de qualquer outro disfuncionamento que afeta a paz social" (Kesanda,2011: 32). O ator social promove e luta pela construção dum "mundo" melhor, onde a economia esteja ao serviço do ser humano e não ao contrário, como que nos deparamos quotidianamente. Embora mantenha uma vigilância crítica sobre a sociedade, há na "(...) cabeça do ator social uma preocupação de corrigir a ordem das coisas, de restabelecer o equilíbrio nas relações de poder que regem a sociedade" (Kesanda,2011: 36).

O princípio de intervenção do ator social constitui a própria essência da democracia. Conduz-nos à noção de ação coletiva, em que se baseia numa "(...) ação estratégica que para além duma assistência pontual, visa um projeto político: a criação de estruturas sociais locais coerentes, estáveis, capazes de garantir justiça e dignidade humana a todos" (Kesanda,2011: 37). Mas a globalização e a evolução tecnológica em curso, modificaram largamente a estrutura social e o modo de funcionamento das sociedades democráticas, resultando numa "(...) complexidade crescente das formas de organização social, a pulverização de interesses e corporações, a multiculturalidade contraditória dos modos de vida aliada à fragmentação e divisão crescente dos poderes decisórios do Estado transformando profundamente as formas de ação coletiva" (Guerra, 2006: 15). Esta, está cada vez mais na agenda do dia, até porque sob a égide da globalização, "(...) solicitam a iniciativa e criatividade dos atores sociais, tanto do ponto de vista político, como económico, social, cultural ou religioso" (Guerra, 2006: 38).

A ação coletiva, está longe da sua extinção, até porque tendo como base o ator social, consciente do seu papel de interventor social, tem uma atitude e vontade de mudança. Segundo Isabel Guerra (2006: 38), citando (Neveu, 1996) a ação coletiva baseia-se numa ação comum, tendo como objetivo atingir fins partilhados. Sendo esta, a essência do desenvolvimento local sustentável dum território, implica uma ação coletiva centrada nas pessoas e no bem estar da comunidade (bem comum), tendo em "(...) consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais o que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais" (www.Rioterra.pt, acesso 21/07/2014).

A coesão social, cultural e territorial é promovida através da inter-relação território, atores sociais e ação coletiva, de acordo com uma estratégia de desenvolvimento local credível e realista, em que todos os envolvidos se mobilizem em torno de uma visão de futuro.

De acordo com o atrás mencionado, é reconhecido às Associações de Desenvolvimento Local (associações, fundações, cooperativas, misericórdias, entre outras), o seu dinamismo através da participação dos atores e agentes locais, com atuação relevante em prol do desenvolvimento local e territorial. Com dedicação e trabalho diário, prestam apoio a “(...) grupos sociais desfavorecidos, envolvimento em programas nacionais e comunitários virados para a promoção da inserção e coesão sociais, lançamento de iniciativas de ordem social, económica e cultural, promoção de empregabilidade, incentivo à participação e ao empowerment (...)” (Monteiro, 2014: 1). O empowerment é um conceito com forte ligação ao desenvolvimento económico e social, mas em especial ao local.

Essa participação dos cidadãos na vida da “polis” e no “locus”, conduz-nos ao conceito de democracia participativa, o que segundo Fazenda (2014: 4), “(...) implica o envolvimento direto e ativo na tomada de decisões que dizem respeito à comunidade, e mesmo na sua execução, por parte de todos os elementos da comunidade. E só faz sentido, a participação dos agentes e atores locais, com o envolvimento das organizações do poder local, das associações de utentes dos serviços, iniciativas de solidariedade social, associações culturais, recreativas, desportivas, políticas e comunitárias, o que proporciona maior responsabilização das pessoas e grupos, e aumenta o sentimento de pertença e coesão”.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros N°55/2010 de 4 de Agosto, a economia social, como sublinha a Resolução do Parlamento Europeu [2009/2250 (INI)], de 19 de fevereiro de 2009, «ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em 1º lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica».

É de realçar, que as entidades que integram o setor social, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social, desenvolvem atividades essenciais no domínio da ação social, em especial através da prestação de serviços de assistência de proximidade

e da integração social ativa de grupos vulneráveis, contribuindo desse modo para a criação de empregos estáveis e para o desenvolvimento local e a coesão social, por outro lado, a presença destas organizações no domínio socioeconómico evidencia-se pelo facto de a sua intervenção se basear em princípios de defesa dos interesses coletivos, em mecanismos de cooperação e de solidariedade e por uma relevante componente de integração das suas atividades ao nível das comunidades e dos territórios. O reforço do setor social constitui um inquestionável pilar do desenvolvimento económico e social do País.

Sendo mais consensual no meio científico, o termo terceiro setor, este adota as seguintes características, segundo Sílvia Ferreira (2004: 1):

- "a) Privadas, porque institucionalmente separadas do governo;
- b) Formais, no sentido em que têm alguma realidade institucional;
- c) Não têm o lucro como objetivo principal, dando prioridade ao serviço à comunidade ou a um grupo;
- d) Voluntárias, envolvendo algum grau de participação voluntária nas atividades de organização ou na sua gestão;
- e) Autónomas, sendo criadas a partir da livre iniciativa de cidadãos e não dependendo a sua gestão das autoridades públicas ou de outras organizações;
- f) Valores de solidariedade (social, profissional, territorial);
- g) Inseridas na economia, ou seja, têm uma atividade contínua de produção de bens e/ou distribuição de serviços;
- h) Elevado nível de risco económico, assumido por aqueles que criam estas organizações, em especial quando comparadas com o Estado;
- i) Quantidade mínima de trabalho, podendo associar trabalho assalariado e trabalho voluntário".

A economia social constitui uma real e verdadeira alternativa à economia de mercado, sendo redutora. Encontra as suas raízes em abordagens e iniciativas, num contexto de crise e degradação das condições de vida das classes trabalhadoras que marcaram o séc. XIX, proporcionado pelo liberalismo económico assente na livre iniciativa e na concorrência (mão invisível de Adam Smith).

Segundo Fátima Ferreira (2010), a visibilidade atual da economia social encontra as suas raízes nas várias crises do sistema capitalista que o mundo vai enfrentando e na urgência das respostas, que o setor social proporciona, numa forma

integrada as várias dimensões da vida, desde os valores da partilha, solidariedade e da democracia política e económica.

Historicamente, estas organizações possuem na sua génese, movimentos sociais, iniciados no séc. XIX por trabalhadores, que deram origem a cooperativas e associações de socorros mútuos. Houve igualmente outros fatores que inspiraram estas (novas) organizações, segundo Sílvia Ferreira (2004: 2), "num inquérito efetuado em 1995, em Portugal, às organizações não-governamentais de solidariedade social apurava-se que 44,3% das organizações eram provenientes de iniciativas ligadas à igreja, 18% provinham de iniciativas ligadas às misericórdias, 20,7% provinham de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento local, de autarquias, de empresas e associações de carácter não social e 17% provinham de iniciativas de moradores, cooperativas, pais e professores". A mesma autora refere ainda que as Organizações do Terceiro Setor (OTS) possuem preocupações predominantemente materialistas relativas à distribuição material e não aos estilos de vida, podendo colocar em causa o modo como certas políticas públicas impostas, se dirigem e criam determinados públicos. Daí a crítica política, de certos setores da sociedade, ao Estado Providência.

Sílvia Ferreira (2004: 2) citando (Kramer *et al.*, 1993: 51), relativamente ao grande impacto destes movimentos sociais no terceiro setor, expressa que as organizações herdaram muitas das capacidades, lideranças e redes informais criadas pelos movimentos e propuseram um conceito de justiça social alternativo às ideias de caridade típica das organizações existentes.

No seio deste setor, encontra-se um conjunto de organizações pré-existentes ao Estado - Providência, organizações cujo papel é de substituir o Estado nas suas funções sociais e ainda organizações que sugerem alternativas ao modo como o bem-estar é proposto e fornecido quer pelo setor público, quer por outras organizações do terceiro setor (OTS). Constata-se que é um setor bastante heterogéneo, podendo ser encarado como opositor, como substituto, ou como aliado ao setor estatal.

A institucionalização e globalização do terceiro setor teve lugar na década de 90 do século XX, tendo-se assistido ao desenvolvimento expressivo de organizações (idosos, infância e juventude, ensino, etc.), criação de associações nacionais e internacionais.

De acordo com Fátima Ferreira (2010), merece destaque o "(...) projeto de iniciativa da Universidade de John Hopkins [EUA] de elaboração de estatísticas relativas ao setor [classificações, definições, nº de trabalhadores, receitas, fontes de

financiamento]. A nível europeu deve destacar-se o trabalho desenvolvido pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa [CIMIEC], que delimita o conceito de Economia Social a partir do Manual da Comissão Europeia para a elaboração das contas satélite das empresas de economia social [Cooperativas e Mutualidades] cuja ausência contrasta com a crescente importância da economia social. (...) A economia social apresenta-se como um «polo de utilidade social» multidimensional proporcionando:

i) coesão social (integração laboral de pessoas e regiões e pessoas desfavorecidas e reforço de cultura democrática);

ii) desenvolvimento local e regional (revitalização das economias das áreas rurais, de regiões industriais em declínio e reabilitação e revitalização de áreas urbanas degradadas);

iii) inovação (identificação e resposta a novas necessidades sociais, aspeto bem patente nas medidas percussoras de segurança social das sociedades mútuas e de benevolência do Séc. XIX, mas também na conceção e disseminação de novas ideias de governação institucional - inovação social);

iv) emprego (regulação dos desequilíbrios do mercado de trabalho, devendo salientar-se a integração ao nível europeu das políticas dirigidas à economia social no seio dos ministérios do trabalho e dos assuntos sociais)".

É também de realçar, em termos da sua história, a característica democrática nos processos de decisão, a existência de um traço de identidade que se mantém ao longo do tempo, são organizações livres e voluntárias criadas pela sociedade civil e que têm como objeto a satisfação de necessidades de pessoas e famílias.

### **2.5.2. A Economia Social na Ordem Jurídica Portuguesa e o seu Papel nas Organizações**

A Constituição da República Portuguesa (CRP), em 1976, consagrou, ao lado de um setor público e de um setor privado, um setor cooperativo.

Segundo Rui Namorado (2014: 1,2) com a revisão constitucional de 1989, foi acoplado ao setor cooperativo uma nova vertente, a social, em que engloba os subsectores comunitário e autogestionário, que antes estavam na esfera do setor público.

Na outra revisão constitucional, de 1997, acrescentou-se um novo subsetor, integrado no social, o subsetor solidário. Este abrange pessoas coletivas de natureza não lucrativa, mas tem de ter obviamente como objeto a solidariedade social, sendo especialmente referida as mutualidades. Portanto, optou-se especificar neste terceiro setor uma vertente cooperativa, à qual se juntou a vertente social, desdobrada em três subsetores.

Em Portugal, o setor de propriedade, que "(...) abrange os meios de produção que nem são públicos nem privados, tem um pilar cooperativo e um pilar social" (Namorado,2014: 9). Portanto, a economia social portuguesa, abrange todas as cooperativas, setor comunitário, unidades produtivas que integram o subsetor autogestionário, misericórdias, mutualidades, fundações, associações e quaisquer outras entidades que tenham como objeto a solidariedade social. Fica de fora desta abrangência, tudo o que é público e privado lucrativo.

Contudo há outras entidades que resultam de parcerias entre o público e o privado e parte cooperativa e organizações exteriores à economia social, cuja identidade com o setor de economia social é duvidosa.

Rui Namorado (2014: 10), considera que seja possível projetar autonomamente a economia social no mundo do direito, com própria relevância política, torna-se necessário tornar claro a sua imagem e limites, o que se poderá conseguir, a partir de determinação do leque de valores e princípios em torno dos quais ele se move, que é a sua identidade cooperativa, cujo processo de sedimentação leva já mais de 150 anos.

A área dos serviços sociais em Portugal é dominada pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), estatuto que se reporta à natureza de bens e serviços que produzem e ao reconhecimento da sua importância por parte do Estado, na medida em que são idênticos os objetivos públicos, expressos na Constituição.

De acordo com Sílvia Ferreira (2004: 5,6), na área da ação social, as IPSS e equiparadas e outras organizações de solidariedade social são o grande provedor direto, maioritariamente através de acordos de cooperação com a segurança social. Quando comparado com outros países europeus verifica-se que Portugal, Espanha, e Itália são os que menos gastam, quer em bens e serviços, quer em prestações monetárias com o apoio da família e infância e com os serviços de apoio à deficiência e velhice, tornando-se evidente o esforço privado das famílias.

Mas hoje em dia, com a pobreza a aumentar de uma forma assustadora, a economia social, também designada por terceiro setor, é uma constelação de esperanças,

sendo esta o verdadeiro motor, em função de um futuro que se quer melhor, mais justo, equilibrado e igualitário.

Em suma, na atualidade o empreendedorismo social, em contexto de crise, tornou-se ainda mais relevante no combate à exclusão social, dá visibilidade ao local, porque os indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de decisão. Por outro lado, consubstancia-se em projetos de inclusão, promove direitos de cidadania e participação, gera processos de desenvolvimento auto sustentável e transforma a vida das pessoas e das comunidades.

## **CAPÍTULO III - ESTUDO EMPIRICO**

Ao iniciar-se este capítulo sob metodologia torna-se crucial perceber que a investigação tem como objetivo proporcionar um modelo de verificação que permita contrastar factos e teorias (Vilelas, 2009: 101) e tem como fundamento o enquadramento teórico, torna-se necessário operacionalizar o conteúdo desta investigação, com base numa observação direta, com o intuito de reunir todos os dados pertinentes para a concretização desta pesquisa.

Atendendo ao quadro académico em que se inscreve a presente dissertação, esta constitui um trabalho de pesquisa de natureza essencialmente qualitativa. Esta, segundo Fortin (2006: 26) "(...) depende do paradigma naturalista [ ou interpretativo], segundo o qual a realidade é múltipla e descobre-se progressivamente no decurso de um processo dinâmico, que consiste em interagir com os indivíduos no meio e de que resulta um conhecimento relativo ou contextual". Significa que o paradigma qualitativo tem por objetivo a compreensão alargada dos fenómenos.

Ainda para Fortin (2006: 27) apud Paillé (1996), "(...) a investigação qualitativa designa qualquer investigação em ciências humanas e sociais tendo por objeto compreender os fenómenos tal como eles se apresentam no meio natural (...)".

Para Vilelas (2009: 105), considera que nos estudos qualitativos há "(...) uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, (...), [em que] o ambiente natural é a fonte direta para a recolha de dados e o pesquisador é o instrumento - chave".

Como tal, considera-se importante proceder a uma exposição detalhada, justificativa dos passos que permitiram chegar aos resultados da investigação efetuada.

### **3.1. Definição dos objetivos**

O objetivo geral deste trabalho é o analisar o grau de envolvimento, a participação e o papel duma instituição social na promoção de empreendedorismo social num contexto socioeconómico de crise.

Foram definidos três objetivos específicos, nomeadamente:

- Refletir sobre os desafios e dificuldades que se colocam ao empreendedorismo social na perspectiva da inclusão social no Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos;
- Conhecer as práticas de empreendedorismo social subjacentes à criação duma comunidade organizada no Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos;
- Analisar os desafios e dificuldades que se colocam aos dirigentes duma instituição social, face à finalidade de criar novas respostas inovadoras, com o intuito de integrar socialmente população excluída.

### **3.2. Hipótese e Identificação das Variáveis**

A investigação tem como Pergunta de Partida:

De que forma o Empreendedorismo Social combate a Exclusão Social na Vila de Campelos no atual contexto socioeconómico?

Como possíveis respostas para a pergunta de partida, formularam-se as seguintes hipóteses:

#### Hipótese 1

- através duma comunidade organizada, o empreendedorismo social contribui para combater a exclusão social

Variável independente - empreendedorismo social

Variável dependente - exclusão social

### Hipótese 2

- o exercício pleno de cidadania, através duma instituição social, promove uma plena integração e coesão social duma população excluída

Variável independente - cidadania

Variável dependente - coesão social

### **3.3. População**

Dado tratar-se de uma pequena empresa de inserção, a população do estudo é constituída por todos os colaboradores (21), com exceção da Coordenadora e da Vice-Presidente da Direção da Instituição, onde está inserida a da empresa de inserção.

### **3.4. Operacionalização das Variáveis em indicadores**

De acordo com a pergunta de partida, os objetivos a alcançar, assim como a temática definida, partiu-se do seguinte modelo de análise ou conceptual, que "(...) é o esquema orientador da conceção teórica que identifica os aspetos que influenciam a situação que está a ser investigada e organiza de forma lógica e integradora as diversas variáveis e a dinâmica da situação a ser investigada" (Oliveira & Ferreira, 2014: 79) e que serviu de base à construção do questionário para a recolha de dados da pesquisa e que tem por função orientar as etapas seguintes do protocolo de pesquisa.

#### **Variáveis de Caracterização**

Idade, Género, Estado civil, Número de Filhos, Dimensão Agregado Familiar, Escolaridade, Profissão, Cargo de Chefia, Vínculo laboral, Antiguidade Profissional, Atividades profissionais complementares, formação profissional complementar, rendimento monetário, despesas pessoais, atividades organizadas, interesses pessoais, convicções religiosas, práticas religiosas.

## Quadro N° 4 – Operacionalização dos Conceitos em Indicadores

### Hipótese 1

#### **Variável independente - Empreendedorismo social**

<b>Dimensões</b>	<b>Itens</b>
<b>Trabalho</b>	<p>40. Trabalhar por conta própria é melhor que trabalhar por conta de outrem, ainda que seja mais trabalhoso e exija mais responsabilidade.</p> <p>41. Nas empresas/instituições só as chefias é que devem determinar a forma de trabalhar.</p> <p>42. Devemos fazer sempre aquilo que nos é pedido no nosso trabalho, independentemente de acharmos que é ou não a melhor forma de o fazer.</p> <p>43. Não penso muito no meu trabalho, apenas faço o que me mandam.</p> <p>44. Se for preciso digo o que tiver de dizer ao meu chefe, mesmo que ele não goste.</p>
<b>Atitudes Pessoais</b>	<p>45. Gosto de me desafiar a mim próprio, em todos os aspetos da minha vida.</p> <p>46. Estou sempre a pensar em coisas novas para fazer.</p> <p>47. Tenho muitas ideias, mas não as realizo na prática.</p> <p>48. Sou uma pessoa de fazer muito e falar pouco.</p> <p>49. Gosto de falar e conviver, mais do que de fazer as minhas tarefas pessoais.</p>
<b>Atitude Face à Inovação</b>	<p>50. As sociedades existem para orientar a nossa vida e providenciar aquilo que precisamos como pessoas.</p> <p>51. Devemos sempre procurar novas formas de fazer as coisas.</p> <p>52. As regras definidas hoje devem sempre ser cumpridas amanhã.</p> <p>53. Na nossa sociedade, devemos ter um bom emprego, e muito tempo livre para fazer as coisas de que gostamos.</p>
<b>Organização Pessoal</b>	<p>54. Para ter alguma coisa na vida é preciso trabalhar.</p>

	<p>55.O esforço e dedicação são importantes para atingir os nossos objetivos.</p> <p>56.Gosto de planear a minha vida.</p> <p>57.Em todas as profissões é preciso ter método de trabalho.</p> <p>58. A inteligência é mais importante que o dinheiro</p>
<b>Motivação</b>	<p>59.Na vida é preciso é ter sorte.</p> <p>60.A forma mais fácil de ter dinheiro é jogar no Euro milhões.</p> <p>61.O fracasso não me desanima.</p>

### Variável dependente - Exclusão social

<b>Dimensões</b>	<b>Itens</b>
<b>Auto Imagem</b>	<p>62. Ninguém gosta de mim.</p> <p>63. Tenho pouco dinheiro.</p> <p>64. Sou bonito.</p> <p>65. Faço pouco desporto.</p>
<b>Relações Interpessoais</b>	<p>66.Sou solitário.</p> <p>67. Não pertença a nenhum grupo.</p> <p>68.Não gosto de falar, sou calado e introvertido.</p> <p>69.Tenho muitos conhecidos.</p>
<b>Acessibilidades</b>	<p>70. Não trabalho bem com as novas tecnologias</p> <p>71.Tenho dificuldade em deslocar-me.</p> <p>72.Não tenho tempo para fazer as coisas de que gosto.</p>
<b>Inserção Económico Profissional</b>	<p>Variáveis de Caracterização: 6.Escolaridade, 7.Profissão, 8.Cargo de Chefia, 9.Vínculo laboral, 10. Antiguidade Profissional, 11. 12. Atividades profissionais complementares, 13. formação profissional complementar, 14. rendimento monetário, 15. despesas pessoais.</p>
<b>Inserção Familiar</b>	<p>Variáveis de Caracterização: 3. Estado civil, 4. Número de Filhos, 5. Dimensão Agregado Familiar.</p>
<b>Inserção Social</b>	<p>Variáveis de Caracterização: 17. 18. Atividades organizadas, 19. interesses pessoais, 20. convicções religiosas, 21. práticas religiosas.</p>

## Hipótese 2

### Variável independente – Cidadania

<b>Dimensões</b>	<b>Itens</b>
<b>Participação Política</b>	73. Os governos são todos iguais.  74.O cidadão comum não pode fazer nada para mudar as coisas.  75.Votar não serve para nada.  76.Fazer greves e manifestações são uma perda de tempo. 77.Compreendo como se criam novas leis no país.
<b>Atitudes Ambientais</b>	78.Eu separo o lixo doméstico.  79.Desligar a luz quando não é necessário e poupar energia é importante.
<b>Normatividade</b>	80.Deve-se usar o livro de reclamações. 81.A lei é para se cumprir. 82.O excesso de velocidade faz parte da nossa cultura e nunca se vai alterar.
<b>Informação</b>	83. Gosto de estar a par das notícias. 84. Já li a constituição nacional.
<b>Consciência Social</b>	85.Todos os cidadãos são responsáveis pelo país. 86.Nunca fiz voluntariado. 87.Gosto de me queixar do país.
<b>Atitude Democrática</b>	88.Eu nunca me engano.  89.Admito os meus erros e tento melhorar como pessoa.  90. O chefe tem sempre razão.

### Variável dependente - Coesão Social

<b>Dimensões</b>	<b>Itens</b>
<b>Grupo Origem</b>	91.Amo a terra onde nasci. 92.Nunca abandono os meus amigos. 93.Estou disposto a morrer pela minha família. 94.Os meus filhos são mais importantes que os filhos dos outros.
<b>Grupo de Pares</b>	95.Cumprimento os meus vizinhos. 96.Adoro a terra onde vivo.  97.Sei o nome da maioria dos meus vizinhos. 98.Não suporto as pessoas com quem trabalho.

<b>Nacionalidade</b>	99.Estou disposto a morrer pela minha pátria. 100.Amo o meu país.
<b>Empatia</b>	101.Se vir alguém que não gosto a pedir ajuda, vou-me embora. 102.Quando alguém cai, rio se for engraçada a queda. 103.Passar à frente numa fila é normal. 104.Se tivesse que escolher, preferia despedir alguém a ser despedido. 105.Os problemas dos outros são-me irrelevantes. 106.Há pessoas chatas que não merecem a minha consideração.
<b>Individualismo</b>	107.Gosto de ser o primeiro. 108.Cada um por si e Deus por todos. 109.Sou muito mais esperto que a maioria das pessoas.

### **3.5. Percurso Metodológico Estratégico, Descrição do Método e Técnica Utilizada**

O presente estudo inscreve-se num paradigma compreensivo, dado que é mais pertinente para explicar os períodos de crise em que atravessamos, as transformações sociais e culturais num mundo em mudança, refletido ao nível das práticas sociais. E a especificidade deste paradigma compreensivo, segundo Isabel Guerra (2010: 9), "(...) é sobretudo, a sua orientação para a identificação das práticas quotidianas e das emergências de novos fenómenos sociais, que elucidam ou transformam no hic e nun das dinâmicas sociais, as regras ou as instituições existentes". Refere ainda a mesma autora que "(...) não estamos perante indivíduos isolados pelo individualismo metodológico, mas perante atores que agem tendo em conta a perceção dos outros e balizados por constrangimentos sociais que definem intencionalmente complexas e interativas" (Guerra:2010: 9).

Para o conhecimento das regularidades do funcionamento societal, "(...) não é suficiente para dar conta das complexidades das dinâmicas sociais e, sobretudo, dos processos de mudança, pois é, através desses processos que se criam assimetrias e

interagem inúmeras racionalidades, já que os atores agem de forma diferenciada, têm acessos diferenciados aos recursos, possuem diferentes competências para interpretar e intervir no contexto em que se inserem” (Guerra, 2006: 9,10).

Esta teoria, compreensiva, tem a herança histórica de Max Weber em que ele define a ação social, na sua obra *Economia e Sociedade*, definindo-a como "(...) uma ação cujo significado subjetivamente atribuído pelo sujeito ou sujeitos tem como referência a conduta dos outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento” (Vila Nova, 1985: 46). Deste modo, só existe ação social, quando ele possui um determinado significado atribuído pelos indivíduos e é orientada pelas ações alheias.

O que balizou o método científico da observação neste trabalho, foi o tipo ideal de Max Weber, que refere-se a uma construção mental da realidade, e “(...) permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu carácter total, os fenómenos se aproximam de uma das nossas construções, determinar o grau de aproximação do fenómeno histórico e o tipo construído tecnicamente” ([www.cafecomsociologia.com/2010/11/tipo\\_ideal\\_-\\_max\\_-\\_weber.html](http://www.cafecomsociologia.com/2010/11/tipo_ideal_-_max_-_weber.html), consultado em 26/06/2015). Segundo a wikipédia é um conceito teórico abstrato criado com base na realidade – indução, servindo como um guia na variedade de fenómenos que ocorrem na realidade ([https://pt.wikipedia.org/wiki/tipo\\_ideal](https://pt.wikipedia.org/wiki/tipo_ideal), consultado em 26/06/2015).

Por isso, para Max Weber, assim como para o seu continuador, Talcot Parsons, os factos não são meramente objetivos, têm um significado para aqueles que o vivem, em virtude de todas as ações terem um carácter subjetivo, logo interpretativo.

Portanto, a investigação qualitativa faz sentido nesta investigação, no âmbito da Sociologia, por ter uma sinergia natural com os processos de prática social e contemplar a análise de diferentes entendimentos da realidade social.

Nesta investigação privilegiou-se o Método Descritivo Casual (estudo de caso), considerando que se trata de uma pesquisa em ciências sociais e humanas.

Os estudos descritivos casuais, centram-se num objeto em análise, o qual é analisado em detalhe, sem pretensão de generalizar, analisando dentro do seu contexto real, ligado a uma entidade social.

Segundo Fortin (2006: 241), “(...) o investigador interessa-se mais pela significação das experiências vividas pelos próprios indivíduos do que juntar dados, tendo em vista outros estudos ou generalização”. Ainda Fortin (2006: 242) citando Yin (2003), refere que “o estudo de caso tem um real valor científico pelo facto, entre

outros, do carácter profundo de análise, das múltiplas observações a que dá lugar e dos comportamentos – tipo, que permite isolar”.

Esta metodologia dá-nos uma informação detalhada sobre um fenómeno novo, permite destacar novas ideias e estabelecer relações entre as variáveis do estudo em causa.

Foi mobilizado um conjunto de técnicas e instrumentos no acesso à informação, tais como análise documental e observação participante, "conversas informais" com dirigentes e ex-presidente de junta de freguesia, tendo sido privilegiado a utilização da técnica de entrevista por questionário, estruturado, com questões fechadas, em que os sujeitos são observados/avaliados num único momento, especialmente pertinente para o acesso à análise dos funcionários da empresa de inserção, em contexto laboral, o modo de representação da instituição, o seu papel no quotidiano da sua intervenção e o que representa o impacto da relação/interação com a instituição e meio envolvente.

### **3.6. Campo, Seleção da Amostra e Caracterização**

O campo empírico desta pesquisa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, da Vila de Campelos, freguesia de Campelos - Outeiro da Cabeça, Concelho de Torres Vedras, denominado Centro Social Paroquial de Santo António dos Campelos.

Esta intervenção decorreu no mês de Julho de 2015.

Foram selecionados, o universo da amostra, isto é, a totalidade dos colaboradores da empresa de inserção.

## **3.7. Breve Caracterização do Concelho de Torres Vedras**

### **3.7.1. Enquadramento Geográfico e Histórico**

#### **3.7.1.1. O Espaço**

A investigação incide numa área dividida entre os concelhos de Torres Vedras e o da Lourinhã, localizados no Oeste de Portugal, Distrito de Lisboa.

Para fins estatísticos e na relação com a União Europeia Portugal Continental está dividido em cinco regiões NUTS, que foram aceites a nível comunitário pela União Europeia, temos as NUTS II, denominadas: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, e, Algarve, e estas divididas em NUT III, em regra coincidentes com as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais<sup>4</sup>.

O território do Município de Torres Vedras, "(...) administrativamente pertence ao distrito de Lisboa e ao conjunto regional da Comunidade Intermunicipal do Oeste. É limitado a norte pelo Concelho da Lourinhã, a nordeste pelo Concelho do Cadaval, a este pelo Concelho de Alenquer, a Sudeste pelo Concelho de Sobral Monte Agraço, a sul pelo Concelho de Mafra e a oeste pelo oceano atlântico"<sup>5</sup>.

Relativamente à sua extensão, "(...) é o mais extenso município do Distrito de Lisboa, com 407,15Km<sup>2</sup> de área e 79.465 habitantes (2011), subdividido em 13 freguesias, nomeadamente:

- A dos Cunhados e Maceira
- Campelos e Outeiro da Cabeça
- Carvoeira e Carmões
- Dois Portos e Runa
- Freiria
- Maxial e Monte Redondo
- Ponte de Rol
- Ramalhal
- São Pedro da Cadeira
- Torres Vedras e Matacães
- Silveira
- Turcifal
- Ventosa"<sup>6</sup>

### 3.7.1.2. Enquadramento Histórico

Localizado na Região Oeste, o território de Torres Vedras é povoado pelo homem desde os tempos mais remotos. Por aqui passaram comunidades de caçadores recolectores, agricultores, metalúrgicos e, mais tarde, gregos e romanos, como Rufo, um de tantos nomes grafados na pedra que os imortalizou.

O primitivo nome do lugar esconde-se no mais profundo mistério, parecendo identificar-se com Chretina. Mas qualquer que tenha sido a data de fixação do nome Turres Veteras – Torres Vedras, este lembra as torres velhas, porque antigas, da sua primitiva fortificação, provavelmente construída ainda no período romano.

D. Manuel doou-lhe Foral Novo, em 1 de junho de 1510, e D. João III fez Torres Vedras cabeça de comarca, estatuto que só exerceria efetivamente, a partir de 1619, dada a forte oposição de Alenquer, até então cabeça de comarca.

A partir de 1809, Torres Vedras oferecia o seu nome ao maior sistema defensivo da história, com defesa efetiva, construído para defrontar as tropas de Napoleão e que seria o baluarte de defesa da capital: as Linhas de Torres Vedras.

A vila e o Concelho cresceram, tornaram-se destino turístico, sobretudo a partir do início do séc. XX. Quer na procura das termas quer da praia de Santa Cruz, renovando encontros permanentemente. A mesma vila elevou-se a cidade, em 1979, testemunhando um enorme crescimento urbano.

---

4. Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro.

5 e 6. Site da Câmara Municipal de Torres Vedras.

### 3.7.2. Caraterização Económica

Localizado a poucos quilómetros de Lisboa, encontramos no Concelho de Torres Vedras terras ricas em Policultura (feijão, batata, vinha, ...) sendo até o concelho com maior produção de vinho ao nível nacional, 20 km de praia que torna um ponto turístico de referência.

No concelho de Torres Vedras a atividade agrícola (vinha e horticultura), a indústria agroalimentar e metalúrgica e o comércio a retalho assumem um papel preponderante.

O tecido empresarial do concelho de Torres Vedras é constituído por 9976 empresas (INE 2010) das quais 27,7% assumem forma de sociedade.

A força de trabalho, no concelho de Torres Vedras, ano 2011, era de 38.768 indivíduos, o que traduz uma taxa de atividade de 48,8%.

---

Fonte: site da Câmara Municipal de Torres Vedras (CMTV), Torres Vedras, Câmara Municipal de, *Torres Vedras em Números*, 2006, p.32 e I.N.E., censos 2011.

### **3.8. Breve Caracterização da Vila de Campelos**

Situando a área deste estudo, vemos que tanto à época como agora Campelos e os lugares mais próximos localizam-se no Distrito de Lisboa, concelhos de Torres Vedras e de Lourinhã.

As freguesias eram no século XIX as de Santa Maria do Castelo, no Concelho de Torres Vedras, e de S. Lourenço dos Francos, no concelho da Lourinhã. Mais tarde as freguesias de Campelos em Torres Vedras, e de Miragaia e Marteleira no concelho da Lourinhã.

Desde outubro de 2013, com as agregações de freguesias são a União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, em Torres Vedras, e a União das Freguesias de Miragaia e Marteleira no concelho da Lourinhã.

A freguesia partilha vários lugares com as freguesias de Miragaia e de Marteleira, do concelho da Lourinhã, os lugares pertencentes aos dois municípios são: Cabeça Gorda; Campelos; Carrasqueira; e Casalinho das Oliveiras.

Campelos é o lugar sede da recém-criada União das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, duas das freguesias agregadas desde as últimas eleições autárquicas, de Setembro de 2013, é uma das atuais 13 freguesias, do concelho de Torres Vedras, e a que está mais a norte, fazendo fronteira com os municípios da Lourinhã, e o do Cadaval.

Confronta a Norte com a União das freguesias de Marteleira e Miragaia, freguesia de Moita dos Ferreiros, a Este com a União das freguesias do Cadaval e Pero Moniz, a Sul com a do Ramalhal, e a Oeste com a freguesia do Vimeiro e a União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira. A freguesia civil de Campelos foi criada em 24 de Novembro de 1945.

A freguesia onde se situa o estudo empírico realizado - Centro Social e Paroquial de Santo António de Campelos, em Campelos, tem uma área geográfica de 24,18 Km<sup>2</sup>, o que representa 2827 habitantes (2011) pelo que representam 3,6% da população total do concelho de Torres Vedras, e uma densidade de 116,5 hab/ Km<sup>2</sup>.

Foi criada em 1945 por desanexação da freguesia de Santa Maria do Castelo e São Miguel, da qual constituía um enclave distante cerca de 20 quilómetros.

Foi extinta (agregada) pela reorganização administrativa de 2012/2013, sendo o seu território integrado na União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça.

Em relação às coletividades, tem no seu território:

- Banda da Escola de Música da Casa do Povo de Campelos
- Grupo de Cantares
- Associação de Solidariedade Social e Socorros de Campelos
- Procampelo - Associação de Desenvolvimento de Campelos
- Sport Clube União Campelense
- Centro Social e Paroquial Santo António de Campelos
- Rancho Folclórico Danças e Cantares de Campelos
- Agrupamento de Escuteiros 648
- Centro de Cultura e Animação de Campelos
- Associação Desportiva e Cultural da Cabeça Gorda
- Associação Pró desenvolvimento Integrado da Cabeça Gorda (Apoterra)

Realiza a 25 de Julho a Feira de Santiago Maior e no 1º domingo de cada mês realiza o mercado mensal.

---

Fonte: site da Câmara Municipal de Torres Vedras (CMTV), Torres Vedras, Câmara Municipal de, *Torres Vedras em Números*, 2006, p.34 e I.N.E., censos 2011.

### **3.9. Caracterização do Centro Social e Paroquial de Santo António de Campelos (CSPSAC)**

Pelos seus estatutos, no seu artº 1º refere que "o Centro Social e Paroquial de Santo António de Campelos é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com personalidade jurídica no foro canónico e civil, pertencente à Paróquia de Campelos". Foi criada por escritura pública a 9 de Julho de 1991.

Eis como surgiu:

Desde há longos anos que a Paróquia tem dado apoio às pessoas mais carenciadas, e foi desta prática que resultou a criação do centro Social e Paroquial.

A Paróquia vocacionada como está, fiel aos seus princípios, começou por dar apoio a quem mais necessitava quer material quer espiritualmente. As crianças foram desde o tempo do Sr. Padre Hermenegildo, a sua preocupação.

Assim, a partir de 1987, começando pela realização de colónia de férias, criou atividades de tempos livres, para crianças em idade escolar, coo forma de colaborar com as famílias na formação dos mais pequenos.

Mais tarde, por iniciativa do "Grupo de Beneméritos", embora não ligados diretamente à Paróquia, desenvolveram-se atividades de ajuda às pessoas mais necessitadas. Nesta fase merecem ser referidos pela sua dedicação, o casal Gertrudes e Silvério Severiano, que se ocuparam longamente destas tarefas.

Em 1991, por forte vontade, determinação, dinamismo, entusiasmo e sensibilidade o Reverendo Padre José Rodrigues Paula, iniciou a sua atividade com valência de creche aprovada pela segurança social com 33 crianças em espaço alugado na Cabeça Gorda, apoiada não só pela junta de freguesia da época e da associação Procampelo, que colaborou com parte das verbas necessárias para aquisição de equipamento, contando ainda com o entusiasmo dos cristãos locais liderados pela D. Graciete Rodrigues.

Em 1996 dá-se a abertura da valência de A.T.L. (Atividade de Tempos Livres) em acordo para 30 crianças dos 6 aos 12 anos, o qual terminou em Novembro de 2006 tendo neste período de tempo funcionado em instalações cedidas pela Igreja do Imaculado Coração de Maria em Campelos. Neste período, havia a grande preocupação de apoiar as famílias na candidatura ao Rendimento Mínimo Garantido (RMG), e

também na inserção no mercado de trabalho, fornecimento de refeições às crianças mais carenciadas e apoio social às famílias.

Na sequência deste trabalho, em Julho de 1999, foi criada com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, uma Empresa de Inserção, cuja atividade iniciou em fevereiro de 2000.

A Empresa de Inserção, dispõe de 4 áreas de ação, nomeadamente: refeições, padaria, limpeza e lavandaria. Tem como objetivo promover competências profissionais, pessoais e sociais, inserindo no mercado de trabalho desempregados de longa duração.

A área da cozinha fornece atualmente cerca de 400 refeições para diversas escolas do Concelho de Torres Vedras.

Relativamente ao serviço de limpezas este é desenvolvido no domicílio ou em estabelecimentos comerciais, incluindo serviços de lavandaria.

Esta empresa possibilitou a criação de novos postos de trabalho a pessoas provenientes do R.M.G. e a desempregados de longa duração, nas seguintes áreas de atividade: lavandaria, limpeza e cozinha. Para esta iniciativa, muito se deve ao entusiasmo da vice-presidente da instituição, D. Isália Domingos.

Para aumentar as disponibilidades financeiras da instituição, com o intuito de fazer face a novas solicitações da comunidade, iniciaram nova atividade na área da panificação, com a criação duma Padaria. Neste momento está em franco desenvolvimento, com 3 lojas (Campelos, Bombarral e Ramalhal) e ainda com uma venda diária no mercado municipal de Torres Vedras e no fornecimento de pão a restaurantes e mercearias da zona.

A creche funcionava num espaço, embora acolhedor, de muito reduzidas dimensões para as necessidades das crianças que a frequentavam. Assim, o Sr. Padre José Paula começou a dar os primeiros passos para a construção do edifício sede do Centro Social, iniciando uma campanha para angariação de fundos para a compra do terreno destinado à construção de raiz daquele edifícios.

Este terreno (área de 7.500m<sup>2</sup>) acabou por ser cedido, pela Câmara Municipal de Torres Vedras, resultante da troca da área social da urbanização Quinta das Malhadinhas (Florentino Manuel Lopes) participando o que restava pagar do terreno, junto ao campo da feira que já havia sido sinalizado ao proprietário do centro social.

A 13 de Março de 2004, por ocasião da entrega e bênção da viatura cedida pelo então Governador Civil de Lisboa, Dr. Lino Ramos, com a presença do deputado Dr. Duarte Pacheco e do Presidente da Câmara Municipal Dr. Jacinto Leandro, deslocaram-se ao terreno para onde estava prevista a construção do edifício sede da instituição. Após várias campanhas de fundos e apoio estatais foi iniciada a obra em 2007 e concluída em 2008.

É composta por 2 pisos distintos, ambos com saídas diretas para o exterior de forma a permitir o uso dos espaços ajardinados e de recreio. Deu-se importância ao acesso das salas de atividades para o exterior de forma a proporcionar o maior nº de atividades ao ar livre. Contempla ainda um núcleo administrativo, um núcleo de serviços e um núcleo de convívio e de lazer. As instalações atualmente têm uma capacidade para receber 84 crianças em creche, 40 no pré-escolar e têm 63 funcionários.

Este ano, está-se a comemorar os 7 anos da inauguração (28 de setembro de 2015) da Creche do Menino de Jesus, sede do Centro Social e Paroquial de Santo António dos Campelos.

Tal como a ação da igreja em que não tem fronteiras, nem espaços, a intervenção do Centro Social Paroquial, presentemente não se limita à freguesia. Pelo facto de estar representada na Rede Social do Concelho de Torres Vedras, através do "Projeto Mão Cheia", com o apoio do PROGRIDE e em parceria com a Câmara Municipal (sendo esta a entidade promotora), as juntas de freguesia de Campelos-Outeiro da Cabeça, Ramalhal, A dos Cunhados, S. Pedro da Cadeira, Silveira, Ponte de Rol, e Maceira, a segurança social de Torres Vedras, Agrupamentos de Escola e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Torres Vedras, estão a intervir junto das crianças em idade escolar, no sentido de prevenir o insucesso e o abandono escolar.

Por tradição, o Centro tem desde há alguns anos a esta parte, organizado a Festa de Santo António, com a participação das marchas do Lar, dos Escuteiros e do Centro. Em relação à concretização da Missão, Visão, Valores da Instituição e Objetivos Estratégicos que devem servir de guia a todos os que usufruem dos seus serviços, sejam utentes, colaboradores, voluntários, foram definidos os seguintes pontos devidamente apresentados pela Direção do CSPSAC:

**Missão** ( o que fazemos)

“Cultivar nos paroquianos a noção das suas responsabilidades sociais, motivando-os para exigências cristãs de partilha e comunhão de bens, ajudando-as a dar resposta às carências que se verifiquem entre os habitantes da comunidade”.

**Visão** (como queremos ser vistos)

“Promoção de oportunidades de crescimento, de desenvolvimento e de envolvimento com a comunidade”

**Valores** (o que devemos respeitar internamente para que possamos desempenhar a missão e atingir a visão)

- “Conhecimento e Inovação;
- Solidariedade e Justiça;
- Profissionalismo e Rigor;
- Sentido de Comunidade;
- Abertura ao outro;
- Comunicação e Trabalho de Pesquisa”.

**Objetivos Estratégicos**

- “Contribuir para o desenvolvimento moral, espiritual, cultural e social da comunidade;
- Fortalecer o sentido comunitário;
- Criar estruturas de comunicação na mensagem cristã e de partilha de bens;
- Promover o desenvolvimento de competências, pessoais e sociais de todos os colaboradores;
- Otimizar os recursos humanos e materiais”.



Foto 1 - Placa do CSPAAC



Foto 2 - Entrada Principal



Foto 3 - Entrada Creche



Foto 4 - Horta Comunitária

### **3.10. Caracterização da Empresa de Inserção do CSPSAC**

A empresa de inserção surge através de um Programa de Emprego Apoiado, criado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, ao qual o centro Social Paroquial Santo António de Campelos se candidatou no ano 2000.

Desde então, a Empresa de Inserção tem cumprido o seu objetivo base, isto é, promover a aquisição de competências profissionais, sociais e pessoais por parte de um público-alvo muito específico, nomeadamente, desempregados de longa duração e beneficiários do rendimento social de inserção. Após 2 anos, cada beneficiário ingressa no mercado normal de trabalho.

Como instrumento de trabalho, é entregue semanalmente uma “escala de serviço”, em que os orienta no seu trabalho diário, cuja escala tem o cliente, dia da semana e horário de trabalho (entrada e saída).

Os serviços que prestam diariamente é o serviço de limpezas, lavandaria, arranjo de roupa, padaria “Pãozinho da Avó”, cantina social (confeção e serviço de refeições), tendo sido inaugurado em Junho de 2015 o Mercado Social de Campelos pela junta de freguesia, onde colaboram trabalhadores da empresa de inserção. É neste local que se efetua o tratamento de roupa doada e a que não está em condições de ser doada será reciclada em peças e posteriormente vendida.

Existe também um Gabinete de Intervenção Comunitária (GIC), instalado no Mercado Social, projeto social da União de freguesias de Campelos – Outeiro da Cabeça, apoiado por uma Técnica de Inserção Social do Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos, em parceria com a Associação de Solidariedade Social e Socorros de Campelos, EB 23 Gaspar Campelo, GNR do Destacamento Territorial de Torres Vedras, centro de Saúde de Torres Vedras, junta de freguesia do Ramalhal e a Associação de Socorros do Outeiro da Cabeça. O GIC tem como objetivo o estudo, intervenção e apoio social e terapêutico a famílias que possam estar expostas a fator de risco.

A equipa dá resposta efetiva às necessidades da família, através do atendimento social duas vezes por semana, ao nível do emprego, desenvolvimento de competências, e sensibilização para um papel ativo na educação escolar, saúde, emoções, contribuindo para um desenvolvimento harmonioso a quem recorre a estes serviços.

Os funcionários que compõem a empresa de inserção, são na sua esmagadora maioria senhoras, cuja média das idades ronda os 40 – 45 anos, possuem baixas qualificações, mas com um imenso potencial para iniciarem o seu negócio.



Foto 5 - Preparação



Foto 6 - Tender a massa



Foto 7 - Cozedura



Foto 8 - Transporte para os estabelecimentos

### **3.11. O Programa da Rede Social no combate à exclusão social**

A Rede Social constitui um programa de âmbito nacional, mas cuja esfera de atuação centra-se na procura de condições para a resolução dos problemas sociais diagnosticados a nível local, tende a encontrar problemas e a articular com os vários atores locais, com intervenção nos domínios sociais, a trabalhar em parceria no sentido de articular as intervenções tendentes ao combate à pobreza e exclusão social, fomentando, em alternativa, condições de sustentabilidade ao nível de promoção do desenvolvimento social, segundo uma visão territorializada no que concerne aos recursos, meios e capacidades de resposta eficazes. Conforme expresso pela Segurança Social<sup>2</sup>, a Rede Social incentiva os organismos do sector público (serviços desconcentrados e autarquias locais, instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.

Propõe-se em cada comunidade, autarquias e as entidades públicas e privadas, tenham uma visão partilhada dos problemas sociais na sua área de intervenção, que definam em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações, e utilizem de forma mais racional os recursos disponíveis.

A Rede Social tem plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social a nível das freguesias (Comissões Sociais de Freguesia ou Interfreguesias)) e dos concelhos (Conselhos Locais de Ação Social – CLAS), ao nível regional, são as plataformas territoriais supraconcelhias.

A rede Social surge num contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo o esforço da erradicação da pobreza, tendo sido criada através da Resolução do Conselho de Ministros N.º. 197/1997, de 18 de Novembro e da Declaração de Retificação N.º. 10-O/1998, Despacho Normativo N.º. 8/2002 de 12 de fevereiro e o Decreto – Lei N.º. 115/2006 de 14 de junho.

A gestão, dinamização, acompanhamento e avaliação do programa é da competência do Instituto da Segurança Social (ISS).

Em relação aos seus objetivos, com base num trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica, são os seguintes:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano nacional para a Inclusão (PNAI);
- Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma melhor eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

Pretende-se com este Programa:

- Induzir o planeamento estratégico participado;
- Promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia;
- Procurar soluções para problemas transversais que afetem famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- Formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, no âmbito da Rede Social;
- Promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

A metodologia utilizada é através duma estratégia participada de planeamento cujos instrumentos fundamentais são o Diagnóstico Participado, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação.

Procuram construir um retrato comum da situação social concelhia, resultante dos contributos das várias entidades com intervenção na área do concelho que permita identificar prioridades de intervenção. Servirá de base para a construção de um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) em que estejam inscritos os objetivos e estratégias de intervenção definidos para um quadro temporal alargado (cerca de três anos) e sejam planeadas as formas de operacionalização do PDS tendo em linha de conta um horizonte temporal mais curto (planos de ação anuais).

Em relação aos princípios de ação por forma a garantir a coerência da estratégia de intervenção e a funcionalidade do dispositivo criado e das ações desenvolvidas no quadro do programa, são os seguintes:

- **Princípio da Subsidiariedade:** traduz a ideia que os problemas são resolvidos nos territórios pois é a este nível que se identificam os problemas e as necessidades, recursos e capacidades e identidades dos agentes de mudança e se podem ensaiar, inovar e desenvolver ações de intervenção coletiva visando a resolução de problemas concretos locais.
- **Princípio da Integração:** assenta no incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado, fazendo apelo á participação de todos os intervenientes locais e à congregação dos recursos de todos, para a resolução dos problemas sociais mais prementes, à convergência das medidas de política social e outras, com vista á promoção das comunidades locais, através de ações planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta.
- **Princípio da Articulação:** articular a intervenção social dos diferentes parceiros com atividade num território numa parceria afetiva e dinâmica, para permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, por modo a fornecer um espaço comum em torno de objetivos comuns.
- **Princípio da Participação:** significa que o combate à pobreza e à exclusão social, numa perspetiva da promoção do desenvolvimento social, é tanto mais efetivo quanto resulte de um processo amplamente participado, devendo alargar-se aos atores sociais locais e às populações, em particular às mais vulneráveis e estender-se, sempre que possível, a todas

as ações desenvolvidas no Programa. Pressupõe a tomada de consciência pelas entidades e populações locais que originam a pobreza e a exclusão social; a mobilização dos atores e populações em torno de ações concretas que visem a solução dos problemas existentes; o apoio à organização e mobilização de pessoas que vivem em situação de exclusão para que participem na resolução dos problemas.

- Princípio da Inovação: face à emergência de novas problemáticas e às mudanças sociais que ocorrem de uma forma acelerada, torna-se imprescindível que as novas medidas e programas sejam portadores de inovação para se adequarem às novas realidades. A inovação deverá criar novas dinâmicas no sentido de descentralizar os serviços, desburocratização dos procedimentos nos serviços públicos, maior circulação e partilha de informação, criação de um sistema de comunicação fácil e acessível entre os serviços e os cidadãos e formas de atuação que motivem a participação das comunidades locais.
- Princípio da Igualdade de Género: a partir da aprovação do Decreto-lei Nº. 115/2006 de 14 junho, a rede social passou a integrar a dimensão do género no conjunto dos princípios que enquadram o funcionamento das suas estruturas de planeamento e conformam as intervenções concebidas no quadro da articulação dos parceiros.

Quanto aos resultados esperados, a nível Concelhio, estes devem apresentar, ao fim de cada ciclo de três anos, o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social, contemplando a articulação com outros instrumentos de planeamento com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local, o Plano de Ação (anual) em que se explicitem as ações e o cronograma das mesmas, bem como a relação das ações com os objetivos específicos no Plano de desenvolvimento Social, o modelo de avaliação e o sistema de informação, onde deve incluir os indicadores de contexto e os de impacto, bem como a monitorização da execução dos planos de ação.

Ao nível Supraconcelhio pretende-se o reconhecimento do território, com vista ao conhecimento dos problemas, prioridades e eixos de intervenção e monitorização da sua implementação, sistematizando toda a informação transversal ao território da plataforma, melhoria da eficácia dos serviços, na implementação regional e local de planos nacionais, sectoriais e temáticos através de uma lógica de cooperação e da

definição de impactos na realidade social, transferência de conhecimento, através da disseminação de práticas de excelência, com recursos a dispositivos de difusão da informação e partilha de experiências.

Quanto aos Impactos esperados, a Rede Social procura produzir mudanças aos níveis local e regional, favorecer a articulação e adaptação de políticas e medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais possibilitando enriquecer o conhecimento e dar visibilidade a realidades locais, construção de planos nacionais que contemplem as prioridades e necessidades locais e qualificar a intervenção social nos locais.

---

5. [WWW.seg-social.pt/a-rede-social](http://WWW.seg-social.pt/a-rede-social), consultado a 22/06/2015

### **3.12. O Papel das Empresas de Inserção**

Segundo Carlota Quintão (2004), as "Empresas de Inserção (EI's) é uma designação genérica para um conjunto de organizações que desde o final dos anos 70, mas com particular incidência desde os anos 80, tem vindo a desenvolver-se em diversos países europeus, designadamente na Bélgica, em França, em Itália e, mais recentemente, inspiradas nestas experiências, em Portugal".

Surgem então em 1999, como uma medida de política ativa de emprego, num contexto de radicalização dos problemas de desemprego, de pobreza e exclusão social, por um lado, e por outro no campo de novas políticas de emprego e proteção social.

Refere a mesma autora, Carlota Quintão (2004:), que "(...) na sua génese, as empresas de inserção são iniciativas de pessoas e coletividades da sociedade civil que se mobilize e organiza com base em princípios de solidariedade social, na busca de respostas à emergência de novas necessidades sociais não satisfeitas, e de respostas às problemáticas do mercado de trabalho em particular".

Existe uma ligação muito forte e estreita entre estas empresas e a economia social e o terceiro setor, enquadrada no âmbito de temáticas mais amplas, no novo empreendedorismo social, na nova economia social ou economia solidária.

A expressão Economia Social surge nos países francófonos - na França, na Bélgica, na região do Quebeque no Canadá - e cujas origens remontam do séc. XII em França. É perspectivada como um conjunto de organizações surgidas, através dos movimentos cooperativo, mutualista e associativo com início no séc. XIX, em consequência da hegemonização da economia de mercado, do predomínio das ideias liberais em termos económicos e políticos, de forte industrialização, e de pauperização da classe operária. Como tal, estes movimentos desenvolveram formas de ação económica, social e políticas alternativas à economia de mercado, tendo como valores os princípios da solidariedade, entre ajuda, cooperação mútua, baseando-se numa perspectiva filantrópica ou caritativa. De qualquer modo, estas organizações são vistas como organizações de coletividades da sociedade civil que se expressa e participa, no seio das sociedades democráticas, em que procuram desenvolver respostas a problemas e necessidades sociais geradas pelo desequilíbrio dos mercados.

No séc. XX houve uma institucionalização destas organizações e desenvolveram-se de uma forma interdependente com a evolução do Estado Social e das tendências da crescente competitividade e globalização da economia de mercado.

É de realçar que existe uma pluralidade de designações, mas sinónimas da mesma realidade, no contexto francófono tomam a designação de economia social ou solidária, sector das organizações não lucrativas ou voluntárias no contexto anglófono, terceiro sistema na perspetiva da União Europeia, economia solitária ou alternativa no contexto da América latina, Organizações Não Governamentais, no plano internacional, entre outras designações.

Na década de 90, do século passado é com maior frequência a utilização de designação de terceiro sector, cujo conceito pretende apreender a diversidade da realidade empírica e das diferentes tradições de abordagem, pelo seu carácter aberto e neutro face às tradições regionais, sendo aplicada a uma realidade heterogénea e plástica.

No âmbito do empreendedorismo social, têm surgido novas formas de organização social, com a finalidade de combater a pobreza, o desemprego, desenvolveram serviços e atividades diversas, nomeadamente a nível local.

São exemplo, iniciativas de criação de serviços e respostas aos problemas dos jovens com famílias desestruturadas, com dificuldades no domínio escolar e profissional, de pessoas com diversos problemas de saúde, de idosos, crianças, pessoas com deficiência, minorias étnicas, etc.

Em relação ao mercado de trabalho, existem iniciativas no âmbito da inserção no mercado de trabalho de diferentes categoria de públicos – alvo, primeiramente de pessoas com deficiência, depois de jovens que engrossam as taxas de desemprego e, progressivamente, de um vasto conjunto de categorias de pessoas desfavorecidas face ao mercado de trabalho.

Este novo dinamismo da sociedade civil, nomeadamente nas políticas de emprego e proteção social, associa-se às medidas de atuação da população quer desempregada, quer ativa, no sentido de aumentar a sua participação no mercado de trabalho, participação em programas de formação e qualificação profissional, de atividades ocupacionais socialmente úteis, de financiamento do apoio à inserção de pessoas em dificuldade. Instituições Particulares de Solidariedade social com intervenção nestes domínios, poderes públicos de carácter local, entre outros, organizam-se para criar respostas a inúmeras e diversas necessidades sociais

constatadas. Estas organizações têm também desenvolvido relações entre si, formando redes de diversos tipos, de investigação, de representação de interesses, de procura ativa de novas soluções de financiamento, entre várias outras dinâmicas.

Estas empresas, nos anos 80/90 foram reconhecidas legalmente, com enquadramento próprio, de que são exemplos em França, Bélgica e Itália, as empresas de inserção e as cooperativas sociais.

Durante os anos 90, novas respostas e novas necessidades sociais afirmam-se, como alternativa á intervenção das tradicionais organizações da economia social.

Daí o surgimento da ideia da Economia Solidária, que vem reafirmar os princípios e a ambição original da Economia Social que recusa as divisões entre a ação económica, social e política e que aciona projetos cívicos, democráticos, participativos e economicamente plurais. Mais do que uma diferença conceptual substancial, a sua “nova” designação é para alastrar sobre as novas gerações de organizações, que apresentam características e expressam necessidades específicas, em relação às tradicionais instituições de economia social.

A investigadora Carlota Quintão citando J.L. Leville (2000) refere que a economia social e solidária deve ser perspectivada no quadro de uma economia plural, ou seja, acionando formas de mobilização e organização de recursos para a produção material de bens e serviços, recorrendo a vários princípios económicos – à redistribuição, à reciprocidade, e à troca no mercado -, e recorrendo a vários tipos de recursos – monetários e não monetários.

Expressa ainda a autora, que a economia social e solidária ocupa o mesmo espaço de intervenção económica, intermédio e híbrido entre três polos de atividade: entre o Estado, lógica redistributiva, o Mercado, lógica de lucro, e a economia doméstica e comunitária, que se caracteriza pelos princípios da gestão doméstica e reciprocidade, mobilizando recursos não monetários.

Com este novo empreendedorismo social, as organizações passam a empresas sociais. A sua abordagem é idêntica à nova economia social ou solidária. Estas encontraram um espaço próprio no contexto da crise económica e social e política que atra vossamos e dos vazios de resposta às necessidades deixados, tanto pelo Estado, em crise orçamental, como pelos agentes privados do mercado desinteressados por áreas cuja lucratividade é pouca, logo não é atrativa.

As empresas de inserção surgem, dentro do contexto de economia social e solidária, pelo motivo em que as empresas ou agentes privados do mercado, ao contrário destas, não motivam à inserção-sócio-profissional de pessoas desfavorecidas, como tal, as empresas de inserção constituem uma das vertentes ou subconjunto das empresas sociais ou da nova economia social ou solidária.

Elas definem-se como entidades organizadas segundo lógicas empresariais de produção de bens e serviços em diversos sectores de atividade económica, e têm como fim inserir social e profissionalmente pessoas desfavorecidas face ao mercado normal de trabalho.

As empresas de inserção desenvolvem atividades que visam responder a necessidades sociais não satisfeitas pelo Estado ou pelo sector privado lucrativo, mas cuja finalidade primeira, reside na inserção profissional de públicos desfavorecidos, utilizando como meio a atividade produtiva.

Pelas experiências existentes em vários países, incluindo em Portugal, reconhece-se três tipos de ofertas, nomeadamente:

- Emprego Protegido – trabalho e/ou emprego permanente adaptado nomeadamente a pessoas com deficiência, em situação de proteção face às regras de funcionamento do mercado de trabalho regular;
- Formação Social e Profissionalmente qualificadores em situação de trabalho real, que visam a transição das pessoas em inserção para o mercado de trabalho regular;
- Emprego permanente a públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho, em situação de mercado concorrencial.

Estes três tipos de respostas configuram três tipos de empresas de inserção – emprego protegido, formação social e profissional e emprego permanente, tendo todas elas por objeto facilitar o acesso ao mercado de trabalho e ao exercício de cidadania, e sensibilizar os parceiros políticos, económicos e sociais para os problemas de inserção, através de um contrato de trabalho de duração determinada e de uma pedagogia apropriada. O seu funcionamento baseia-se na produção de bens e serviços segundo as regras do mercado e o seu financiamento advém da venda de bens e serviços no mercado e de subsídios públicos ou privados. Estes, destinam-se a cobrir a fraca

produtividade dos trabalhadores em inserção, os custos de enquadramento do público acolhido, a forte rotatividade de efetivos e a formação profissional e qualificação social.

Na sua finalidade, as Empresas de Inserção inovaram as metodologias de trabalho, formação e socialização com estes públicos, nas formas de organização do trabalho e de gestão de recursos humanos nas empresas, nas hipóteses de resposta aos trabalhadores no final dos processos de inserção.

Na sua origem, as Empresas de Inserção puseram em marcha intervenções de matriz multidimensional e pluridisciplinar, acionando a atividade produtiva e o trabalho como fator de inclusão, simultaneamente com uma ação no quadro das metodologias de luta contra a pobreza e no desenvolvimento local.

Em relação ao estatuto do trabalhador em inserção, os trabalhadores têm diferentes estatutos e sistemas de proteção social, com diferentes níveis de reconhecimento e harmonização dos direitos e deveres.

Os públicos das Empresas de Inserção são muito heterogéneos, envolvendo diferentes graus e diferentes tipos de problemáticas de exclusão social, e revelando também diferentes capacidades para o trabalho, bem como diferentes necessidades.

Em suma, a importância das Empresas de Inserção tem sido salientada em vários domínios: económico, do emprego, da luta contra a pobreza e exclusão social, do desenvolvimento local e, por estas vias para a reforma do Estado Providência e para a construção do modelo social europeu.

## **CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4. Caracterização da Amostra**

O campo empírico desta pesquisa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, da Vila de Campelos, União de Freguesias de Campelos – Outeiro da Cabeça, Concelho de Torres Vedras, denominado Centro Social Paroquial de Santo António dos Campelos.

Esta intervenção decorreu no mês de julho. Foram selecionados, o universo da amostra, isto é, a totalidade dos colaboradores da empresa de inserção.

Após o recebimento da caixa que continha os questionários respondidos, verificou-se que dos 23 questionários respondidos entregues, foram devolvidos a sua totalidade, devidamente preenchidos.

Resulta daqui que se consideram como válidos 23 questionários, o equivalente a 100% do total dos colaboradores da organização e a 100% do total das respostas.

#### **4.1. Instrumento da Recolha de dados**

O instrumento utilizado para a recolha de dados foi a entrevista por questionário, o que permitiu agilizar o estudo, dado que, não era viável a recolha de informação pessoalmente, por método de entrevista, visto que estavam em horário laboral, em períodos de horas desfasadas (turnos) e o tempo disponível para a recolha dos mesmos. O questionário apresenta ainda como benefícios – quando comparado com as entrevistas – o custo financeiro, a racionalização do tempo, e a agregação da informação.

O formulário do questionário foi construído recorrendo a perguntas diretas e pertinentes, com o intuito de aferir/quantificar os 4 conjuntos de dimensões que são o objeto do presente estudo.

O questionário (Anexo I – Questionário) foi dividido em duas partes. A primeira parte engloba a caracterização sociodemográfica da população objeto do estudo, em dois tempos distintos, nomeadamente o antes e o presente, tendo como variáveis, o sexo, a idade, as habilitações literárias, a antiguidade na instituição e a situação contratual.

A segunda parte inclui questões como o empreendedorismo, exclusão social, cidadania e coesão social.

A escala de medida adoptada foi a Escala Likert (ou tipo Likert). Esta é habitualmente utilizada em estudos de investigação na área das ciências sociais. Esta escala tem como maiores vantagens a facilidade e simplicidade de construção, e o retorno de informação com elevada informação à opinião de cada participante em relação a cada questão. Esta escala requer que os inquiridos indiquem o grau de concordância ou discordância em relação às declarações relativas à atitude que está a ser medida. Permite ainda trabalhar a nível estatístico as variáveis quantitativas como, por exemplo, os valores mínimos, máximos, médios, entre outros.

A escala utilizada para os 70 itens de questões fechadas é de amplitude 1 – 5, exprimindo estas as posições de *discordo totalmente a concordo totalmente*.

Solicitou-se aos colaboradores que assinalassem com X apenas a opção da escala que correspondesse à sua percepção.

## **4.2. Tratamento Estatístico**

Os 23 questionários válidos, foram tratados estatisticamente em programa informático SPSSvs23, tendo na 1ª parte das questões, algumas variáveis sido alvo de reclassificação por escalões, (exemplo variável idade) e agrupamento por categorias (exemplo variável profissão). Nesta parte avaliou-se dois momentos temporais distintos, nomeadamente uma caracterização da situação presente dos inquiridos e bem assim do passado, nomeadamente a situação vivencial antes do ingresso na "empresa social".

A 2ª parte do questionário, que engloba, 70 itens, de concordância escalonada de 1-5, permitiu a elaboração de índices de acordo com o agrupamento dos itens pelos conjuntos dimensionais, Empreendedorismo; Exclusão Social; Cidadania; Coesão Social. Na elaboração destes índices que representam médias ponderadas de respostas, agregadas pelas dimensões e conjuntos dimensionais em análise, foi tida a preocupação de inverter itens formulados de forma negativa ou opostos à dimensão em análise, de forma a garantir a consistência do tratamento estatístico.

### 4.3. Estudo da Consistência Interna

Para medir a consistência interna da 2ª parte do questionário, a qual era composta por 70 itens valorados em escala (1-5), foi utilizado o coeficiente alfa de Cronbach, tendo-se obtido um valor de 0,809.

No que refere aos conjuntos dimensionais avaliados, tem-se valores entre 0,525 e 0,811, o que no caso em concreto e considerando o baixo número da amostra, permite ao investigador assumir uma situação, ainda que não ideal, minimamente aceitável face ao risco de assumir uma homogeneidade dos mesmos.

**Quadro N° 5** – Consistência Interna – Parte 2 Questionário / Escalas

Conjuntos Dimensionais	Itens N	Alpha Cronbach
Empreendedorismo	22	0,554
Exclusão Social	11	0,643
Cidadania	18	0,811
Coesão Social	19	0,525
Total	70	0,809

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

### Parte 1 - Caracterização da População

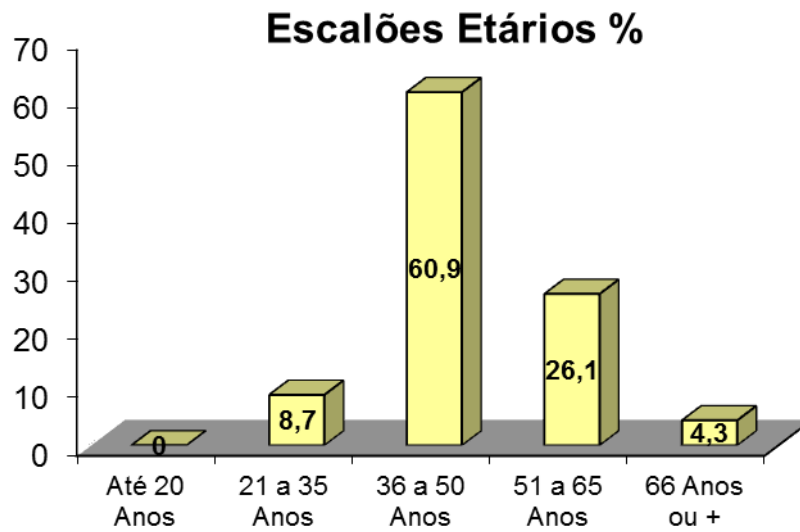
A nossa amostra apresenta uma idade média de 45,26 anos de idade, com os indivíduos compreendidos, entre os 31 e os 66 de idade.

**Quadro N° 6** – Escalões Etários

Escalões Etários	N	%
Até 20 Anos	0	0
21 a 35 Anos	2	8,7
36 a 50 Anos	14	60,9
51 a 65 Anos	6	26,1
66 Anos ou +	1	4,3
Total	23	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Gráfico n.º1



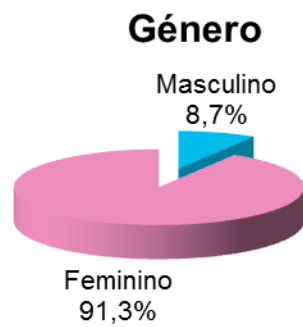
Fonte: Quadro anterior

A grande maioria dos inquiridos são do sexo feminino (91,3%), casados pelo religioso, (60,9%),

Quadro N.º 7 – Género

Género	N	%
Masculino	2	8,7
Feminino	21	91,3
Total	23	100

Gráfico n.º2

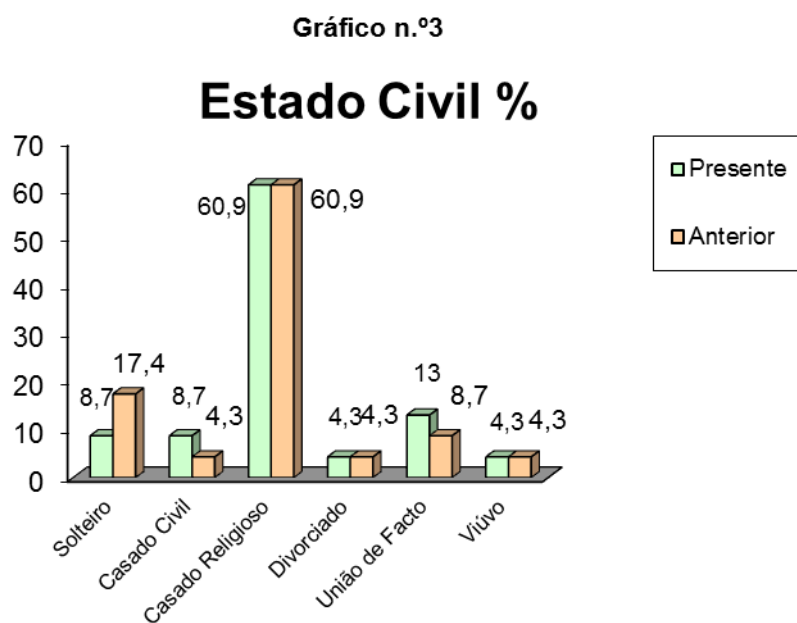


Fonte: Quadro anterior

**Quadro Nº 8 – Estado Civil**

Estado Civil	Presente		Anterior	
	N	%	N	%
Solteiro	2	8,7	4	17,4
Casado Civil	2	8,7	1	4,3
Casado Religioso	14	60,9	14	60,9
Divorciado	1	4,3	1	4,3
União de Facto	3	13	2	8,7
Viúvo	1	4,3	1	4,3
Total	23	100	23	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados



Fonte: Quadro anterior

com um número médio de filhos de 1,52 e com uma dimensão média de agregado familiar de 3,32 membros.

**Quadro N° 9 - Número de Filhos**

e

**Dimensão Agregado Familiar**

N° Filhos					
Presente			Anteriormente		
Média	Mín	Máx.	Média	Mín	Máx.
1,74	0	3	1,52	0	3
Dimensão Agregado Familiar					
Presente			Anteriormente		
Média	Mín	Máx.	Média	Mín	Máx.
3,32	1	5	3,3	1	5

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

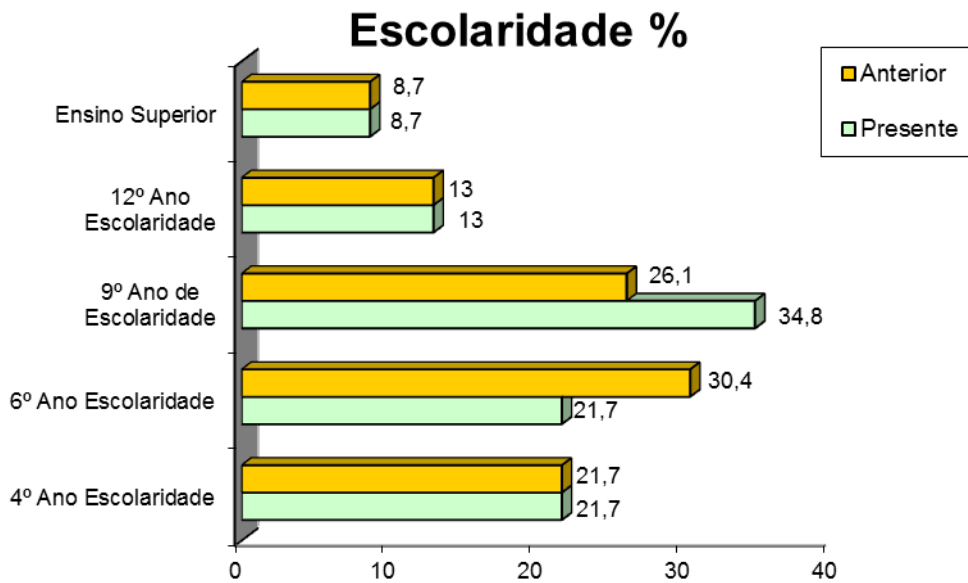
Face à escolaridade, 78,2% dos inquiridos têm formação igual ou inferior ao 9º ano de escolaridade, com apenas 2 (8,7%) pessoas a apresentarem formação superior.

**Quadro N° 10 – Escolaridade**

Escolaridade	Presente		Anteriormente	
	N	%	N	%
4º Ano Escolaridade	5	21,7	5	21,7
6º Ano Escolaridade	5	21,7	7	30,4
9º Ano de Escolaridade	8	34,8	6	26,1
12º Ano Escolaridade	3	13	3	13,0
Ensino Superior	2	8,7	2	8,7
Total	23	100	23	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Gráfico n.º4



Fonte: Quadro anterior

No que respeita à profissão atual, a vasta maioria exerce atividade operacional, com destaque nos serviços de limpeza e cozinha. Em relação às atividades de origem, temos uma proveniência mais alargada, com destaque para a agricultura, indústria, restauração e atividade lojista.

**Quadro N° 11** – Profissão atual e de origem

Profissão Atual - Áreas Atividade		Profissão Anterior - Áreas Atividade	
Atividade	N	Atividades	N
Serviços de Cozinha	5	Agricultura	3
Serviços de Limpeza	8	Indústria / Armazenagem	4
Panificação	2	Serviços Limpeza / Manutenção	2
Lojista	2	Serviços Restauração	4
Costureira	1	Serviços Loja	4
Serviços Auxiliares	2	Serviços Bancários	1
Técnicos Superiores / Direção	3	Serviços Secretariado	1
-	-	Docência	1
-	-	Direção Empresas	2
		Sem Atividade / 1º Emprego	1
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>Total</b>	<b>23</b>

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Quanto ao vínculo laboral, a grande maioria (69,6%) das pessoas são efetivas, contra apenas 9,1% do seu passado profissional anterior, o que indica um aparente movimento de estabilização e inclusão laboral desta população. Ao nível de relação hierárquica, 82,6% dos inquiridos não exerce posições de chefia, e apenas 1 inquirido tem posição de chefia de direção, sendo os restantes lugares, chefias intermédias.

**Quadro N° 12 – Profissão atual e de origem**

Vínculo Laboral	Presente		Anteriormente	
	N	%	N	%
Temporário	0	0	5	22,7
A prazo	7	30,4	13	59,1
Efetivo	16	69,6	2	9,1
Prestação de Serviços	0	0	1	4,5
Colaborador	0	0	1	4,5
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100,0</b>
<b>Cargo de Chefia</b>				
Cargo de Chefia	Presente		Anteriormente	
	N	%	N	%
Sim	4	17,4	4	17,4
Não	19	82,6	19	82,6
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100</b>	<b>23</b>	<b>100</b>
<b>Tipo de Chefia</b>				
Tipo de Chefia	Presente		Anteriormente	
	N	%	N	%
Direção	1	25	2	50
Chefia Intermédia	3	75	2	50
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>100</b>

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

O Quadro N° 13 (abaixo discriminado), apresenta a categoria emprego de inserção, a qual foi retirada da questão profissão atual, e reporta ao modo como o trabalhador iniciou funções na instituição, sendo que mais de metade (52,2%) dos

funcionários, se encontravam em situação transitória de desemprego e iniciaram funções através do protocolo emprego de inserção feito com a segurança social.

**Quadro Nº 13 – Emprego de Inserção**

Emprego de Inserção	N	%
Sim	12	52,2
Não	11	47,8
Total	23	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Entre a formação complementar 65,2 % dos inquiridos apresenta este tipo de ações de formação com incidência particular em cursos de HACCP, compatível com as suas responsabilidades operacionais.

**Quadro Nº 14 – Formação Complementar**

Formação Complementar	N	%
Sim	15	65,2
Não	8	34,8
Total	23	100
Área de Formação	N	%
HCCP	11	73,3
Panificação	1	6,7
Gestão	1	6,7
Outra	2	13,3
Total	15	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

A antiguidade média na "empresa social" é de 7 anos, com parâmetros de amplitude compreendidos entre os 2 meses e os 18 anos.

**Quadro Nº 15 – Antiguidade na Instituição**

Tempo de Trabalho	Mínimo	Máximo	Média
	2 Meses	18 Anos	7 Anos*
* 0,00			

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

No que reporta à componente financeira dos inquiridos, denotamos um decréscimo do rendimento médio pessoal e das famílias bem como a média das despesas, entre o presente e o passado, fator compatível com a crise social e económica de 2011, apesar de na globalidade ser uma população 100% ativa auferindo no mínimo o ordenado mínimo nacional, fator de proteção contra situações de pobreza completa.

**Quadro N° 16 – Rendimentos e Despesas Fixas (€)**

Rendimentos (Mensais €)	Presente			Anteriormente		
	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média
Pessoais	505	1000	574,92	0	1500	617,95
Agregado Familiar	508	2500	1121,84	140	3500	1279,65
Despesas Fixas	500	1908	974,94	400	1900	1038,40

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Da amostra, temos 21,7% de pessoas com atividades organizadas, a maioria praticando voluntariado social.

**Quadro N° 17 – Participação em Atividades Organizadas**

Participação em Atividades Organizadas	Presente		Anteriormente	
	N	%	N	%
Sim	5	21,7	4	17,4
Não	18	78,3	19	82,6
Total	23	100	23	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

**Quadro Nº 18 – Atividades Organizadas**

Atividades Organizadas	Presente		Anteriormente
	N		
Grupo Coral	1		Desporto 1
Atividades Religiosas	1		Escutismo 1
Voluntariado	3		Grupo Recreativo 2

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Presentemente, nenhum inquirido mantém segunda atividade laboral.

**Quadro Nº 19 – Outra Atividade Profissional**

Outra Atividade Profissional	Presente		Anteriormente	
	N	%	N	%
<b>Conta Própria</b>				
	N	%	N	%
Sim	0	0	1	4,3
Não	23	100	22	95,7
Total	23	100	23	100
<b>Conta de Outrem</b>				
	N	%	N	%
Sim	0	0	2	9,1
Não	23	100	20	90,9
Total	23	100	22	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

No que concerne a componente de atividades lúdicas, as mais referidas são as atividades ao ar livre/desporto, e a televisão.

**Quadro Nº 20 – Principais Atividades Lúdicas**

Principais Atividades Lúdicas	N
Atividades Ar Livre / Desporto	8
Leitura	2
Cinema	2
Televisão	8

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Na questão confissão religiosa, a vasta maioria é Católica (95,7%), com 54,5% de praticantes.

**Quadro Nº 21 – Confissão Religiosa**

Confissão Religiosa	N	%
Católica	22	95,7
Sem Confissão	1	4,3
Total	23	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

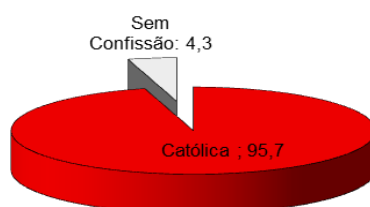
**Quadro Nº 22 – Prática Religiosa Regular**

Prática Religiosa	Presente		Anteriormente	
	N	%	N	%
Sim	12	54,5	11	50
Não	10	45,5	11	50
Total	22	100	22	100

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

**Gráfico n.º5**

**Confissão Religiosa %**



Fonte: Quadro anterior

## Parte 2 - Índices Conjuntos Dimensionais

### 4.5. Análise dos Itens

Nesta segunda parte é analisada a valorização média dos índices dos conjuntos dimensionais e dimensões individuais dos inquiridos.

No conjunto dimensional do Empreendedorismo Social, é de especial relevo a valorização média dada ao Método e Organização (4,8), sendo de igualmente destacável as atitudes pessoais (3,59), e bem assim o total global que com 3,41, comparado com um valor intermédio de 3, se apresenta como positivo. Do lado negativo é de destaque as atitudes face à inovação (2,33) e bem assim a motivação e o trabalho, com valores muito próximos do valor intermédio.

**Quadro N° 23 – Índice Empreendedorismo Social**

Índice Empreendedorismo	Mín.	Max.	Média*
Trabalho	2,2	4,2	3,05
Atitudes Pessoais	2,8	4,8	3,59
Atitudes Inovação	2	4	2,33
Método e Organização	4,2	5	4,8
Motivação	1,33	4	3,05
Índice Total	2,73	4,05	3,41
*arredondado 0,00			

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Em termos médios do índice de Exclusão vs Inclusão, conjugado e por dimensões, apresenta-se como valor mais negativo a Auto Imagem com 2,9, sendo que o valor mais positivo são as reações interpessoais com 3,58 de valorização média.

Este índice foi construído para que um valor mais próximo de 1 representa um maior sentimento de exclusão e um valor mais próximo de 5 representa um valor de maior sentimento de inclusão.

**Quadro N° 24 – Índice de Exclusão vs Inclusão**

Índice Exclusão	Mín.	Max.	Média*
Auto Imagem	2	4,5	2,9
Relações Interpessoais	2,25	5	3,58
Acessibilidades	1	4,67	3,13
Índice Total	2	4,09	3,21
*arredondado 0,00			

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

Na leitura do índice de Cidadania, é de especial destaque a Atitude Democrática (4,46), e Atitudes Ambientais, (4,76), com fortes valorizações médias. Do lado negativo a Participação Política (2,68), factor ao qual não será alheio o afastamento entre o cidadão comum e a vida política, fenómeno transversal à nossa sociedade e com impacto direto da abstenção eleitoral.

**Quadro N° 25 – Índice de Cidadania**

Índice Cidadania	Mín.	Max.	Média*
Participação Política	1	4,8	2,68
Atitudes Ambientais	3,5	5	4,76
Cidadania Normatividade	2,33	5	3,87
Cidadania Informação	3	5	3,59
Consciência Social	2	5	3,46
Atitude Democrática	3,67	5	4,46
Cidadania Total	2,72	4,94	3,66
*arredondado 0,00			

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

No que concerne o Conjunto dimensional da Coesão Social, temos valores médios muito elevados no grupo de origem (4,86), e grupo de pares (4,8), existindo uma aparente coesão social dos inquiridos em torno da sua família, comunidade e colegas de trabalho.

Como valor menos valorizado o Individualismo, com 1,6, o qual é compatível com a globalidade de uma coesão social fortemente valorizada em termos médios.

A codificação da componente Individualismo foi elaborada positivamente, sendo que 5 representaria uma aproximação máxima a um ideal tipo de atitude individualista, sendo que na computação da Coesão Social Total, foi invertida por razões lógicas.

**Quadro N° 26 – Índice de Coesão Social**

Índice Coesão Social	Mín.	Max.	Média*
Grupo Origem	4	5	4,86
Grupo Pares	3,5	5	4,8
Nacionalidade	2	5	3,83
Empatia	3,17	4,83	4,22
Individualismo	1	3,67	1,60
Coesão Social Total	3,79	4,89	4,46
*arredondado 0,00			

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

#### **4.6. Análise de Variâncias e Relações Estatísticas Significativas**

Com uma amostragem de 23 casos, e apenas 21 casos válidos na componente dos 70 itens, foi elaborado com o auxílio do programa de análise de dados, uma análise exploratória para averiguar relações estatísticas relevantes, sendo contudo que não foi possível assegurar a homogeneidade da distribuição de variâncias na amostra, sendo automaticamente assumido recursos não paramétricos.

No que reporta à eventual correlação entre os conjuntos dimensionais, Empreendedorismo Social, Exclusão Social, Cidadania e Coesão Social, foi detetado uma relação estatisticamente relevante entre Cidadania e Coesão Social, objetivamente confirmado pelo teste de Wilcoxon, que rejeita a hipótese de que a diferença de medianas entre as variáveis é nula.

Na prática esta situação é explicada ao inserir na equação a componente Escolaridade (por recomendação do programa de análise de dados), a qual salienta que entre os diversos escalões de escolaridade existem distribuições diferentes estatisticamente significativos para os índices Cidadania e Coesão Social.

Ainda que com as salvaguardas de qualquer conclusão, é de observar que os indivíduos com menor escolaridade apresentam uma valorização média (1) mais elevada do índice de coesão social, e os indivíduos com maior escolaridade apresentam uma valorização média (1) mais elevada do índice de cidadania. Sendo que aparentemente não estamos perante dois índices com uma relação linear entre elas, mas sim duas dimensões dependentes de outros fatores, sendo neste caso a escolaridade uma variável relevante.

1(Teste Kruskal Wallis \* sem assumir homogeneidade de variância \* decisão automática SPSSv23).

### Hypothesis Test Summary

	Null Hypothesis	Test	Sig.	Decision
1	The distribution of EmpTotal is the same across categories of Escolaridade.	Independent-Samples Kruskal-Wallis Test	,439	Retain the null hypothesis.
2	The distribution of ExclusãoSocialTotal is the same across categories of Escolaridade.	Independent-Samples Kruskal-Wallis Test	,711	Retain the null hypothesis.
3	The distribution of CidadaniaTotal is the same across categories of Escolaridade.	Independent-Samples Kruskal-Wallis Test	,025	Reject the null hypothesis.
4	The distribution of CoesãoSocialTotal2 is the same across categories of Escolaridade.	Independent-Samples Kruskal-Wallis Test	,031	Reject the null hypothesis.

Asymptotic significances are displayed. The significance level is ,05.

### Quadro Nº 27 – Índice de Coesão Social Total/Cidadania Total

Escolaridade	Índice	Índice
	Coesão Social Total	Cidadania Total
	Média	Média
Sem Escolaridade	-	-
4º Ano Escolaridade	<b>4,43</b>	3,14
6º Ano Escolaridade	<b>4,51</b>	3,10
9º Ano de Escolaridade	<b>4,73</b>	<b>3,90</b>
12º Ano Escolaridade	4,32	<b>3,87</b>
Ensino Superior	3,95	<b>4,61</b>

Fonte: listagem resultante do tratamento de dados

### Hypothesis Test Summary

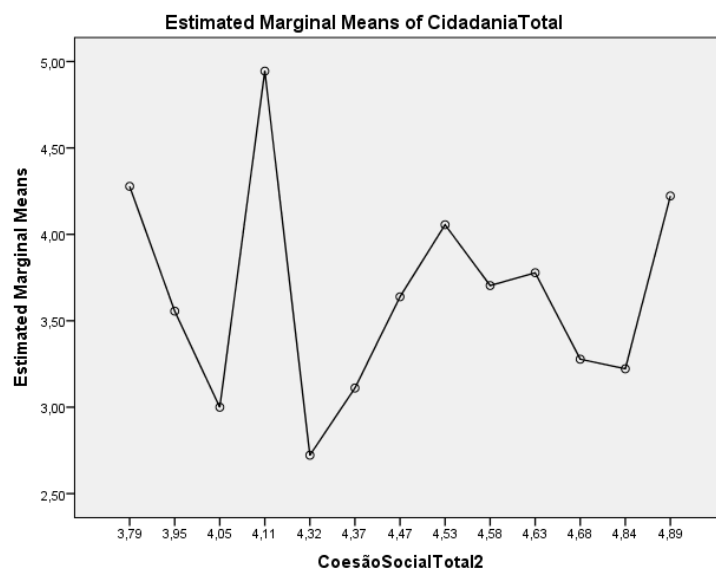
	Null Hypothesis	Test	Sig.	Decision
1	The median of differences between EmpTotal and ExclusãoSocialTotal equals 0.	Related-Samples Wilcoxon Signed Rank Test	,334	Retain the null hypothesis.

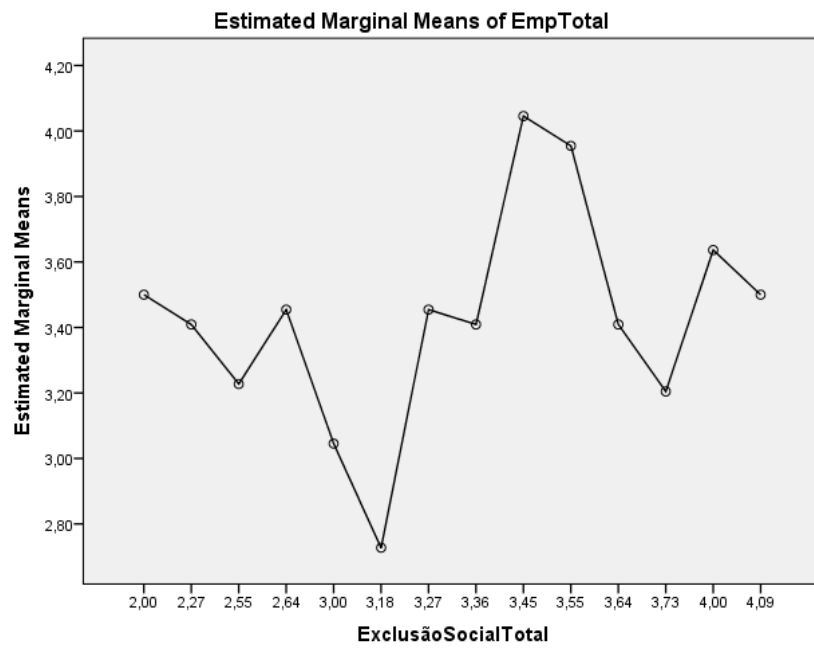
Asymptotic significances are displayed. The significance level is ,05.

### Hypothesis Test Summary

	Null Hypothesis	Test	Sig.	Decision
1	The median of differences between CidadaniaTotal and CoesãoSocialTotal2 equals 0.	Related-Samples Wilcoxon Signed Rank Test	,002	Reject the null hypothesis.

Asymptotic significances are displayed. The significance level is ,05.





## Conclusões

Perante os dados analisados no terreno e a visualização dos dados estatísticos apurados, e de acordo com a primeira hipótese - através duma comunidade organizada, o empreendedorismo social contribui para combater a exclusão social -, o empreendedorismo social, oriundo através duma empresa de inserção, com suporte numa instituição social, faz com que uma determinada população, que se encontrava em forte risco de exclusão, contribuísse para a criação de uma rede protetora pelas dimensões emprego, inserção, auto estima, inclusão, tirando-os de uma condição/situação de desemprego/exclusão.

Na caracterização da população compreende-se que 52% da população que vem do emprego/inserção e que presentemente 70% é efetiva em termos de vínculo laboral, apresentando uma média de 7 anos de antiguidade.

Quanto a outros factores de proteção de exclusão social é também de relevar a valorização média de 3,58 no índice de relações interpessoais no conjunto dimensional de exclusão social que aponta para uma população unanimemente incluída socialmente.

De acordo com a segunda hipótese – o exercício pleno de cidadania, através duma instituição social, promove uma plena integração e coesão social duma população excluída-, os dados apontam que apesar de haver uma interligação entre estas duas dimensões, cidadania e coesão social, a complexidade de outros factores afectam a determinação destes. Na nossa população de inquiridos, consegue-se analisar que esse factor determinante é a escolaridade. Sendo observáveis valores médios de maior coesão em escolaridade mais baixa, e os valores médios de cidadania, nos indivíduos com escolaridade mais elevada.

Releva-se que cidadania e coesão social poderão ser factores determinantes de forma complexa por características sociais e estilos de vida, pelo que conduz a uma nova hipótese de trabalho.

Considerando a revisão bibliográfica acerca do tema, concluímos que o empreendedorismo social é ainda uma realidade que tem ainda um longo caminho a trilhar em Portugal, pode e deve ter um percurso a desenvolver para além do terceiro setor, podendo tornar-se um marco de referência ao nível empresarial, num mundo em permanente crise, pela sua utilidade promovendo de uma forma assertiva a inclusão

social, dando ênfase à dimensão humana e relacional da pessoa e da família na sociedade.

Considerando ainda os dados aferidos na segunda hipótese - o exercício pleno de cidadania, através duma instituição social, promove uma plena integração e coesão social duma população excluída -, que nos dá uma perspectiva multidimensional para o relacionamento entre coesão social e cidadania, torna-se pertinente propor novos objetos de estudo futuros que alarguem o número de instituições e o número de população inquiridas, de forma exploratória com o objetivo de encontrar variáveis sociais que possam influenciar a valorização média destes conjuntos dimensionais.

Posto isto, será também pertinente em referência à primeira hipótese - através duma comunidade organizada, o empreendedorismo social contribui para combater a exclusão social-, encontrar em organizações de iniciativa comercial/privada, nomeadamente empresas, formas de empreendedorismo social.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida Gomes, J. & Albuquerque Pinto, Cristina. (2013). *De Desempregados a Empreendedores, Percursos e Experiências*. Viseu: PsicoSoma, 1ª Edição.
- Arruda, R., Colaço, João, & Baia, Alexandre. (2014). *O que é a Exclusão Social?*. Lisboa: Escolar Editora.
- Biagi, Cristina Marta. (2010). *Pesquisa Científica, roteiro prático para desenvolver projetos e teses*. Rio de Janeiro: Juruá Editora.
- Bucha, Agostinho Inácio. (2009). *Empreendedorismo*. Lisboa: RH Editora, 1ª Edição.
- Caeiro, Joaquim Croca. (2008). *Políticas Públicas, Política Social e Estado Providência*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Cardoso, T., Alarcão, I., Antunes, J. (2010). *Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento*. Porto: Porto Editora.
- Carmo, Hermano. (1999). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, Hermano, Ferreira, Manuela. (1998). *Metodologia de Investigação. Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Edição Universidade Aberta.
- Costa, António Firmino. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Costa, Alfredo Bruto da., & al. (2012). *Um Olhar sobre a Pobreza, Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Editora Gradiva, 4ª Edição.
- Costa, Alfredo Bruto da. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Edição Gradiva, Coleção Fundação Mário Soares.
- Clavel, Gilbert. (2004). *A Sociedade de Exclusão, compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- Dias, José Duarte. (2007). *Criar Valor, Através das Pessoas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Dias, Maria Olívia. (2008). *Manual de Sugestões para Estudantes*. Viseu: Editora PsicoSoma.
- Dicionário da Língua Portuguesa. (2008). Porto: Porto Editora.
- Fadigas, Leonel. (2011). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo, 2ª Edição.
- Fermisson, João., (1999). *Problemas de Promoção do Desenvolvimento em Portugal: Rumo Estratégias Territorializadas de Base Local e Regional*. Revista Territórios Alternativos, Edição do IESLA.

- Fortin, Marie Fabienne. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Loures: Editora Luso Didacta.
- Giddens, Anthony. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª Edição.
- Giddens, Anthony. (2010). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 7ª Edição.
- Guerra, Isabel Carvalho. (2006). *Participação e Ação Coletiva, interesses, conflitos e consensos*. Lisboa: Editora Principia.
- Guerra, Isabel Carvalho. (2010). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, Sentidos e Formas de Uso*. Lisboa: Editora Principia.
- Kesanda, Albert. (2011). *Atores Sociais: Identidade, estratégias e perspectivas para o nosso tempo*. Lisboa: Coleção Tempo Social, Nº 19, 1ª Edição.
- Madeira, Maria Joaquina & al. (2011). *Atores Sociais – Uma Força Política Ímpar na defesa dos Afectos e Direitos*. Lisboa: Padrões Culturais, Coleção Tempo Social Nº 19, 1ª Edição.
- Monteiro, Gizela Gomes. (2008). *Emporwent – Uma Estratégia de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Cabo Verde – O Caso de Lajedos*. Lisboa: Tese de Mestrado, ISCSP.
- Nova, Sebastião Vila. (1986). *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 1ª Edição.
- Oliveira, Elisabeth Real de, Ferreira, Pedro. (2014). *Métodos de Investigação, da Interrogação à Descoberta Científica*. Editora Vida Económica.
- Pardal, Luís & Lopes, Eugénia Soares. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Editores Areal.
- Rodrigues, Fernanda. (2003). *Ação Social na Área da Exclusão Social*. Editora: Universidade Aberta.
- Sarkar, Soumodip. (2014). *Empreendedorismo e Inovação*. Escolar Editora.
- Silva, Filipe Carreira. (2013). *O Futuro do Estado Social*. Ensaio da Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Vilelas, José. (2009). *Investigação, O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo, 1ª Edição.

### Consulta Internet:

Carlota Quintão. (2011). *O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar*. Porto, in <http://hdl.handle.net/10216/54358>. Acedido em 20 de maio de 2015.

Parente, Cristina, Costa, Daniel, Santos, Mónica, Chaves, Rosário. (2011). *Empreendedorismo Social: contributos teóricos para a sua definição*, XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, Lisboa, 26 e 27 Maio de 2011. In <http://hdl.handle.net/10216/61862>. Acedido em 20 de maio de 2015.

Foltran, Mancini, Yonemoto, Hiroshi. *Considerações acerca do Empreendedorismo Social no Desenvolvimento da Sociedade Sustentável*. <http://www.amaniinstitute.org/Renata>. Acedido em 15 de janeiro de 2015.

Godói-de-Sousa, Gandolfi, Peterson, Gandolfi, Maria Raquel. *Empreendedorismo Social no Brasil. Um fenómeno de Inovação e desenvolvimento Local*. <http://www.amaniinstitute.org/Edileusa>. Acedido em 15 de janeiro de 2015.

Isabel Fazenda, Isabel, *Emporwent e Participação, uma Estratégia de Mudança*. Centro Português de Investigação e História e Trabalho Social. <http://www.cpihts.com/pdf/Emporwent.pt>. Acedido em 23 de julho de 2015.

Oliveira, Cláudia. (2012). *Social Intergeracional, Alavanca do Desenvolvimento Socioeconómico local*. Revista Portal de Divulgação, nº 28. Ano III. <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php.Empreendedorismo>.

Acedido em 21 de junho de 2015.

Santos, Mónica. *O Empreendedorismo Social em Portugal na estratégia de Combate à Pobreza e exclusão Social: uma ilustração*. [http://www.aps.pt/VII\\_congresso/?area=016etipo=atas3epchave](http://www.aps.pt/VII_congresso/?area=016etipo=atas3epchave). Acedido em 3 de maio de 2015.

Ferreiro, Maria de Fátima Palmeiro. *Humanidade e Pluralidade: a economia social em perspetiva*. [http://www.esep.pt/crap/difusão/pdfs/pdfs\\_2010/3a7\\_maio.../dirigir109.pdf](http://www.esep.pt/crap/difusão/pdfs/pdfs_2010/3a7_maio.../dirigir109.pdf). Acedido em 31 de maio de 2015.

Namorado, Rui. *A Economia Social – Uma Constelação de esperanças*. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/213.pdf>. Acedido em 1 de junho de 2006.

Ferreira, Sílvia. *O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/213.pdf>. (acesso a 1/06/2015)

## **ANEXO**

### **Anexo – 1 Questionário**

## **APÊNDICES**

### **Apêndice 1 - Manual de Acolhimento e Integração 2015**

## **Apêndice 2 – Organograma**

### **Apêndice 3 – Estatutos do CSPSAC**

## **Apêndice 4 – Processo Candidatura à Construção do Equipamento Social**

## **Apêndice 5 – Mapa de Recursos Humanos – 2014/2015**

## **Apêndice 6 – Folheto Institucional**

## **Apêndice 7 – Reportagem**

## **Apêndice 8 – Mapa Concelho Torres Vedras**